

**A acção da ONU na prevenção e no combate aos crimes
contra a Humanidade em territórios de conflito:
O caso do tráfico humano no Kosovo**

Águeda Andreia da Purificação Varela

**Dissertação de Mestrado
em
Ciência Política
e
Relações Internacionais**

Orientador: Professor Manuel Filipe Canaveira

Setembro 2012

**A acção da ONU na prevenção e no combate aos crimes
contra a Humanidade em territórios de conflito:
O caso do tráfico humano no Kosovo**

Águeda Andreia da Purificação Varela

**Dissertação de Mestrado
em
Ciência Política
e
Relações Internacionais**

Orientador: Professor Manuel Filipe Canaveira

Setembro 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais,
realizada sob a orientação científica do Professor Manuel Filipe Canaveira.

À Célia e ao Alfredo

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao orientador da presente dissertação, o Professor Manuel Filipe Canaveira pelo apoio e acompanhamento durante todo o processo de elaboração da mesma e por ter acreditado no meu trabalho.

Pela colaboração em termos de disponibilização de informação e outras fontes relevantes para a concretização da dissertação agradeço ao Goran Georgijev do departamento de Registo e Extensão do Gabinete de Ligação de Belgrado; à Amnistia Internacional com sede no Reino Unido; à EULEX Kosovo; ao UNRIC – Centro Regional de Informação das Nações Unidas em Bruxelas; ao UNIC – Centro de Informação das Nações Unidas de Bucareste; à Equipa de Referência das Nações Unidas de Nova Iorque (UN Reference Team); à Alexia Taveau da UNODC; à Ljiljana Pitesa, assistente do departamento de Informação Pública do Gabinete do Procurador do TPIJ; e à Rita Penedo, consultora do Observatório de Tráfico de Seres Humanos em Portugal.

E por fim, um especial agradecimentos para os amigos e familiares que de alguma forma me ajudaram e contribuíram para chegar até aqui e sem os quais o caminho teria sido muito mais difícil. Obrigada a todos!

DISSERTAÇÃO

A ACÇÃO DA ONU NA PREVENÇÃO E NO COMBATE AOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE EM TERRITÓRIOS EM CONFLITO – O CASO DO TRÁFICO HUMANO NO KOSOVO

ÁGUEDA ANDREIA DA PURIFICAÇÃO VARELA

[Resumo]

Durante o conflito na ex-Jugoslávia a prática de crimes contra a Humanidade foi uma constante. Desde expulsões de milhares de pessoas do país, prisões indiscriminadas em campos de concentração e desaparecimentos até aos assassinios, o clima vivido era de medo e ameaça. Na zona do Kosovo a situação não era diferente: «o Exército de Libertação do Kosovo (KLA) apareceu e, a partir de 1996, começou a praticar atentados para provocar a repressão sérvia» originando um confronto em constante crescimento – «o KLA assassinava um ou dois polícias ou soldados; o exército federal queimava uma aldeia e expulsava a população, muitas vezes matando gente.» Enquanto estes crimes aconteciam, as Nações Unidas tentavam negociar com o KLA e com o governo da antiga Jugoslávia, mas no terreno, as suas acções não estavam a ter sucesso na protecção do povo kosovar.

Os rumores sobre a ocorrência de tráfico humano dentro do território kosovar começaram a ganhar consistência já no final do conflito, mas só após o fim da guerra, com as investigações realizadas por organizações internacionais e por pessoas como a procuradora Carla Del Ponte, foi possível chegar a indícios concretos. «*Numerous indications seem to confirm that, during the period immediately after the end of the armed conflict, (...), organs were removed from some prisoners at a clinic on Albanian territory.*»

A 12 de Junho de 1999, sem o consentimento do Conselho de Segurança, as forças da NATO atacaram o território kosovar para forçar o fim do conflito e a aceitação das directivas da ONU pelo governo jugoslavo. No fim da guerra, o Kosovo ficou sob a administração da Missão de Administração Interna para o Kosovo das Nações Unidas, mas durante o período de tempo que decorreu entre o fim do conflito e a tomada da administração do território, as violações contra os direitos humanos do povo kosovar sofreu um aumento em grande escala.

PALAVRAS-CHAVE: ONU, Kosovo, crimes, humanidade, tráfico

[Abstract]

During the conflict, in the former Federal Republic of Yugoslavia, the crimes against the Humanity were everywhere. Starting with the expulsions of thousands of people from the territory and people being made prisoners without a reason for it in concentration camps and disappearances and ending with the killings, the feelings among people were only fear and threat. In Kosovo the situation was no different: «the Kosovo Liberation Army (KLA) appeared and from 1996 started to do attacks to induce the Serbian repression» which resulted in a growing confrontation - «the KLA murdered one or two polices or soldiers; the federal army burned a village and banished the people, often killing some.» While all of these actions were happening, the UN was trying to get an agreement with both KLA and the government of the former Yugoslavia, but, in the field, there wasn't much being done with success to help to protect the human rights of the Kosovar people.

The rumors about the human traffic inside the Kosovar territory started to be known by the end of the conflict, but only after the end of the war, with the investigations made by international organizations and by people like the former Prosecutor Carla Del Ponte, it was possible to achieve some real evidence. «Numerous indications seem to confirm that, during the period immediately after the end of the armed conflict, (...), organs were removed from some prisoners at a clinic on Albanian territory.»

In the 12th of June of 1999, without the agreement of the Security Council, the NATO forces attacked the Kosovar territory to force the end of the conflict and the acceptance of the UN deliberations by the Yugoslavian government. After the end of the war, Kosovo became under the charge of the United Nations Mission Interim for Kosovo, but between the time the war ended and the moment they took it in charge, there was a rising of the violations against the human rights of the Kosovar people.

KEYWORDS: UN, Kosovo, crimes, Humanity, traffic

Índice

Resumo	vi
Abstract	vii
Lista de abreviaturas	xi
Introdução	1
1. Os Direitos Humanos	6
1.1 Conceito de Direitos Humanos e a sua evolução na História	6
1.2 Crimes contra os direitos humanos	11
1.3 Enquadramento legislativo	13
1.4 Tráfico Humano	18
2. A ONU	21
2.1 Enquadramento histórico	21
2.2 Constituição da Organização	23
2.3 Histórico da relação entre a ONU e os direitos humanos – organismos e documentos criados	26
2.3.1 O Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos	28
2.3.2 O Tribunal Penal Internacional	30
2.3.3 Carta das Nações Unidas	31
2.3.4 Declaração Universal dos Direitos Humanos	32
2.3.5 Pactos Internacionais de Direitos Humanos	33
3 A Guerra na ex-Jugoslávia	35
3.1 Antecedentes do conflito	35
3.2 O conflito	43
	viii

3.3	A Guerra no Kosovo	48
4	Os crimes contra a Humanidade durante o conflito no Kosovo e a acção da ONU	53
4.1	Enquadramento dos crimes contra os direitos humanos	53
4.2	A acção da ONU no combate aos crimes contra os direitos humanos praticados no Kosovo	60
4.3	A suspeita de ocorrência de Tráfico Humano no Kosovo	66
4.4	Acção da ONU no combate ao tráfico humano	71
5	O Tribunal Penal Internacional para os crimes da ex-Jugoslávia	76
5.1	Enquadramento histórico	76
5.2	Constituição	80
5.3	Objectivos	86
5.4	O TPIJ e o tráfico humano: o papel da procuradora Carla del Ponte	89
6	Conclusão	96
7	Bibliografia	103
7.1.	Recursos electrónicos	104
8	Anexos	111
8.1	Anexo 1: Cronologia dos Direitos Humanos versus conflito no antigo território jugoslavo	112
8.2	Anexo 2: Relatório do observador Dick Martin para a Assembleia Parlamentar do Conselho Europeu sobre o Tratamento desumano de pessoas e o Tráfico Ilegal de Órgãos Humanos no Kosovo	116

8.3	Anexo 3: Regulamento nº 2001/4 da Missão no Kosovo sobre o Tráfico de pessoas no território	170
8.4	Anexo 4: Relatório sobre a investigação de Tráfico de Órgãos Humanos da Missão no Kosovo, em 2004, na Albânia	177
9	Nota final	186

Lista de Abreviaturas

AIEA – Agência Internacional da Energia Atómica (International Atomic Energy Agency)

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático (Association of Southeast Asian Nations)

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (International Bank of Reconstruction and Development)

CEDH – Convenção Europeia dos Direitos do Homem e Liberdades Fundamentais (European Convention on Human Rights and Additional Protocols)

CSE – Carta Social Europeia (European Social Charter)

DIH – Direito Internacional Humanitário (International Humanitarian Law)

EULEX – Missão da União Europeia do Estado de Direito no Kosovo (European Union Rule of Law Mission in Kosovo)

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization)

FMI – Fundo Monetário Internacional (International Monetary Fund)

FORPRONU – Força de Protecção das Nações Unidas (United Nations Protection Force)

HRW – Observatório dos Direitos Humanos (Human Rights Watch)

KFOR – Força de protecção do Kosovo da OTAN (NATO Kosovo Force)

KLA/ ELK/ UCK – Exército de Libertação do Kosovo (Kosovo Liberation Army)

KVM – Missão de Verificação no Kosovo (Kosovo Verification Mission)

NATO/ OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte (North Atlantic Treaty Organization)

OHCHR – Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights)

OIT – Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization)

OMS – Organização Mundial de Saúde (World Health Organization)

ONU/ UN – Organização das Nações Unidas (United Nations Organization)

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa)

OTSH – Observatório do Tráfico de Seres Humanos (Observatory on Trafficking in Human Beings)

SECI – Sudeste Europeu da Iniciativa de Cooperação (Southeast European Cooperative Initiative)

TPIJ/ ICTY – Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia (International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia)

TPIU – Unidade de Investigação do Tráfico e da Prostituição (Trafficking and Prostitution Investigation Unit)

UE/ EU – União Europeia (European Union)

UN.GIFT – Iniciativa Global para a Luta contra o Tráfico Humano (United Nations Global Initiative to Fight Human Trafficking)

UNDU – Unidade de Detenção das Nações Unidas (United Nations Detention Unit)

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

UNHCR – Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas (Office of the United Nations High Commissioner for Refugees)

UNIC – Centros de Informação das Nações Unidas (United Nations Information Centres)

UNICEF – Fundo para a Criança das Nações Unidas (United Nations Children's Fund)

UNICRI – Instituto de Investigação Inter-regional de Crime e Justiça das Nações Unidas (United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute)

UNMIK/ MINUK – Missão de Administração Interna das Nações Unidas no Kosovo (United Nations Interim Administration Mission in Kosovo)

UNODC – Gabinete das Nações Unidas para as Drogas e o Crime (United Nations Office on Drugs and Crime)

UNOG – Gabinete das Nações Unidas de Genebra (United Nations Office at Geneva)

A acção da ONU na prevenção e no combate aos crimes contra a Humanidade em territórios em conflito
– o caso do Tráfico Humano no Kosovo

UNRIC – Centro Regional de Informação das Nações Unidas (United Nations Regional Information Centre)

VAAU – Unidade de Assistência e Advocacia às Vítimas (Victims Advocacy and Assistance Unit)

Introdução

«Whenever human rights are on the retreat, in our cities' streets and in the corridors of administrative bodies, the decline is universal. Whatever the circumstances or complexity of the challenges that we face, the observance of human rights is not negotiable.»¹

Em 1991 surgiram os primeiros confrontos no território da antiga Jugoslávia, os quais percorreram três das principais repúblicas – Eslovénia, Croácia e Bósnia-Herzegovina – e o Kosovo, que na altura era considerado como uma província autónoma, mas sendo parte integrante da Sérvia. Os actos de violência que foram praticados durante o conflito foram tais que voltaram a estar presentes as recordações negativas da Segunda Guerra Mundial, onde todos os direitos humanos foram de alguma forma violados e a vida humana não tinha qualquer valor para os responsáveis pelas atrocidades cometidas. Os dirigentes dos governos tinham apenas interesse em atingir os seus objectivos, objectivos esses que se baseavam unicamente na manutenção do poder – económico e político – sobre a região e os seus cidadãos. Uma vez que, desde a sua formação enquanto nação, a história do território conhecido anteriormente como Jugoslávia teve sempre mais períodos de conflito do que de paz, sendo estes motivados pelas fortes diferenças entre os povos que lá coabitavam, era praticamente impossível que o fim não fosse chegar pelas armas e pela luta interna pela independência de cada etnia.

A Segunda Guerra Mundial e os seus resultados a nível do Ser Humano e dos seus direitos e liberdades fundamentais provocaram um crescimento nos instrumentos criados para a defesa dos mesmos e para a luta contra as violações praticadas. Ainda que a preocupação com os direitos humanos tenha começado a surgir a partir do século VII, a situação do mundo e a evolução das sociedades ainda estava longe de conseguir que esses direitos fossem de facto vistos como algo que pertence a todos os seres humanos, sem qualquer tipo de distinção, desde que nasce e os quais ninguém tem o direito de retirar ou impedir a sua prática. Ainda que a guerra do Kosovo tenha acontecido já em pleno século XX, uma altura em que a diferença entre a sociedade com a do século VII era, a todos os níveis – económico, político, social e cultural – enorme, as diferenças

¹ Em <http://www.un.org/en/events/humanrightsday/2011/unesco.shtml>

quanto à relação dos homens, uns com os outros, não parecem ser assim tão distintas, principalmente quando os interesses políticos e de poder surgem como mais valiosos que a própria vida humana.

A Organização das Nações Unidas, um dos resultados positivos do último conflito mundial, tem como objectivos a manutenção da paz no mundo e a sua segurança, sendo que o cumprimento desses fins inclui a defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, assim como o combate contra quaisquer tipos de violações que possam ocorrer contra os mesmos. É nesse sentido que a ONU tem vindo a criar, constantemente, organismos e instrumentos jurídicos que sirvam esse propósito, tendo como base fundamental a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de forma a adaptar-se, também, às mudanças que ocorrem constantemente dentro das diferentes sociedades. Uma dessas mudanças tem a ver com o aumento dos crimes ligados ao Tráfico Humano por todo mundo – «A unidade para o crime e Justiça da ONU calcula que os lucros resultantes do tráfico de seres humanos – que ascende a 7 biliões de Dólares Americanos por ano – são actualmente equivalentes em termos financeiros, ao tráfico de Drogas»². Ainda que a sua maior incidência continue a ser nos países mais pobres, os locais em situação de conflito apresentam as características ideais para a ocorrência deste tipo de crimes pela desordem e confusão que os caracteriza. No caso do Kosovo, que se apresentava como território pobre e em guerra, todos meios e recursos necessários para o Tráfico Humano estavam presentes e, já no final do conflito, surgiram rumores locais sobre a prática de tráfico humano na região com a colaboração de figuras de relevo no cenário político e militar kosovares. Só, mais tarde, com a publicação do livro de memórias da antiga Procuradora do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, Carla Del Ponte, em 2008, as suspeitas de tráfico de órgãos humanos ocorrido durante e após o conflito se tornaram do conhecimento do público a nível internacional, provocando reacções como investigações da parte de organizações dos direitos humanos e da União Europeia.

O objectivo geral deste trabalho é analisar o trabalho feito pela Organização das Nações Unidas nos territórios em situação de conflito para proteger os direitos humanos e combater as violações contra os mesmos, tendo como caso específico de análise a guerra do Kosovo e a ocorrência de tráfico humano durante e após o período

² VARANDAS, Isabel e SARAIVA, Ana Maria (preparado por). Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres – Actas do (01) Seminário Internacional. Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres. Porto, 1999. P. 42

conflituoso. Nesse sentido, ao longo da dissertação, numa primeira fase, é feita a descrição dos três factores que formam o centro do problema – a ONU, os direitos humanos (tráfico humano) e a guerra do Kosovo; em seguida, é analisada a relação entre os três factores e a forma como se interligam e relacionam, ou seja, de que forma as características do conflito no Kosovo influenciou, ou não, no tipo de acções e medidas que a ONU tomou para intervir nas violações dos direitos humanos e protegê-los; análise do tipo de direitos humanos que foram violados e em que circunstâncias, assim como apresentação de exemplos; análise do facto do conflito ter levado a uma nova forma da ONU actuar neste tipo de situações; e de como o factor da opinião/interesse da comunidade internacional e de determinados países ter uma influência importante na liberdade de acção da ONU. Por fim, procede-se a um estudo mais pormenorizado do principal instrumento da ONU no combate aos crimes contra os direitos humanos praticados durante o conflito – o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia – e a uma análise sobre a importância da obra de memórias da antiga Procuradora, Carla Del Ponte, na divulgação do tráfico durante o período de conflito. Quanto à exposição inicialmente pensada sobre a realidade do tráfico humano em números, tanto no Kosovo como no resto do mundo, esta não foi possível concretizar pela falta de informação, uma vez que dadas as próprias características que definem este tipo de crimes não permitir números precisos.

Para a concretização da presente dissertação, o método principal utilizado foi a investigação com recurso a obras especializadas, relatórios e outros documentos relevantes sobre os diferentes temas que compõem o trabalho, sendo que, no caso específico da ONU e dos organismos da organização, a página electrónica foi a ferramenta mais usada, e, quanto à parte relativa à obra *A Caça: Eu e os Criminosos de Guerra*, o próprio livro foi o meio de referência usado. Como forma complementar também houve a tentativa de obter informações directamente das fontes, tais como da ONU e de alguns dos seus organismos – UNRIC, UNIC, UNOG, OHCHR, OSCE, UNODC e Unicef – e delegações – Zagreb, Pristina, Sarajevo e Belgrado –, da EULEX Kosovo, das organizações Human Rights Watch, Amnistia Internacional (Portugal e Reino Unido) e Observatório do Tráfico de Seres Humanos em Portugal; da antropóloga forense Clea Koff (que trabalho nas autópsias feitas aos corpos encontrados no território jugoslavo, da antiga Procuradora Carla Del Ponte e do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, tendo obtido respostas positivas de alguns dos contactados.

Na fase inicial da pesquisa sobre o tema, a hipótese construída para responder à pergunta de partida referia que, numa primeira fase, as acções da ONU não foram completamente eficazes ou perceptíveis, uma vez que não conseguiram evitar que os crimes contra os direitos fundamentais continuassem a ser cometidos, nem a sua diminuição, pelo contrário, os crimes pareciam aumentar a cada dia, tanto do lado dos sérvios como do lado da força militar para a libertação do Kosovo (KLA). Os milhares de mortes não foram evitados, assim como a protecção em relação à população civil foi relativamente escassa, devido também à situação que os organismos internacionais encontraram no terreno. Os cidadãos do território kosovar foram vítimas de todo o tipo de crimes, desde a expulsão das suas casas e do território até às torturas e mortes que ocorriam até na rua. Estes factos colocam as questões sobre a localização das forças da ONU e dos representantes dos seus organismo e o que estava a ser feito para impedir a sua continuação e para protecção dos civis. Por outro lado, os rumores sobre os campos de prisioneiros onde estes seriam mortos e lhes eram retirados órgãos destinados a tráfico nunca foram investigados a fundo, nem os seus possíveis perpetradores – alegadamente altos funcionários do governo e das forças militares – ou as vítimas. Apesar dos instrumentos de que dispunha, tais como o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ), fundado especificamente para punir os crimes cometidos no conflito contra a Humanidade e a Missão de Administração Interna para o Kosovo das Nações Unidas (UNMIK), a ONU confiou à Força Militar do Kosovo (KLA) o poder sobre a responsabilidade e a autoridade no território, o que lhes permitiu continuar com o clima de terror sobre os civis.

Numa segunda fase, começa a crescer uma acção decididamente mais enérgica por parte da ONU que começou com o livro escrito por Carla Del Ponte, antiga procuradora do TPIJ, que averigua os crimes cometidos contra a Humanidade, especialmente em relação aos indícios sobre o tráfico de órgãos humanos praticados por altos funcionários do governo sérvio e das forças militares. Mais tarde, o relatório do político suíço Dick Marty também abordou o assunto focando o papel das testemunhas e a protecção que lhes deveria ser dada para avançar nas investigações e conseguir chegar a conclusões concretas sobre os crimes.

As acções da ONU são assim identificadas, principalmente, com a intervenção da UNMIK e do TPIJ já após o conflito ter terminado. Dentro da UNMIK, várias agências das Nações Unidas serviram de apoio a diferentes áreas da vida económica e social kosovar, assim como foram feitas parcerias com outras organizações de ajuda

humanitária para garantir um desenvolvimento do território e a protecção da população civil, que ainda hoje está em progresso. Quanto ao TPIJ, este tem vindo a julgar todos aqueles que são indiciados pelos crimes cometidos durante a Guerra da Jugoslávia, independentemente do cargo que ocupavam, da nacionalidade ou da religião que têm. Ao mesmo tempo, desde 2008, continuam as investigações sobre o tráfico humano alegadamente ocorrido durante o conflito no Kosovo, numa cooperação entre a Organização da Nações Unidas (UNMIK), a União Europeia (European Union Rule of Law Mission in Kosovo - EULEX) e as autoridades do Kosovo e da Albânia, ainda que devido ao factor tempo e outras condicionantes, como a identificação dos corpos descobertos nas valas comuns, ainda esteja longe o fim da investigação. No entanto, parece ser possível identificar todo o caso do Kosovo como um exemplo de experiência para situações similares, uma vez que “contribuiu poderosamente para consolidar uma norma das relações internacionais que proíbe um Estado, em nome da sua soberania, cometer violações maciças, fronteiras adentro, dos direitos humanos.”³ Ao mesmo tempo, o conflito do Kosovo, para a ONU, é um dos casos que pode servir de modelo para saber que em determinadas circunstâncias, determinados desenvolvimentos são prováveis de ocorrer, ou seja, em caso de conflitos em que minorias étnicas, religiosas ou políticas estão envolvidas dentro do mesmo território, é provável que sejam praticados crimes contra a Humanidade motivados pelos ódios que são passíveis de existir por longos períodos de tempo.

³ VASCONCELOS, Álvaro de. O Kosovo e a Comunidade Internacional - Kosovo, ponto de viragem na intervenção humanitária em Política Internacional, nº 20, vol. 3. Lisboa, 1999. P.17

1.Os Direitos Humanos

«Nunca a violência, da desigualdade, exclusão, fome e opressão económica afectaram tantos seres humanos na história da terra e da humanidade – não negligenciemos nunca este facto macroscópico, construído a partir de inúmeros locais singulares de sofrimento: nenhum grau de progresso permite que uma pessoa ignore que nunca antes, em números absolutos, tantos homens, mulheres e crianças foram subjogados, mortos à fome ou exterminados.»⁴

1.1.Conceito de Direitos Humanos e a sua evolução na História

O conceito de Direitos Humanos é, talvez, o primeiro conceito que põe em evidência a mudança mais dramática das sociedades medievais para as sociedades modernas, onde os valores mudam com uma tendência cíclica do materialismo para o pós-materialismo. Isto significa que os valores que ganharam mais importância junto dos indivíduos passaram a estar relacionados com os seus direitos enquanto seres humanos e com as suas liberdades fundamentais. Como tal, os valores que regem as acções dos indivíduos deixaram de se direccionar primeiramente para fins financeiros para passarem a ter mais em consideração a qualidade de vida individual e em sociedade.⁵ Este conceito muda em consonância com as transformações políticas, sociais e históricas que acontecem no mundo, estando assim a sua concepção em constante mutação e adaptação.

Actualmente, e de acordo com o Gabinete do Alto-Comissário para os Direitos Humanos das Nações Unidas, o conceito de Direitos Humanos é definido pela característica base de que são direitos que pertencem a todos os seres humanos, independentemente das suas especificidades individuais, sejam estas a nacionalidade, o local de residência, o género, a etnia, a cor, a religião, o idioma ou qualquer outro estatuto. Estes direitos estão, por isso, interligados e são interdependentes e indivisíveis.⁶ Falta, no entanto, enumerar os direitos ou os tipos de direitos aos quais estas características são atribuídas para que esta seja uma definição completa. De uma forma mais específica, os trinta artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos referem-se ao direito à vida em si, pública e privada; à liberdade religiosa, de

⁴ HEGARTHY, Angela e LEONARD, Siobhan. *Direitos do Homem: Uma agenda para o Século XXI*. Instituto Piaget. Lisboa, 2003. Pp. 437

⁵ INGLEHART, Ronald. "Postmaterialist values." In *The Oxford Handbook of Political Behavior*, ed. R. J. Dalton and H.-D. Klingemann. Oxford: OUP, 2007.

⁶ Em <http://www.ohchr.org/EN/Issues/Pages/WhatareHumanRights.aspx>

pensamento e consciência; de opinião e expressão; de reunião e associação; de circulação dentro e fora do seu território nacional; de protecção individual; de igualdade social, económica, jurídica e laboral; a uma nacionalidade; a ter propriedade; e de acesso à educação, cultura e vida pública do seu país.⁷ Estes direitos foram pensados de forma universal para serem dirigidos a qualquer indivíduo de qualquer forma de sociedade, ainda que a sua concepção tenha sido elaborada de acordo com o pensamento ocidental.⁸

«Locke, Montesquieu, Voltaire e Rosseau reconhecem ao indivíduo direitos inalienáveis que nenhuma autoridade lhe pode negar. O homem, esse ser dotado de razão, goza de direitos já não concedidos pela clemência divina ou pela bondade da comunidade, mas por uma “lei natural” que transcende todas as outras e se aplica do mesmo modo a todos.⁹» Foi, ainda, durante o século XVII que as ideias sobre a sociedade e, em particular sobre o Homem, começaram a ganhar forma e a mudar, passando este a ter uma maior relevância enquanto actor activo na História e que, por isso, tem direitos e liberdades que advêm dessa nova importância. O primeiro passo para a consagração dos direitos humanos surgiu nos Estados Unidos da América ao ser incluído na Declaração de Independência do país o princípio da Igualdade, em 1776: «*We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness.*¹⁰» Assim, no meio do documento que representava o fim do estatuto do território americano enquanto colónia, a exaltação da vida, da liberdade e da busca da felicidade sobressaem como um ponto importante para o futuro de uma nação. Por isso, ainda que a mudança não tenha sido real entre todos os seres humanos, uma vez que, nesta época, ainda era bastante clara a diferença de direitos entre homens e mulheres e entre indivíduos de povos e sociedades diferentes, ela não deixou de marcar um primeiro sinal de consideração pelo homem enquanto indivíduo, com um valor que lhe dá direitos assim que nasce e dos quais ninguém tem o poder ou o direito de os retirar ou privar.

⁷ MACHETE, Rui. *Os direitos do Homem no Mundo*. Política – Caderno nº 2, Fundação Social-Democrata Oliveira Martins. Lisboa, 1978. Pp. 79-86

⁸ HEGARTHY, Angela e LEONARD, Siobhan. *Direitos do Homem: Uma agenda para o Século XXI*. Instituto Piaget. Lisboa, 2003.

⁹ COMBESQUE, Marie Agnès (sob orientação de). *Introdução aos Direitos do Homem*. Terramar, Lda. Lisboa, 1998. Pg 12.

¹⁰ Em http://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration_transcript.html

Mais tarde, a consciência dos direitos humanos sob o lema «liberdade, igualdade e fraternidade», durante o ano de 1789, e a defesa do indivíduo volta a ganhar força quando a 25 de Agosto foi proclamada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão durante a Revolução Francesa. Mais uma vez, são apenas pequenos passos dados em direcção a uma defesa real pela igualdade de circunstâncias dos direitos de todos os seres humanos com a continuidade das diferenças de direitos entre homens e mulheres, adultos e crianças, bem evidentes, mesmo dentro das sociedades consideradas como sendo as mais evoluídas e modernas daquela época.¹¹

A verdadeira preocupação com a defesa dos direitos humanos, que irá traduzir os documentos escritos ao longo dos séculos e as palavras discutidas em actos visíveis, e o que se pode considerar como a tentativa mais próxima de defesa de forma semelhante dos direitos e liberdades dos seres humanos por o serem apenas, ou seja, sem discriminações a nível de género, raça, estatuto social, entre outros, será notada apenas nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. Após a tentativa feita com a Sociedade das Nações, os objectivos da criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, já têm um alcance mais sério, que vai para além da política, isto é, a ideia de paz no mundo entre as nações passa a fazer sentido só quando inclui o respeito pelo ser humano enquanto indivíduo e não como meio para chegar ao objectivo da manutenção e do sucesso das relações entre os estados: «Abre-se então uma nova página da história dos direitos do homem, que tende a estender a sua aplicação a toda a humanidade, sem excluir seja quem for.»¹²

Três anos depois de o mundo ver nascer a ONU, a 10 de Dezembro de 1948, esta adopta como documento oficial da organização, e que acaba por chegar quase ao nível de uma lei universal, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, onde se estipula todos os direitos e liberdades que todos os seres humanos, sem qualquer tipo de distinção, têm como seus, e os quais devem ser respeitados por todos igualmente, assim como o seu desrespeito é passível de punição. Esta Declaração representou uma esperança para que os crimes cometidos entre os indivíduos não chegassem, no futuro, a atingir a gravidade e o horror dos actos cometidos durante a Segunda Guerra Mundial.¹³ A partir daqui os direitos relacionados com as mulheres, as crianças e a população

¹¹ COMBESQUE, Marie Agnés (sob orientação de). *Introdução aos Direitos do Homem*. Terramar, Lda. Lisboa, 1998. Pg 12.

¹² Idem. Pp 13

¹³ RIBEIRO, Manuel de Almeida e FERRO, Mónica. *A Organização das Nações Unidas*. 2ª Edição, Livraria Almedina. Coimbra, 2004. P. 323

negra, principalmente, ganharam novas perspectivas com a Convenção para a Eliminação da Discriminação Racial em 1965; a adopção dos Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos, e Económicos, Sociais e Culturais, em 1966; e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres em 1979.¹⁴

Ao longo dos anos 70, a forma de ver e entender os direitos humanos mudou de direcção, ou seja, os países mais pobres começaram a ter a noção que não poderiam chegar a um maior desenvolvimento a par dos países mais industrializados pela sua evidente desigualdade de recursos e meios. Esta situação também se verificava na questão dos direitos humanos, pois era impossível garantir a observância da defesa dos mesmos sem haver condições para tal, como, por exemplo, assegurar os direitos presentes no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.¹⁵ Neste sentido, «as Nações Unidas começaram a mover-se em direcção à ideia de abranger os direitos de solidariedade ou de “terceira geração” dentro do quadro dos direitos humanos.»¹⁶ Os direitos humanos começaram a ser vistos mais como aquilo que são – direitos humanos de cada indivíduo enquanto tal – e menos como direitos que deveriam ser tidos em consideração apenas quando fosse conveniente para os estados-membros e o seu desenvolvimento financeiro interno.

Uma vez que a atenção quanto aos direitos humanos cresceu como consequência dos eventos da Segunda Guerra Mundial, foram criadas mais normas especiais que protegessem os indivíduos em tempos de guerra. Nos territórios onde houvesse qualquer género de conflito armado, os indivíduos, fossem eles militares ou civis passavam a estar protegidos e qualquer crime contra os direitos humanos e as liberdades fundamentais passou a estar sujeito a punição. Dentro do Direito Humanitário Internacional, as principais mudanças aconteceram entre 1949, com as quatro Convenções de Genebra (e em 1977 com os seus Protocolos adicionais) e 1968, aquando da adopção da Resolução 2444 (XXIII) – “Respeito dos direitos humanos em período de conflito armado” – pela Assembleia Geral das Nações Unidas.¹⁷

A Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos de Viena, em 1993, foi outro marco na história pelos direitos humanos, onde foi possível às nações do mundo inteiro

¹⁴ COMBESQUE, Marie Agnés (sob orientação de). *Introdução aos Direitos do Homem*. Terramar, Lda. Lisboa, 1998. Pp 14

¹⁵ HEGARTHY, Angela e LEONARD, Siobhan. *Direitos do Homem: Uma agenda para o Século XXI*. Instituto Piaget. Lisboa, 2003. Pp. 53

¹⁶ Idem

¹⁷ Em <http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/Textos/sobre-dih.htm>

aceitarem a importância do respeito pelos direitos humanos e da sua defesa, assim como a relação que as várias áreas dos direitos humanos têm entre si, ainda que cada povo e cada nação tenha necessidades diferentes. Neste sentido, todos os países presentes puderam ver-se incluídos com as suas «especificidades nacionais e regionais e os diversos antecedentes religiosos», bem como ver assumido o dever dos seus governos «independentemente dos seus sistemas políticos, económicos e culturais, promover e proteger todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais.»¹⁸ Durante a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos foram também focadas questões como o fim do *apartheid*; os actos de terrorismo; a importância dos direitos das mulheres, das crianças, das pessoas com deficiência e das minorias e povos indígenas; e o papel das organizações não-governamentais, intergovernamentais e humanitárias em acções de consciencialização sobre os direitos humanos. Apelou-se também a uma maior coordenação dentro do sistema das Nações Unidas, assim como a um direccionar de mais atenção às questões relacionadas com os direitos e as liberdades fundamentais do homem e ao empenho para a constante renovação das diferentes formas de as resolver.¹⁹

¹⁸ Em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/decl-prog-accao-viena.html>

¹⁹ Idem

1.2. Crimes contra os direitos humanos

Os crimes considerados como sendo contra os direitos humanos são aqueles que, de alguma forma, põem em risco ou desrespeitam os direitos e as liberdades fundamentais dos indivíduos. Nesta linha, são vários os crimes que, ao serem cometidos, podem ser julgados como um atentado aos indivíduos enquanto seres humanos iguais, por não ser respeitada a sua condição descrita nos documentos de protecção dos direitos humanos, tais como a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os crimes, numa primeira análise, podem ser divididos, com base nos tipos de vítimas, em três frentes: crianças, mulheres e indivíduos em geral. Começando pelos crimes relacionados com as crianças, enumeram-se acções criminosas como o trabalho infantil; tráfico, prostituição e pornografia infantil; violência infantil e o viver nas ruas. Quanto aos crimes associados especificamente às mulheres, estes têm a ver com a discriminação de género, tráfico humano e violência física e psicológica. Já o ser humano em geral pode ser vítima de discriminação quanto a deficiências, idade, etnia e crenças religiosas e políticas; de escravatura e acções semelhantes a escravatura ou trabalho forçado; tráfico para fins de prostituição, de pornografia e de órgãos humanos; tortura e outras formas de tratamento igualmente cruéis, degradantes e desumanas.²⁰

No caso de territórios em conflito, é ainda maior a necessidade de garantir o respeito pelos direitos do indivíduo comum, ainda que este possa pertencer ao estado contra o qual se luta. Assim, são proibidas práticas de «coacção física e moral, dos castigos corporais, da tortura, das mutilações, das experiências médicas ou científicas injustificadas, das penas colectivas, das medidas de terrorismo, da pilhagem ou de represálias contra as pessoas ou os seus bens e da tomada de reféns.»²¹ À parte destes crimes existem dois tipos de infracções que podem ocorrer com maior probabilidade em altura de conflitos: o genocídio e o *apartheid*. Quanto ao primeiro, este designa o acto que tem como finalidade a destruição de um determinado grupo de indivíduos com uma característica que os diferencia dos restantes seja pela sua nacionalidade, etnia, raça ou religião. Em relação ao *apartheid*, sendo o mais conhecido o ocorrido na África do Sul, este crime surge numa nítida forma de mostrar a superioridade de um grupo racial em relação a outro, através de obrigações de uns para com os outros de forma a ter o seu

²⁰ Em <http://www.ohchr.org/EN/Issues/Pages/ListOfIssues.aspx>

²¹ DEYRA, Michael. *Direito Internacional Humanitário*. Procuradoria-Geral da República – Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Lisboa, Setembro de 2001. Pp. 120

domínio.²² No entanto, estes dois crimes não são apenas característicos de zonas de conflito, podendo ocorrer, igualmente, em alturas de paz.

²² DEYRA, Michael. Direito Internacional Humanitário. Procuradoria-Geral da República – Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Lisboa, Setembro de 2001. Pp. 144

1.3. Enquadramento legislativo

A Carta das Nações Unidas foi o primeiro documento que surgiu para a defesa pelos direitos humanos que continha uma linguagem e um conteúdo que, ainda que não fosse uma legislação com direito a punição em caso de incumprimento, acabou por começar a ser vista como lei e, mais tarde, foi a base daquela que viria a ser a chamada a lei que rege a Organização das Nações Unidas e os seus estados-membros. A importância da Carta das Nações Unidas é ainda maior pelo facto de ter sido ela a reconhecer «formalmente, que os direitos do homem têm uma dimensão internacional e já não são somente uma questão que cai sob a exclusiva jurisdição de um Estado; e em segundo lugar, outorgou às Nações Unidas a autoridade legal para se entregarem a uma codificação dos direitos do homem que levou ao esboço do que foi o primeiro documento internacional sobre os direitos do homem, a Declaração Universal dos Direitos do Homem.»²³

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi o ponto de partida usado pelas Nações Unidas para criar normas que regulassem os direitos e as liberdades fundamentais dos indivíduos dos estados-membros em primeiro lugar, mas também para que, num futuro, se estendessem ao resto do mundo. Exemplos directos dessas normas são as que fazem parte dos Pactos internacionais de direitos humanos e que surgiram em 1966 – Pacto Internacional para os Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Os estados, ao assinarem estes tratados, estavam também a concordar com a apresentação regular de relatórios públicos sobre a situação relativa aos direitos humanos dentro dos seus territórios.²⁴

Para além dos já referidos, existe uma quantidade algo considerável de documentos a nível internacional, dentro da Organização das Nações Unidas, que apoiam e suportam a defesa dos direitos humanos, dos quais se segue uma enumeração:

- › Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça
- › Línguas Minoritárias
- › Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos
- › Protocolo Facultativo Referente ao Pacto Internacional sobre os Direitos

Civis e Políticos

²³ HEGARTHY, Angela e LEONARD, Siobhan. *Direitos do Homem: Uma agenda para o Século XXI*. Instituto Piaget. Lisboa, 2003. Pp. 26

²⁴ Idem. Pp. 27 e 51

› Segundo Protocolo Adicional ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos com vista à abolição da Pena de Morte

› Conferências e Cimeiras Mundiais sobre Direitos Humanos:

- Declaração e Programa de Acção de Viena

- Proclamação de Teerão

- Declaração do Milénio das Nações Unidas²⁵

De acordo com as características específicas de cada região ou continente, foram ainda criados instrumentos próprios adequados, como sendo na Europa, através do Conselho da Europa, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e Liberdades Fundamentais (CEDH) e a Carta Social Europeia (CSE). Estes dois documentos representam os principais antecessores dos meios de protecção dos direitos humanos na Europa, sendo que a CEDH é «a primeira instância em que um código de direitos do homem, desenvolvido a nível internacional, era secundado por um sistema de aplicação completamente sancionado.»²⁶ A completar este conjunto de mecanismos protectores, a Convenção Europeia criou ainda uma Comissão e um Tribunal de Direitos do Homem²⁷. Dentro da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) foi criada a Acta Final de Helsínquia, um documento que inclui o respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela igualdade entre povos para garantir ou reforçar as relações entre os estados-membros, assim como a sua segurança.²⁸

No continente africano, são quatro os instrumentos jurídicos para a protecção dos direitos humanos elaborados pela União Africana: o Acto Constitutivo da União Africana; a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos; o Protocolo à Carta sobre o Estabelecimento de um Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos; e o Protocolo sobre o Estatuto do Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos.²⁹

Quanto à Organização de Estados Americanos, da legislação dedicada ao continente americano fazem parte cinco documentos: a Carta da Organização de Estados Americanos; a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; Convenção Americana sobre os Direitos Humanos; o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Económicos, Sociais e

²⁵ Em http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_1/IIIPAG3_1.htm

²⁶ HEGARTHY, Angela e LEONARD, Siobhan. *Direitos do Homem: Uma agenda para o Século XXI*. Instituto Piaget. Lisboa, 2003. Pp. 61

²⁷ Em http://www.echr.coe.int/NR/rdonlyres/7510566B-AE54-44B9-A163-912EF12B8BA4/0/POR_CONV.pdf - Título II: artigos 19-51º

²⁸ Em <http://www.osce.org/mc/39501>

²⁹ Em http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_1/IIIPAG3_1.htm

Culturais (Protocolo de São Salvador); e o Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referente à Abolição da Pena de Morte.³⁰

Todos estes documentos, de um modo geral, ainda que elaborados de acordo com uma região, são dedicados à garantia da protecção dos direitos humanos dentro das subsequentes áreas: Prevenção da discriminação; Direitos da Criança; Discriminação contra as Mulheres; Direitos dos Migrantes; Direitos Humanos na Administração da Justiça; Pessoas com Deficiência; Emprego e Trabalho; Escravidão, Servidão, Trabalhos Forçados e Práticas Similares/ Tráfico de Pessoas; Liberdade de Associação; Liberdade de Informação; Casamento, Família e Juventude; Refugiados e Asilo; Nacionalidade e Apátrida; Idosos; Bem-Estar Social, Progresso e Desenvolvimento; Saúde e Assistência Médica; Protecção de Dados Pessoais; Bioética; Direito de Fruição Cultural, Desenvolvimento e Cooperação Cultural Internacional; Direito à Autodeterminação; Promoção e Protecção dos Direitos Humanos; e Direito Internacional Humanitário.³¹

Devido à quantidade de instrumentos jurídicos existentes, será dada particular atenção ao Direito Internacional Humanitário (DIH), por ser aquele que vai mais de encontro ao assunto a ser aqui desenvolvido posteriormente – os crimes contra a humanidade durante o conflito no Kosovo – e, dentro deste, uma breve síntese sobre a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio; a Convenção III de Genebra relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra; Convenção IV de Genebra relativa à Protecção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra; e o Estatuto do Tribunal Internacional para Julgar as Pessoas Responsáveis por Violações Graves ao Direito Internacional Humanitário cometidas no Território da Ex-Jugoslávia desde 1991.³² O Direito Internacional Humanitário é um ramo do Direito que tem como fim proteger os direitos dos indivíduos, sejam eles civis ou militares em tempos de conflitos, ou seja, como define Michael Deyra, na obra *Direito Internacional Humanitário*, esta área da legislação pretende «em nome dos princípios de humanidade e dignidade reconhecidos por todas as formas de civilização, proteger a pessoa que se encontra numa situação perigosa devido à violência causada pela guerra.»³³ O DIH pretende impor limites à acção dos intervenientes no conflito, normalmente os Estados, de forma a que quem está

³⁰ Em http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_1/IIIPAG3_1.htm

³¹ Idem

³² Em http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_23/IIIPAG3_23.htm

³³ DEYRA, Michael. *Direito Internacional Humanitário*. Procuradoria-Geral da República – Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Lisboa, Setembro de 2001. Pp. 12

no território afectado possa ser protegido do abuso contra os seus direitos e liberdades fundamentais, pois ainda que seja uma situação de guerra e que à primeira vista pareça ser algo caótico, com a modernização das sociedades, também a guerra passou a ter regras que pretendem impedir acções extremas de violência.

A Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio entrou em vigor a 12 de Janeiro de 1951 e tem como principal objectivo legislar qualquer crime que esteja dentro das características reconhecidas como Genocídio ou actos relacionados com o mesmo e que tenha como fim a destruição de «um grupo nacional, étnico, racial ou religioso.» A Convenção III de Genebra relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra foca-se nos direitos que os indivíduos, ainda que prisioneiros, continuam a ter. Ou seja, os prisioneiros resultantes de um período de conflito, apesar da sua condição, não deixam de ser indivíduos com direitos, o que obriga a quem os tem presos a continuar a respeitar esses mesmos direitos, tendo isso sempre em mente na forma como são tratados, sem recorrer a qualquer tipo de discriminação ou violência e garantindo o seu bem-estar através de assistência médica e espiritual.³⁴ Durante um período de guerra entre dois ou mais estados, em que os cidadãos do território em conflito se encontram no meio da batalha, estes devem, por serem alheios às razões e causas do conflito, ser protegidos contra atentados contra os seus direitos e assim, para que esse fim fosse garantido, surgiu a Convenção IV de Genebra relativa à Protecção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra - «são e manter-se-ão proibidas, em qualquer ocasião e lugar, relativamente às pessoas acima mencionadas:

a)As ofensas contra a vida e a integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios;

b)A tomada de reféns;

c)As ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes;

d)As condenações proferidas e as execuções efectuadas sem prévio julgamento, realizado por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados.»³⁵ Este documento refere-se ainda ao direito que os indivíduos têm de poder sair do território em conflito; a

³⁴ Em http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_23/IIIPAG3_23_4.htm#tituloI

³⁵ Em http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_23/IIIPAG3_23_5.htm#tituloI

estarem protegidos contra qualquer forma de tratamento que vá contra os seus direitos e liberdades fundamentais; e ao caso especial dos internados em períodos de conflito.³⁶

Em relação ao Estatuto do Tribunal Internacional para Julgar as Pessoas Responsáveis por Violações Graves ao Direito Internacional Humanitário cometidas no Território da Ex-Jugoslávia desde 1991, este apresenta as disposições que vão orientar o funcionamento do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, assim como a sua composição, quais as situações para que é destinada a sua intervenção, tais como as violações feitas contra os direitos humanos protegidos pela Convenção de Genebra e pela legislação específica para situações de guerra, e todo o processo para o julgamento que deve ser seguido a partir da apresentação de uma queixa, desde a acusação, os direitos do acusado, a protecção das vítimas e das testemunhas, quanto à sentença e até às penas.³⁷

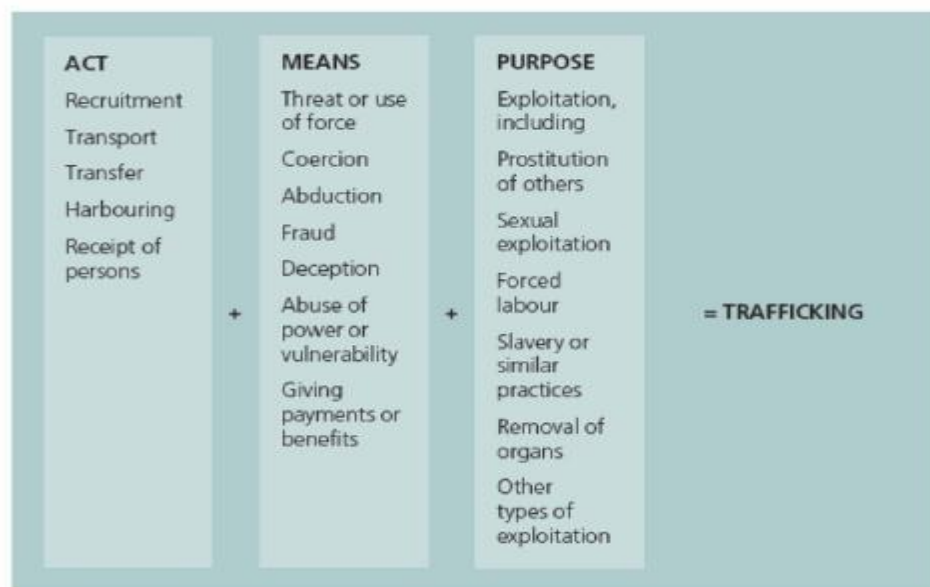
³⁶ Em http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_23/IIIPAG3_23_5.htm#tituloI

³⁷ Em http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_23/IIIPAG3_23_14.htm

1.4.Tráfico Humano

De acordo com a Organização das Nações Unidas, o tráfico humano é definido como «*a crime against humanity. (...)the recruitment, transportation, transfer, harbouring or receipt of persons, by means of threat, use of force or other means of coercion, of abduction, of fraud, of deception, of the abuse of power or of a position of vulnerability or of the receiving or giving of payments or benefits to achieve the consent of a person having control over another person, for the purpose of exploitation, which includes, at a minimum, the exploitation of the prostitution of others or other forms of sexual exploitation, forced labour or services, slavery or practices similar to slavery, servitude or the removal of organs* »³⁸ Significa esta definição que o tráfico humano implica sempre o forçar um indivíduo a fazer algo contra a sua vontade, onde quem aplica a força pode ter, ou não, ganhos financeiros derivados do resultado desse acto forçado, mas tem sempre alguma forma de lucro. Para ser considerado um acto de tráfico humano, três factores têm de existir para completar a definição:

Fig.1 Elementos do conceito Tráfico Humano



Fonte: <http://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/what-is-human-trafficking.html>

A combinação de pelo menos um elemento de cada uma das colunas do quadro anterior é considerada crime, sendo que derivam desse crime, e de acordo com o Protocolo de Tráfico de Pessoas do Gabinete sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas

³⁸ Em <http://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/what-is-human-trafficking.html>

(UNODC), os delitos de tentativa de ofensa de tráfico, participação como cúmplice em ofensa de tráfico e organização de ofensa de tráfico.³⁹

Na esfera da protecção dos direitos do Homem, na Declaração Universal, está também implícita a defesa contra o tráfico humano em todas as suas formas, sendo isto visível nos primeiros artigos da Declaração:

“Article 1. All human beings are born free and equal in dignity and rights. They are endowed with reason and conscience and should act towards one another in a spirit of brotherhood. (...)”

Article 4. No one shall be held in slavery or servitude; slavery and the slave trade shall be prohibited in all their forms.

Article 5. No one shall be subjected to torture or to cruel, inhuman or degrading treatment or punishment.”⁴⁰

O Tráfico Humano tem vindo a tornar-se, cada vez mais, um problema de difícil solução tanto na Europa como no resto do mundo, principalmente, em territórios mais pobres, ou menos desenvolvidos, e em zonas onde haja conflitos. As vítimas deste crime podem ser tanto mulheres e homens como crianças e adultos. As razões que levam ao aumento deste fenómeno podem ser várias, tais como o “crescimento da indústria do sexo a nível internacional, que chega a constituir uma componente expressiva de determinadas economias. Outros factores determinantes incluem a globalização (que torna mais fácil a movimentação de pessoas e de capitais), transformações dentro e entre os estados (que têm exacerbado as disparidades entre ricos e pobres) e a feminização da pobreza.”⁴¹

No sentido de combater este fenómeno global, a UNODC tem vindo a criar mecanismos de ajuda e apoio para criar legislações para os estados que são fonte e destino das vítimas de tráfico humano, para as vítimas em si e a população em geral numa forma de informar sobre como reconhecer vítimas e criminosos, denunciar possíveis casos e ajudar vítimas. Ao mesmo tempo, o Gabinete das Nações Unidas pretende promover a cooperação entre os estados nas investigações e processos, como mostra a criação da Campanha do Coração Azul contra o Tráfico Humano, em 2009,

³⁹ Em <http://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/what-is-human-trafficking.html>

⁴⁰ Em <http://www.un.org/en/documents/udhr/>

⁴¹ VARANDAS, Isabel e SARAIVA, Ana Maria (preparado por). *Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres – Actas do (01) Seminário Internacional. Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres*. Porto, 1999. P. 42

A acção da ONU na prevenção e no combate aos crimes contra a Humanidade em territórios em conflito
– o caso do Tráfico Humano no Kosovo

para divulgar o Protocolo relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas⁴².

⁴² Em <http://www.unodc.org/blueheart/index.html>

2. A ONU

*«Peace and security are the main goals, however important and desirable the social and economic aims may be.»*⁴³

2.1. Enquadramento histórico

A Segunda Guerra Mundial foi o principal catalisador que levou à formação da Organização das Nações Unidas (ONU). Quando, em 1939, começaram os conflitos dentro do continente europeu, ninguém imaginava que seria essa guerra a mostrar aos líderes do mundo a urgência de criar novamente uma instituição que fosse capaz de manter e defender a segurança e a paz entre os povos. Como sucessora da Liga das Nações, também idealizada para manter o mundo livre de grandes conflitos após a Primeira Guerra, a Organização das Nações Unidas começou a ser discutida ainda em 1941, sendo, no entanto, formalizada apenas no dia 26 de Junho de 1945, em São Francisco, quando a Carta das Nações Unidas foi assinada pelos representantes de 50 países. Contudo, a existência da ONU só seria reconhecida a partir de 24 de Outubro do mesmo ano com a ratificação da Carta.⁴⁴ «A ONU é concebida na Carta como uma associação de Estados *amantes da paz*, por contraposição aos Estados *inimigos da paz*, essencialmente os vencidos da II Guerra Mundial, e os seus aliados.»⁴⁵

A 12 de Junho de 1941, diante das atrocidades cometidas por Hitler durante o conflito, os representantes dos países aliados juntaram-se, em Londres, para encontrar soluções que lhes permitissem levar os seus estados e o resto do mundo a uma situação de segurança. Com o fracasso da Sociedade das Nações, que não conseguiu impedir que as nações continuassem a usar as armas como forma para resolverem as suas divergências, continuava insatisfeita a necessidade de um elemento mediador entre os Estados e que tivesse uma autoridade aceite comumente por todos, ao mesmo tempo que teria meios eficazes para punir os transgressores. Após esse encontro, onde foi assinada a Declaração de Londres, seguiu-se o de Washington, em Janeiro do ano seguinte, com a presença de 26 estados aliados e que terminou com a assinatura da

⁴³ NICHOLAS, H. G. *The United Nations as a political institution*. Oxford University Press. London, 1959. P. 14

⁴⁴ Em <http://www.un.org/aboutun/unhistory/>

⁴⁵ RIBEIRO, Manuel de Almeida e FERRO, Mónica. *A Organização das Nações Unidas*. 2ª edição, Livraria Almedina. Coimbra, 2004. P. 236

Declaração das Nações Unidas, onde se «manifestava solenemente a solidariedade das Nações Unidas contra as potências do Eixo».⁴⁶

Mais tarde, em 1944, numa reunião informal, foram acordadas as principais linhas que iriam guiar a nova organização. Assim, em Dumbarton Oaks, os Estados Unidos da América, a Inglaterra, a França, a União Soviética e a China acordaram que a Organização das Nações Unidas teria como principais objectivos manter a paz; desenvolver relações amigáveis entre as nações; dar assistência às nações mais pobres no combate à fome, às doenças e ao analfabetismo; encorajar o respeito mútuo pelos direitos e liberdades individuais; e ser um centro de acções que levassem à conquista destes objectivos. Para a consecução dos fins delineados, dentro da ONU foram criados seis órgãos principais – a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Económico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado – e diversos organismos responsáveis por áreas específicas.⁴⁷

⁴⁶ FERNANDES, António José. Organizações Políticas Internacionais – ONU, OEA e OUA. Biblioteca de Textos Universitários. Editorial Presença. Lisboa, 1980. P. 66

⁴⁷ <http://www.un.org/en/aboutun/index.shtml> e FERNANDES, António José. Organizações Políticas Internacionais – ONU, OEA e OUA. Biblioteca de Textos Universitários. Editorial Presença. Lisboa, 1980. P. 67

2.2. Constituição da Organização

As nações criadoras da ONU, tendo por base a experiência da Sociedade das Nações, assentaram o sistema da organização em três características fundamentais para a criação dos principais órgãos: autonomia, complementaridade e coordenação. O propósito de dotar cada um dos seis órgãos principais com estas características foi fortalecer as acções de cada um, assim como dar-lhes a capacidade de agir de forma independente e em conjunto com outro ou outros órgãos ou organismos de forma a atingir os objectivos mais eficazmente. Acrescentava-se ainda a possibilidade de cada órgão criar organismos especializados para determinada área e de poder haver recomendações e consultas mútuas entre os órgãos e entre a ONU e outras instituições.⁴⁸

A Assembleia Geral aparece como o primeiro órgão principal da ONU, sendo o órgão central deliberativo, composto por representantes de todos os estados membros da organização. Cada um dos actuais 193 membros tem direito a um voto nos temas discutidos e que, por norma, são relacionados com as áreas da segurança, da manutenção da paz, da admissão de novos membros e orçamentos. As decisões são tomadas pela regra da maioria de dois terços ou maioria simples em questões de menor importância. Para além das sessões plenárias, onde são discutidas todas as principais questões, a Assembleia Geral tem ainda seis comissões direccionadas para assuntos específicos, tais como questões políticas, questões sobre segurança internacional, questões sociais, humanitárias e culturais, entre outras.⁴⁹

O Conselho de Segurança é constituído por 15 membros, sendo que cinco são permanentes e os restantes dez são eleitos para mandatos de dois anos. A principal função do Conselho é manter a segurança e a paz entre as nações, o que significa que tem de garantir a resolução de qualquer conflito entre as nações que possa ameaçar a paz internacional. Como meios de intervenção na resolução de conflitos, o Conselho de Segurança tem à sua disposição a aplicação de sanções económicas e acções militares conjuntas, se acaso a via por meios pacíficos não funciona.⁵⁰

Em relação ao Conselho Económico e Social, todas as questões relacionadas com as actividades económicas e sociais da ONU são da sua responsabilidade. Constituído por 54 membros eleitos, tem sob a sua alçada a cooperação e a coordenação

⁴⁸ RIBEIRO, Manuel de Almeida e FERRO, Mónica. *A Organização das Nações Unidas*. 2ª edição, Livraria Almedina. Coimbra, 2004. Pp.75-80

⁴⁹ Em <http://www.un.org/en/ga/about/index.shtml>

⁵⁰ Em http://www.un.org/Docs/sc/unsc_background.html

das agências especializadas nos assuntos económicos e sociais de âmbito internacional, ao mesmo tempo que pode aconselhar e fazer recomendações aos estados membros, à Assembleia Geral e ao próprio sistema das Nações Unidas⁵¹ quanto «ao comércio internacional, à industrialização, aos recursos naturais, à condição da mulher, às questões demográficas, ao bem-estar social, à ciência e à tecnologia, à prevenção do crime»⁵², entre outros.

O Tribunal Internacional de Justiça é o órgão por excelência da área jurídica da Organização das Nações Unidas, sendo assistido por um órgão administrativo, o Registo. Os 15 juízes que compõem o Tribunal são eleitos por um período de nove anos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança e têm a seu cargo as funções de julgar questões ou disputas entre Estados com base no Direito Internacional e dar pareceres ou opiniões em casos de natureza jurídica às agências especializadas e aos órgãos das Nações Unidas.⁵³

O Secretariado é o órgão que está ao serviço dos restantes órgãos da ONU em relação a todos os assuntos ligados à parte administrativa. As suas funções são garantidas por um conjunto de funcionários internacionais ao serviço dos órgãos das Nações Unidas, de forma independente dos estados membros, e pelo Secretário-Geral, nomeado pela Assembleia Geral para um período de cinco anos, com a recomendação do Conselho de Segurança. A figura do Secretário-Geral das Nações Unidas é a principal do sistema da Organização, sendo que as suas competências, assim como as dos funcionários do Secretariado, englobam todas as áreas das quais a própria organização se ocupa.⁵⁴ É por esta razão que o Secretariado se encontra dividido em várias subdivisões dirigidas para uma determinada área: Gabinete Executivo do Secretário-Geral; Gabinete de Serviços de Vigilância Interna; Gabinete de Assuntos Jurídicos; Gabinete de Assuntos Políticos; Gabinete para os Assuntos de Desarmamento; Departamento de Operações de Manutenção da Paz; Departamento de Apoio em Campo; Gabinete para a Coordenação dos Assuntos Humanitários; Departamento de Assuntos Económicos e Sociais; Departamento para a Assembleia

⁵¹ Em <http://www.un.org/en/ecosoc/about/index.shtml>

⁵² FERNANDES, António José. Organizações Políticas Internacionais – ONU, OEA e OUA. Biblioteca de Textos Universitários. Editorial Presença. Lisboa, 1980. P. 78

⁵³ Em <http://www.icj-cij.org/court/index.php?p1=1>

⁵⁴ Em <http://www.un.org/en/mainbodies/secretariat/>

Geral e Gestão de Conferências; Departamento de Informação Pública; Departamento de Segurança e Protecção e o Departamento de Gestão.⁵⁵

Por fim, o Conselho de Tutela, que não se encontra, actualmente, em permanente funcionamento, foi criado para fiscalizar os territórios sob tutela e as condições em que estavam a ser administrados através de relatórios sobre as áreas da política, economia, sociedade e educação. Uma vez que o último território sob tutela, Palau, foi declarado independente em 1994, o Conselho apenas se reúne quando existe razão para tal.⁵⁶

Para além destes seis órgãos tidos como principais, existem ainda vários outros organismos que fazem parte da Organização das Nações Unidas tais como as agências especializadas, fundos e programas. Dentro das agências especializadas ou organismos autónomos encontram-se a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), entre outros. Os restantes organismos fazem parte dos chamados semiautónomos e deles fazem parte, por exemplo, a Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA), a Convenção para os Direitos das Pessoas com Deficiência⁵⁷ e o Fundo das Nações Unidas para a Democracia.⁵⁸

⁵⁵ Tradução da minha autoria: *Executive Office of the Secretary-General; Office of Internal Oversight Services; Office of Legal Affairs; Department of Political Affairs; Office for Disarmament Affairs; Department of Peacekeeping Operations; Department of Field Support; Office for the Coordination of Humanitarian Affairs; Department of Economic and Social Affairs; Department for General Assembly and Conference Management; Department of Public Information; Department of Safety and Security e Department of Management* - <http://www.un.org/en/mainbodies/secretariat/>

⁵⁶ Em <http://www.un.org/en/mainbodies/trusteeship/>

⁵⁷ *Convention on The Right of Persons with Disabilities*

⁵⁸ Em <http://www.un.org/en/aboutun/structure/index.shtml>

2.3 Histórico da relação entre a ONU e os Direitos Humanos – organismos e documentos criados

A história da Organização das Nações Unidas está directamente ligada à história internacional dos direitos humanos, se se tiver em mente que uma das razões que levou as nações a considerarem que era urgente criar uma instituição que servisse de mediadora nas relações entre as mesmas, para garantir e defender a paz internacional, foi o reconhecimento da falta de limite na capacidade do homem para destruir o seu semelhante, demonstrado com os campos de concentração de Hitler, assim como, os tratamentos a que foram sujeitos os prisioneiros. Desde essa altura, começou a ser evidente que difundir, entre as nações, o conceito de igualdade de direitos entre todos os seres humanos era um factor importante na manutenção da paz e da segurança internacionais, o que parecia só ser possível se houvesse uma organização respeitada por uma maioria de estados, que pudesse intervir em casos de crimes contra a Humanidade, onde não fosse visível outra solução, e que pudesse aplicar punições aos desrespeitadores. Por outro lado, o fim da Segunda Guerra não tornou o mundo um lugar pacífico, levando antes ao surgimento de uma série de conflitos internos dentro dos estados que tinham origem em causas como diferenças de etnias, lutas de povos por um mesmo território ou questões políticas, e que provocaram milhões de vítimas mortais.⁵⁹

Após 1948, aquando da adopção da Declaração Universal dos Direitos Humanos e até aos dias de hoje, a ONU tem tido várias oportunidades de lutar contra diferentes ataques aos direitos humanos, onde, muitas vezes, a vida humana não tem praticamente valor quando comparada com os objectivos de quem pratica este tipo de crimes. As Nações Unidas têm trabalhado na protecção das «mulheres, crianças e pessoas com deficiências, minorias, trabalhadores emigrantes e outros grupos vulneráveis»⁶⁰ contra a discriminação relacionada com o género, a idade, a religião, as incapacidades e as etnias. O trajecto da Organização na defesa dos direitos humanos foi constituído por acontecimentos específicos em vários pontos do globo, sendo que teve o ponto de partida nos crimes cometidos durante a Segunda Guerra e avançou para locais como Angola, Somália, Timor Leste, Ruanda, Sudão, Serra Leoa ou o território da ex-

⁵⁹ VIANA, Vítor Rodrigues. Segurança Colectiva – A ONU e as Operações de Apoio à Paz. Edições Cosmos – Instituto da Defesa Nacional. Lisboa, 2002. P. 98

⁶⁰ Em

[http://unic.un.org/aroundworld/unics/common/documents/publications/untoday/UN TODAY BOOK en g.pdf](http://unic.un.org/aroundworld/unics/common/documents/publications/untoday/UN_TODAY_BOOK_en_g.pdf) P.239 – Tradução da minha autoria

Jugoslávia.⁶¹ Os dramas humanitários mais evidentes, a nível internacional, também aumentaram e provocaram conflitos entre povos e estados com características bastante cruéis. Exemplo destas disputas foi o *apartheid* na África do Sul, país onde durante cerca de três séculos reinou a discriminação racial entre a população, levando a que os direitos da população negra fossem diminuídos consideravelmente em favor da população branca e vários crimes baseados nesta desigualdade foram cometidos por ambas as partes. Com a ajuda da acção da ONU, as «alterações no regime sul-africano, que se traduziram em eleições gerais e na aprovação de uma nova constituição criando instituições democráticas com plena igualdade de voto»⁶², gradualmente, resultaram na diminuição destas disparidades e os direitos foram readquiridos de forma equitativa. Outro exemplo é o Ruanda, que, em 1994, foi o palco de um conflito pelo poder no território, entre duas etnias diferentes, os Hutus e os Tutsis, e que levou ao genocídio de mais de 500 000 pessoas⁶³: «Após a assinatura de um acordo de paz em 1993, os militantes extremistas bahutu, antecipando a sua exclusão do poder político, planearam deliberadamente o assassinato dos líderes bahutu moderados e levaram a cabo uma campanha genocidária contra os Batutsi, (...)»⁶⁴

As acções da ONU dedicadas à manutenção da paz e à defesa dos direitos do Homem atravessaram uma série de mudanças que aconteciam de acordo com o que era o cenário a nível internacional e principalmente com o estado das relações entre os estados, o que nem sempre favorecia o trabalho da Organização. Após o fim da Segunda Guerra Mundial e com o quase imediato início da tensão que ficou conhecida como Guerra Fria e que dividiu o mundo em dois blocos, a ONU viu as suas acções serem condicionadas pelas consequências da rivalidade entre o bloco comandado pelos Estado Unidos da América e o bloco liderado pela União Soviética, uma vez que precisavam do voto favorável dos cinco grandes (Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França) – os únicos com direito de veto – do Conselho de Segurança para poderem proceder às missões de paz. De acordo com os interesses de cada um dos Estados, os vetos foram usados várias vezes durante o período específico da Guerra

⁶¹ VIANA, Vítor Rodrigues. *Segurança Colectiva – A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Edições Cosmos – Instituto da Defesa Nacional. Lisboa, 2002. PP. 134-140

⁶² RIBEIRO, Manuel de Almeida e FERRO, Mónica. *A Organização das Nações Unidas*. 2ª edição, Livraria Almedina. Coimbra, 2004. P. 324

⁶³ Em <http://www.unict.org/AboutICTR/GeneralInformation/tabid/101/Default.aspx> (07.11.2011)

⁶⁴ FERREIRA, Patrícia Magalhães. *Identities Étnicas, Poder e Violência em África: O Conflito no Burundi*. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – Centro de Documentação e Informação. Lisboa, 2005.

Fria, de forma que foram poucas as missões de paz que a Organização foi autorizada a empreender. Estas missões foram na sua maioria caracterizadas, numa primeira fase, pela vertente predominantemente pacífica, onde o papel da ONU passou, essencialmente, pela observação e monitorização dos acordos de cessar-fogo. Numa segunda fase, a gravidade dos conflitos e a dificuldade de chegar a um acordo de forma pacífica, durante a crise do Suez, motivou a entrada em cena de um meio complementar na manutenção da paz com o uso de forças militares organizadas⁶⁵. O aumento da intervenção da ONU verificou-se com o fim da Guerra Fria em 1991 que trouxe não só o fim da tensão entre os Estados Unidos e a União Soviética, como também o desmembramento da União Soviética e o início da queda da ex-Jugoslávia. Estes dois acontecimentos, em especial, provocaram «uma onda de tensões seculares acumuladas, de natureza étnica, religiosa, cultural e política, até então contidas», além de uma variedade de acordos assinados que precisavam do trabalho das forças de manutenção da paz da ONU para a sua implementação com sucesso⁶⁶.

Em consequência de todas estas mudanças por que o mundo e as sociedades vinham passando, também a ONU teve a necessidade de se adaptar às novas características do cenário internacional, o que levou a que Kofi Annan, antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, pusesse em prática aquilo que muitos já vinham discutindo – a reforma da Organização. Quando foi eleito Secretário-Geral, uma das primeiras medidas que tomou foi a de adaptar a ONU às novas realidades do mundo, um mundo que mudara muito desde a sua constituição. Já não fazia sentido que a ONU mantivesse os mesmos objectivos para os quais foi criada, era preciso dar resposta aos novos problemas e desafios que uma sociedade, cada vez mais globalizada, parecia criar e que aumentava, entre outros, as diferenças do nível de vida dos cidadãos nos diferentes Estados.⁶⁷

2.3.1.O Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos

«The Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR) represents the world's commitment to universal ideals of human dignity.»⁶⁸

⁶⁵ Nota: Exemplo da UNEF – Força de Emergência das Nações Unidas

⁶⁶ VIANA, Vítor Rodrigues. *Segurança Colectiva – A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Edições Cosmos – Instituto da Defesa Nacional. Lisboa, 2002. PP. 81-101

⁶⁷ RIBEIRO, Manuel de Almeida e FERRO, Mónica. *A Organização das Nações Unidas*. 2ª Edição, Livraria Almedina. Coimbra, 2004. P. 285

⁶⁸ Em <http://www.ohchr.org/EN/AboutUs/Pages/WhoWeAre.aspx>

Enquanto era visível que a sociedade criava, com tendência a crescer, uma consciência solidária e preocupada com os direitos humanos e os crimes cometidos contra os mesmos, a Assembleia Geral das Nações Unidas criou, em 1993, o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos que teria como principal propósito a protecção da igualdade de direitos humanos de todos os seres humanos do planeta, assim como uma, ainda maior, consciencialização da importância dos mesmos para uma vivência digna. «Este Alto Comissariado foi fundido com o Centro de Direitos Humanos, a óptica dos programas de reforma da Organização e Sistema e a partir de 15 de Setembro de 1997 foi o Alto Comissariado que passou a ser o ponto focal da promoção e protecção de todos os direitos humanos para todos.»⁶⁹

Os objectivos deste organismo encontram-se divididos em quatro grandes áreas. A primeira dedica-se à Integração dos Direitos Humanos e passa por trabalhar nas várias vertentes que podem levar a um maior respeito pelos direitos humanos no mundo e que se focam na investigação, educação, informação e realização de acções dentro do sistema das Nações Unidas para engrandecer indivíduos e dar assistência aos Estados na defesa dos direitos humanos em termos da administração da justiça, reforma legislativa e processos eleitorais. Por outro lado, o Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos também realiza formações e dá assistência a outros tipos de organismos direccionados para esta área, tais como organizações, para que consigam realizar as suas funções na protecção dos direitos humanos. Esta primeira área remete assim para a segunda que é a das parcerias e que surge na medida em que existe a necessidade de trabalhar com outras entidades para que sejam capazes de ter uma maior abrangência e sejam capazes de atingir mais facilmente os seus objectivos. Dentro destas parcerias encontram-se os Governos, a sociedade civil, organizações de defesa dos direitos humanos, organizações internacionais, tribunais criminais especializados, como os dedicados aos crimes cometidos durante os conflitos na ex-Jugoslávia e no Ruanda, e o Banco Mundial. As duas últimas áreas referem-se à Monitorização e à Implementação no terreno dos métodos de defesa dos direitos humanos, assim como a sua evolução e situação real. Dentro destes âmbitos, são efectuados relatórios como resultados de investigações que levem à identificação de situações de abusos ou crimes contra os direitos humanos, assim como formas de os resolver, implementação de projectos, formações técnicas e de suporte nas áreas de administração jurídica e

⁶⁹ RIBEIRO, Manuel de Almeida e FERRO, Mónica. *A Organização das Nações Unidas*. 2ª Edição, Livraria Almedina. Coimbra, 2004. P. 288

legislativa, ratificação de tratados sobre os direitos humanos e educação sobre os mesmos.⁷⁰

2.3.2. Os Tribunais Penais Internacionais

Os Tribunais Penais Internacionais foram criados especificamente para serem instrumentos de protecção dos direitos humanos, ou seja, foram criados para julgar e punir os indivíduos que praticaram crimes ou abusos dos direitos humanos. Neste sentido, o Conselho de Segurança criou, até ao momento, dois Tribunais – um para os crimes cometidos durante o conflito na antiga Jugoslávia e outro para os crimes no território do Ruanda.

Em relação ao Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (tema que será mais desenvolvido no capítulo 5 do presente trabalho), este foi criado em 1993 para responsabilizar os culpados pelos crimes cometidos, entre 1991 e 2001, na Croácia, na Bósnia-Herzegovina, na Sérvia, no Kosovo e na antiga República Jugoslava da Macedónia. Este Tribunal tem como último fim julgar os responsáveis pelas violências contra os direitos humanos para impedir que acções semelhantes aconteçam no futuro e para garantir aos familiares dos milhares de vítimas a justiça devida.⁷¹

O Tribunal Penal Internacional para a Ruanda surgiu em 1994 para o julgamento dos crimes cometidos entre 1 de Janeiro de 1994 e 31 de Dezembro do mesmo ano contra os direitos humanos e que incluem genocídio e outras violações contra a Humanidade. Por causa do trabalho realizado por este órgão, são várias as repercussões que têm surgido, tanto a nível da sociedade africana e em geral como quanto a mudanças na legislação internacional relacionada com crimes cometidos contra a humanidade. «*African countries and Governments should make the point that the lives of these victims are as important as those of victims of mass atrocities everywhere by giving a higher profile to the work of the International Tribunal for Rwanda.(...) It is making a fundamental contribution to international peace and justice in the twenty-first century.*»⁷²

Com a gravidade dos crimes cometidos nestes dois territórios, se concluí que a «criação dos dois tribunais penais internacionais *ad hoc* (Ruanda e ex-Jugoslávia) pelo

⁷⁰ Em <http://www.ohchr.org/EN/AboutUs/Pages/WhatWeDo.aspx>

⁷¹ Em <http://www.icty.org/sections/AbouttheICTY>

⁷² Em <http://www.unictl.org/AboutICTR/GeneralInformation/tabid/101/Default.aspx>

Conselho de Segurança e o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional são pedras essenciais para a construção de um sistema judicial internacional que ponha fim à impunidade, que julgue e condene os autores de genocídios, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes contra a paz.»⁷³

2.3.3. Carta das Nações Unidas⁷⁴

*«We the people of the United Nations determined (...) to reaffirm faith in fundamental human rights, in the dignity and worth of the human person, in the equal rights of men and women and of nations large and small».*⁷⁵

A Carta das Nações Unidas foi o primeiro documento criado, em 1945, e adoptado pela Organização das Nações Unidas onde se faz referência à protecção dos direitos humanos e à sua importância para a manutenção da paz no mundo, logo no primeiro capítulo e artigo 1, como parte dos objectivos a cumprir: *«2. To develop friendly relations among nations based on respect for the principle of equal rights and self-determination of peoples, and to take other appropriate measures to strengthen universal peace; 3. To achieve international co-operation in solving international problems of an economic, social, cultural, or humanitarian character, and in promoting and encouraging respect for human rights and for fundamental freedoms for all without distinction as to race, sex, language, or religion».*⁷⁶

No Capítulo IX – Cooperação Internacional Económica e Social – voltam a ser referidos os direitos de igualdade e a sua importância para uma boa relação entre as nações, sendo que para tal acontecer a ONU propõe-se a promover o respeito mútuo pelos direitos humanos, assim como pelas liberdades fundamentais de todos os seres humanos sem distinções que estejam relacionadas com a raça, o sexo, a linguagem ou a religião. Para atingir estes objectivos, as Nações Unidas estabelecem na Carta, a criação das agências especializadas para a resolução das questões relacionadas a nível da economia, social, cultura, educação e saúde, entre outros. Serão estas instituições especializadas que irão controlar tudo o que esteja dentro das áreas acima indicadas, de molde a que, posteriormente, a Organização possa fazer recomendações específicas para

⁷³ RIBEIRO, Manuel de Almeida e FERRO, Mónica. A Organização das Nações Unidas. 2ª edição, Livraria Almedina. Coimbra, 2004. P. 294

⁷⁴ Nota final (1)

⁷⁵ Em <http://www.un.org/en/documents/charter/preamble.shtml>

⁷⁶ Em <http://www.un.org/en/documents/charter/chapterI.shtml>

coordenar as políticas e as actividades das agências nesses mesmos sectores.⁷⁷ Também dentro das funções do Conselho Económico e Social, no artigo 62 do Capítulo X da Carta das Nações Unidas, se encontra especificado a capacidade deste poder fazer recomendações com o objectivo de promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais do ser humano,⁷⁸ assim como, no Capítulo XII, referente ao Sistema Internacional da Tutela, se volta a fazer menção à protecção do direitos humanos em todas as suas vertentes, ao fazer coincidir os fins deste organismos com os citados no Artigo 1 da Carta.⁷⁹

Ao longo de toda a Carta das Nações Unidas, é possível encontrar as referências à protecção dos direitos humanos, até pelo facto da própria Organização das Nações Unidas ter sido criada tendo como uma das suas causas as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial e que levou à morte de milhares de pessoas, ao mesmo tempo que tornou visível até onde o ser humano é capaz de ir para atingir os seus próprios objectivos, e que, normalmente, se encontram relacionados com o poder. Como tal, ficou igualmente patente que era preciso proteger as pessoas e os seus direitos, deixando tal escrito no papel, para garantir uma maior eficácia não só da Organização, mas também dos seus membros que, ao concordarem com esta Carta, estavam automaticamente a concordar com a necessidade da protecção contra as violações contra a humanidade e se comprometiam com a mesma na base de este ser um aspecto fundamental para a manutenção da paz internacional.

2.3.4. Declaração Universal dos Direitos Humanos

«Artigo Iº Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.»⁸⁰

No seguimento da Carta das Nações Unidas e também como consequência do evento que foi a Segunda Guerra Mundial, «desenvolveram-se esforços para a apreciação dos direitos humanos, cujo resultado foi a Carta Internacional dos Direitos Humanos, cuja parte mais importante é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adoptada em 10 de Dezembro de 1948.»⁸¹ Criada pela Assembleia Geral das Nações

⁷⁷ Idem

⁷⁸ Em <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter10.shtml>

⁷⁹ Em <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter12.shtml>

⁸⁰ *Os Direitos do Homem – documentos da Organização das Nações Unidas*. Cadernos Seara Nova. Lisboa, 1968. P. 57

⁸¹ RIBEIRO, Manuel de Almeida e FERRO, Mónica. *A Organização das Nações Unidas*. 2ª Edição, Livraria Almedina. Coimbra, 2004. P. 323

Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos contém discriminadas as áreas gerais onde a Organização trabalha na protecção dos direitos humanos – Direitos económicos, sociais e culturais e Direitos civis e políticos – sendo que cada grupo de direitos tem uma comissão responsável e é legislado por um documento/ convenção específica.⁸²

Num conjunto de 30 artigos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, baseando-se principalmente no compromisso assumido pelos estados-membros das Nações Unidas na Carta da organização, cujas acções deveriam ter como objectivo a protecção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais através da sua promoção dentro das suas nações junto aos indivíduos e nas suas relações com outras nações, desenvolve os parâmetros destes mesmos direitos e liberdades. A Declaração aborda não só a vida do ser humano enquanto pessoa individual, como enquanto pessoa colectiva, assim como as áreas social, económica, educativa, legislativa, religiosa, laboral e familiar, sendo que no artigo 2º refere a universalidade implícita em todos os artigos que se seguem, ou seja, que todos têm direito a estes direitos e liberdades⁸³ «sem distinção alguma, tanto de raça, como de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.»⁸⁴

A Carta e a Declaração dos Direitos Humanos não são, em si mesmas, leis ou instrumentos jurídicos. No entanto, a Assembleia Geral das Nações Unidas criou-as com uma autoridade implícita na sua interpretação que acabam por ter um efeito legal indirecto, ao mesmo tempo que a Declaração contém princípios gerais jurídicos, assim como é considerada como a lei das Nações Unidas.⁸⁵

2.3.5. Pactos Internacionais de Direitos Humanos

«De mais difícil celebração e adopção foram os Pactos Internacionais de Direitos Humanos que, ao contrário da Declaração, pretendem criar vinculações concretas a que

⁸² Em

http://unic.un.org/aroundworld/unics/common/documents/publications/untoday/UN_TODAY_BOOK_en_g.pdf (07.11.2011)

⁸³ *Os Direitos do Homem – documentos da Organização das Nações Unidas*. Cadernos Seara Nova. Lisboa, 1968. P. 58-68

⁸⁴ *Os Direitos do Homem – documentos da Organização das Nações Unidas*. Cadernos Seara Nova. Lisboa, 1968. P. 58

⁸⁵ BROWNIE, Ian (edited by). *Basic Documents on Human Rights*. Clarendon Press – Oxford University Press, Ely House. Oxford, 1971. P. 106

os Estados se obrigam a respeitar na ordem interna.»⁸⁶ Os Pactos Internacionais foram um prolongamento tanto do texto da Carta das Nações Unidas como do texto da Carta Universal dos Direitos Humanos, cujos conteúdos comprometiam os estados-membros a cumprir o que já estava estipulado anteriormente. Assim, os Pactos completam o que já estava escrito ao delinearem os direitos e os deveres das nações, de forma mais concreta e específica, e estão divididos em Pacto Internacional relativo aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), Pacto Internacional relativo aos Direitos Civis e Políticos (1966) e Pacto Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966).⁸⁷

Para além destes pactos, a Organização das Nações Unidas criou ainda outros acordos entre os estados-membros que permitissem a protecção dos direitos humanos noutras áreas, tais como a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (1948); a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados; a Convenção para os Direitos Políticos das Mulheres (1953); a Convenção Suplementar para a Abolição da Escravatura, o Comércio de Escravos e as Instituições e Práticas semelhantes a Escravatura (1956); a Declaração dos Direitos das Crianças (1959); a Convenção para a Redução de Apátridas (1961); a Declaração para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (1967) e o Projecto da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância Religiosa (1967).⁸⁸

A nível das diferentes vertentes dedicadas pela ONU nas Convenções criadas, é notória não só a tentativa de abordar os seres humanos em situações consideradas mais frágeis como ao mesmo tempo ao criar estes acordos para os proteger acaba por ser um indicio da mudança que a sociedade internacional estava a viver e que ia percebendo o quanto era importante a criação de instrumentos eficazes na promoção dos direitos humanos para um mundo mais pacífico, uma vez que era visível que «o desconhecimento e o menosprezo dos direitos humanos originaram actos de barbárie ultrajantes para a consciência da humanidade».⁸⁹

⁸⁶ RIBEIRO, Manuel de Almeida e FERRO, Mónica. *A Organização das Nações Unidas*. 2ª Edição, Livraria Almedina. Coimbra, 2004. P. 323

⁸⁷ *Os Direitos do Homem – documentos da Organização das Nações Unidas*. Cadernos Seara Nova. Lisboa, 1968.

⁸⁸ BROWNLIE, Ian (edited by). *Basic Documents on Human Rights*. Clarendon Press – Oxford University Press, Ely House. Oxford, 1971. PP. 116-196

⁸⁹ *Os Direitos do Homem – documentos da Organização das Nações Unidas*. Cadernos Seara Nova. Lisboa, 1968. P. 35

3. A Guerra na ex-Jugoslávia

«Aquilo que a tragédia do Kosovo ensina aos europeus, ainda que tenham tendência para o esquecer, é que a protecção da dignidade é uma questão de denúncia mas também de garantia dos cidadãos, apoiados no uso da força pública.»⁹⁰

3.1. Antecedentes do conflito

A história da Jugoslávia enquanto nação, desde o seu nascimento, esteve sempre, directa ou indirectamente, relacionada com o fenómeno da guerra. O seu percurso histórico pode ser dividido em três pontos principais – o início, com uma monarquia sérvia de 1918 até 1941 e o fim, com uma Federação Socialista, de 1945 até 2002, mas com um ponto de retorno sem volta, em 1992, aquando da independência da Eslovénia e da Croácia, que abriu o precedente para as restantes repúblicas –, sendo que começou e terminou com a ocorrência de conflitos, e tendo vários ao longo da sua existência. A República Federal da Jugoslávia, na altura em que foi estabelecida, era constituída pelos diversos povos que, na época, por diferentes razões (políticas, históricas, etc.) estavam no território, tais como sérvios, croatas, eslovenos, montenegrinos, macedónios, muçulmanos, albaneses, húngaros, turcos, checos, judeus e romani (ciganos) entre outros.⁹¹ A mistura de povos dentro de um mesmo território, e sob a mesma designação, desde o século XIV, deteriorou a sua relação e convivência, culminando no conflito que se veio a alastrar por toda a ex-Jugoslávia, motivado pelas diferenças irreconciliáveis entre os povos e a vontade de divisão e consequente independência que sempre existiu: «Desde a primeira metade do século XIX, a ideia de juntar os Eslavos do Sul numa grande entidade política independente fora o sonho de alguns intelectuais e políticos, sobretudo croatas, mas também sérvios e eslovenos.»⁹²

Conta a história que nos tempos em que os romanos eram os donos do império mais forte na Europa, a zona, hoje conhecida como Península Balcânica, foi dividida entre Arcádio e Honório, filhos do Imperador Teodósio aquando da morte deste em 395 d.C. A partir desta altura, ambos os lados dos Balcãs sofreram modificações que os fez adquirir características diferentes entre eles. Deste modo, o lado de Arcádio correspondia ao Império do Oriente com os territórios actuais da Albânia, Montenegro,

⁹⁰ MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *Por uma consciência europeia* em Finisterra – Revista de Reflexão e Crítica nº31/32. Fundação José Fontana. Lisboa, Novembro 1999. Pg.22

⁹¹ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pg.19

⁹² Idem. Pp.19 e 20

Sérvia (incluindo o Kosovo e a Voivodina), Macedónia e o norte da Croácia, sendo que a religião predominante era o Cristianismo Ortodoxo e dependiam da Igreja Ortodoxa (dependente de Constantinopla). Do lado oposto, a Ocidente, Honório possuía um território maioritariamente Católico e do qual faziam parte a costa dálmata até Dubrovnik da Croácia contemporânea e a maior parte da Bósnia e a Eslovénia. Esta divisão manteve-se até ao aparecimento do Império Otomano e consequente queda do Império Romano.⁹³

Durante a Idade Média, tanto o povo croata como o sérvio eram nações independentes, mas esta era uma época em que a conquista de territórios era uma prática comum e importante na afirmação do poder que os povos possuíam em relação aos restantes. Assim, seguindo esta premissa, os croatas e os sérvios foram conquistados pela Hungria e pelo Império Otomano, respectivamente. O Império Otomano, durante as suas conquistas, difundiu juntamente uma nova religião pelos povos – o Islão – passando a coabitar na Península Balcânica três religiões e vários povos com culturas diferentes. À medida que o Império Austro-húngaro emergia e entrava em disputas com os otomanos pela posse de mais territórios, os povos conquistados começaram a sentir, cada vez mais, um sentimento de nacionalismo e de independência a crescer, o que fez com que comesçassem a lutar por ela. Os sérvios foram os primeiros a se insurgir e a conseguir a sua autonomia quanto aos otomanos, seguindo-se o começo de negociações de colaboração entre os eslavos do sul – sérvios, croatas e eslovenos – com o propósito de atingir as suas ambições que se situavam entre as individuais, no sentido de cada uma das nações, e das conjuntas, com os restantes povos eslavos, ou seja, «a afirmação de espaços nacionais, tendo por base a referência mítica aos reinos medievais; – os projectos transnacionais: ilirismo, pan-eslavismo, jugoslavismo.»⁹⁴ Entre 1881 e 1910, e já durante a visível proeminência das potências europeias (França e Inglaterra, principalmente) enquanto detentoras das decisões sobre os destinos das restantes nações, estas reconhecem a Roménia, a Sérvia e o Montenegro como independentes. A partir daqui, o sentimento de nacionalismo tende a espalhar-se um pouco por toda a Europa, mas foi o facto da Alemanha, do Império Austro-húngaro e da Rússia continuarem com políticas de anexação de outros territórios, que provocou a explosão do patriotismo entre os povos da Península Balcânica. Numa tentativa de defender as

⁹³ GIRÃO, António Caetano de Sousa Faria. *A questão das nacionalidades, dos nacionalismos e das minorias nacionais na ex-Jugoslávia*. Textos da Universidade Moderna. Lisboa, 1997. Pp. 9 e 10

⁹⁴ Idem. Pg. 19

suas ambições, tanto a nível de manter as suas independências como também para aumentar as suas possessões, os sérvios, os gregos e os búlgaros começaram a investir contra os otomanos para os expulsar da Macedónia, ao mesmo tempo que cada um dos povos tinha interesse em adquirir o território, o que após a vitória provocou rivalidades entre os três estados. É neste ambiente que decorreram os primeiros conflitos balcânicos e que resultaram na constituição da Albânia entre 1912 e 1913 e no consequente aumento de tensões na Península Balcânica, especialmente em Sarajevo, e nos estados que a rodeavam.⁹⁵ «Em 28 de Junho de 1914, quando o Arquiduque Francisco Fernando de Habsburgo, herdeiro da Coroa Austro-húngara, de visita às guarnições do Império na região, é assassinado em Sarajevo, Viena acusa rapidamente Belgrado de cumplicidade e declara guerra à Sérvia. A I Guerra Mundial tinha começado.»⁹⁶

Fig.2 – Mapa da ex-Jugoslávia



Fonte: JOHNSTONE, Diana. Cruzada de Cegos – Jugoslávia, a primeira guerra da globalização. Editorial Caminho. Lisboa, 2005. Pg.10

A tensão entre os povos da ex-Jugoslávia era, por isso, antiga e estava, desde que havia memória, entre as suas gerações. Durante o grande conflito mundial, os sérvios e

⁹⁵ GIRÃO, António Caetano de Sousa Faria. *A questão das nacionalidades, dos nacionalismos e das minorias nacionais na ex-Jugoslávia*. Textos da Universidade Moderna. Lisboa, 1997. Pp. 19 - 22

⁹⁶ Idem. Pp. 23 e 24

os croatas continuaram a planear a constituição de um estado que pudesse incluir todos os povos eslavos do sul e, assim, tirá-los debaixo da soberania dos austro-húngaros, algo que já tinha começado a ser concretamente delineado antes do início da I Guerra. Algumas circunstâncias levaram, no entanto, a que o primeiro-ministro sérvio, Pasic, tivesse de alterar os seus planos, ou seja, a existência do Tratado de Londres que prometia a Ístria e a Dalmácia, território de interesse sérvio, à Itália; o fim da aliança entre a Rússia com a Sérvia; o facto de alguns deputados eslavos do sul terem pedido ao Parlamento austro-húngaro que assumisse o projecto da união dos povos eslavos sob a sua tutela; e, finalmente, a existência de um novo estado – Albânia – o qual se situava também localizado num local que impedia os planos territoriais sérvios, faziam com que fosse necessário mudar de projectos. Por isso, a 20 de Julho de 1917 foi assinada a Declaração de Corfu que põe fim às negociações e cria a primeira Jugoslávia, o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. A nova Monarquia Constitucional Democrática, de Alexandre Karadjordjevic da Sérvia, junta, dentro das mesmas fronteiras uma vasta quantidade de religiões, culturas, línguas, escritas e ainda muitas minorias.⁹⁷ A Jugoslávia foi instalada, não só em territórios jugoslavos, mas, também, em territórios que, anteriormente, tinham sido austríacos, búlgaros e húngaros, algo que acentuou o que vinha do passado histórico e que derivou das divisões feitas nos territórios dos perdedores da Primeira Guerra Mundial com o Tratado de Versalhes.

Desde o início da constituição da Jugoslávia, tudo levava a crer que esta não seria uma existência pacífica, uma vez que os distúrbios começaram ainda durante as eleições para a Assembleia Constituinte, principalmente, do lado dos croatas e dos sérvios que tentaram prejudicar as eleições. Um número tão grande de diferentes etnias levou a que, em cada região, prevalecesse o poder dos povos em maior número provocando desigualdades a todos os níveis, como o acesso a empregos em altos cargos públicos ou dentro das forças armadas, que apenas estavam abertos aos indivíduos da etnia dominante, a qual, geralmente, era a Sérvia e o centro do poder económico e político estava em Belgrado. O aumento da tensão que se vivia um pouco por toda a Jugoslávia provocou o caos no governo e entre croatas e sérvios, sendo que os croatas começaram a ambicionar a independência da Croácia face ao facto do estado dos eslavos não corresponder às suas expectativas. O resultado de toda esta pressão levou, em 1929, a uma mudança no regime do governo tornando-se quase uma ditadura

⁹⁷ GIRÃO, António Caetano de Sousa Faria. *A questão das nacionalidades, dos nacionalismos e das minorias nacionais na ex-Jugoslávia*. Textos da Universidade Moderna. Lisboa, 1997. Pp.25 - 32

liderada pelo regente Alexandre, assim como à adopção do nome Reino da Jugoslávia, numa tentativa de conseguir «preservar a unidade nacional e a integridade do estado». No entanto, as suas acções provocaram mais desacordo entre os povos pela questão das novas limitações dos distritos que «cortavam linhas históricas tradicionais, recusando assim às antigas regiões o carácter nacional separado»⁹⁸, ao mesmo tempo que juntou povos muito diferentes no mesmo espaço.

Já após a devolução do poder ao povo por Alexandre da Sérvia e a sua morte, em 1934, e com a vontade de acalmar o ambiente tenso que se vivia no território, o governo de Belgrado aceitou a dar a independência à Croácia e, em contrapartida, os dirigentes políticos croatas passaram a fazer parte do governo. O que deveria ter servido como tranquilizante, provocou ainda mais distúrbios, pois os «nacionalistas sérvios indignaram-se e, logo a seguir, Eslovenos e Muçulmanos pediram também autonomia.»⁹⁹ Durante o ano de 1937, com um novo ministro jugoslavo, foi dada uma nova oportunidade às negociações com os croatas. Após divergências entre as exigências croatas e o que o regente sérvio estava disposto a aceitar, conseguem chegar a acordo para uma nova organização política do estado, que dava uma maior autonomia à Croácia a nível legislativo, jurídico e administrativo. Ainda antes da Segunda Guerra Mundial, a Jugoslávia entrou em acordo com Hitler para entrar no Pacto junto com o Japão e a Itália. No entanto, um golpe militar derrubou o governo antes da assinatura dos tratados, uma vez que a nação era contra a aliança, originando o ataque da Alemanha a Belgrado e a consequente divisão do território entre esta e a Itália, ditando o fim da primeira Jugoslávia. Durante a ocupação dos países do pacto tripartido, foram muitos os actos de desumanidade infligidos aos povos do território, não só pelas tropas ocupantes, mas também pelos próprios povos entre si, sendo a maioria provocada pelos *partisans* (croatas), *chetniks* (sérvios) e *ustashes* (croatas pró-nazis). Na tentativa da construção de um estado independente croata, ainda «em 1941, o ministro da Educação e dos Cultos anunciou o tratamento que seria dado aos Sérvios do país: matar um terço, expulsar um terço, converter um terço – e a prática fez justiça a esta determinação.

⁹⁸ GIRÃO, António Caetano de Sousa Faria. *A questão das nacionalidades, dos nacionalismos e das minorias nacionais na ex-Jugoslávia*. Textos da Universidade Moderna. Lisboa, 1997. Pg.38

⁹⁹ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pp.25-27

Judeus e Ciganos foram igualmente vítimas do regime. (...) Por cada soldado alemão morto por esta, cem civis jugoslavos eram executados.»¹⁰⁰

Após o fim da Segunda Guerra Mundial e da existência da Croácia, enquanto nação independente, uma nova Jugoslávia comunista renascia com Josip Broz, conhecido como Tito, um sargento croata do Império Austríaco, à frente do futuro da nação. Tito tinha como objectivo criar um país coeso, onde os seus habitantes, ainda que de origens diversas, se sentissem, acima de tudo, jugoslavos, para que as antigas quezílias fossem ultrapassadas. Neste sentido, a nova República Socialista Federativa da Jugoslávia era o conjunto formado por seis repúblicas – Sérvia, Croácia, Eslovénia, Bósnia-Herzegovina, Macedónia e Montenegro – e as duas províncias autónomas do Kosovo e da Voivodina, outrora pertença da Sérvia. Tendo em conta que a nova organização do estado ia mais de encontro às antigas afinidades étnicas, anteriores à primeira Jugoslávia, Tito esperava que a questão das diferenças culturais e religiosas, se não esquecida, desse origem a cada vez menos problemas dentro do estado. A contrariar as ambições do sargento, de início, estavam as más lembranças do passado recente do conflito mundial, ainda demasiado presentes na memória dos povos, e, logo depois, a vontade de cada república de conseguir a independência para as suas etnias, que não tinha diminuído. Esta nova Jugoslávia voltou a dar um maior poder aos sérvios, pondo-os à frente de todas as instituições públicas importantes, o que permitia um controlo maior do governo. Mais tarde, a própria forma de governo de Tito, com um partido único e as decisões a serem tomadas apenas pelo próprio, ao longo dos anos, foi caminhando novamente em direcção à ditadura, o que também não ajudou a que a Jugoslávia se tornasse num exemplo de coesão entre as nações integrantes. A chamada “Primavera Croata”¹⁰¹ revelou-se o primeiro sintoma visível das ambições das várias nações que se direccionavam apenas para a sua autonomia, uma vez que a realidade mostrava que cada nação se sentia diferente em todos os aspectos, inclusive na língua e na história, das restantes. Esta luta constante por uma voz entre as vozes do governo culminou numa nova constituição, em 1974, que «reconhece as seis repúblicas – Sérvia, Montenegro, Macedónia, Bósnia-Herzegovina, Croácia e Eslovénia – e junta-lhes duas

¹⁰⁰ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pp.29 e 30

¹⁰¹ Nota: A Primavera Croata foi o nome com que ficou conhecido o protesto organizado por nacionalistas croatas para defesa dos seus interesses. Em GIRÃO, António Caetano de Sousa Faria. *A questão das nacionalidades, dos nacionalismos e das minorias nacionais na ex-Jugoslávia*. Textos da Universidade Moderna. Lisboa, 1997. Pg.61

províncias autónomas da Sérvia – Kosovo e Voivodina – com assento na presidência colegial da Federação, onde tudo se decide por consenso.»¹⁰²

Com esta mudança na forma de organização do governo, a situação jugoslava estabilizou sem, no entanto, normalizar totalmente, e começou a decair com a morte de Tito, em 1980. A economia do território, apesar da ajuda internacional¹⁰³, não desenvolveu, fruto ainda das diferenças entre os povos de cada república, que apenas viam razão e interesse para investir nas empresas e nas áreas relacionadas com as suas etnias. Dentro do estado jugoslavo, as capacidades económicas entre as repúblicas ou na perspectiva do norte e do sul eram, assim, muito desequilibradas: «A Eslovénia era a república mais rica, seguida da Croácia e da província autónoma da Voivodina. No fundo da tabela encontravam-se o Kosovo e, perto dele, a Bósnia-Herzegovina e a Macedónia. A Sérvia, sem as províncias autónomas, estava perto da média do país.»¹⁰⁴

O princípio da queda da segunda Jugoslávia começou a ser mais sentido e visível a partir do momento em que a dívida do estado ao estrangeiro se tornou difícil de saldar, ao mesmo tempo que era imprescindível continuar a investir na sua indústria. O único caminho que surgiu como viável para a continuação da manutenção das relações com o ocidente foi a ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI) e das suas políticas de austeridade que mais não fizeram do que aumentar os problemas do povo jugoslavo: «os preços subiam, as empresas despediam, os serviços sociais apertavam o cinto. Os empregados protestavam e faziam greve cada vez com maior frequência. Mas os protestos não se dirigiam contra a influência ocidental, que exercia um peso cada vez maior. Era maior a tendência para acusar os políticos do país pelas privações – ou os comunistas no poder, ou então, e de maneira crescente, as “outras nacionalidades”.»¹⁰⁵

Ao longo da história tem sido recorrente o facto de como o estado da economia de um país tem influência na dimensão dos sentimentos nacionalistas que nele surgem. No caso da Jugoslávia, esta ligação reforçou a animosidade entre os diferentes povos que

¹⁰² CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pg.36

¹⁰³ Nota: Durante a Guerra Fria, a Jugoslávia cortou relações com Estaline, ao que este respondeu com a expulsão do país do Comintern. Vendo esta expulsão como uma mais-valia na luta contra a União Soviética, as potências do ocidente começaram a ajudar financeiramente a Jugoslávia através das organizações financeiras internacionais. Em CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pg.37

¹⁰⁴ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pg.40

¹⁰⁵ JOHNSTONE, Diana. *Cruzada de Cegos – Jugoslávia, a primeira guerra da globalização*. Editorial Caminho. Lisboa, 2005. Pg. 39

constituíam as repúblicas jugoslavas e com a drástica mudança negativa na economia, as diferentes etnias acusavam-se mutuamente, ao mesmo tempo que favoreciam os indivíduos das suas próprias.

Por outro lado, dentro do campo político, a situação também não era mais animadora. A personagem de Tito, que tinha funcionado como o elo de entendimento entre as repúblicas e a base da Jugoslávia enquanto nação, ao desaparecer, fortaleceu os antigos sentimentos por independência de cada uma das nações integrantes. A juntar aos factores económico e político internos, o ambiente que se vivia a nível internacional estava a mudar – com a entrada em cena de Gorbatchev à frente da União Soviética, deixara de ser importante para o ocidente apoiar a Jugoslávia, o que acelerou ainda mais a queda do estado, que perdia assim o último pilar que a mantinha unida. Quando em 1991, a Eslovénia e a Croácia declararam-se independentes, estava dado o passo que não poderia mais recuar. Logo a seguir, foi a vez da Bósnia e da Macedónia anunciarem a sua autonomia, ao que se seguiu o primeiro conflito jugoslavo, na Eslovénia, e que daria início à guerra da Jugoslávia e ao seu fim enquanto estado.¹⁰⁶ A 27 de Abril de 1992, nascia uma nova versão da Jugoslávia constituída apenas por duas das antigas repúblicas e que dariam o seu nome ao novo estado: Sérvia e Montenegro. O Kosovo declarou a sua independência em 2008, sem o reconhecimento da Sérvia, mas apoiado por vários países, entre eles, os Estados Unidos da América.

¹⁰⁶ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pg.41

3.2.O conflito

A guerra da Jugoslávia acabou por ser um conjunto de quatro conflitos que foram percorrendo o território jugoslavo e que resultou de todas as diferenças históricas dos povos integrantes das repúblicas e da sua necessidade de se declararem enquanto nações independentes com direito a língua, cultura e território próprios. A constante tentativa de afirmar esse conjunto de povos como um só povo jugoslavo apenas resultou enquanto havia um controlo firme do governo central de Belgrado e, ainda assim, somente à custa de algumas cedências ocasionais de Tito para os manter satisfeitos. Assim, a construção da Jugoslávia enquanto estado foi só o adiar de um conflito que, inevitavelmente, havia de acontecer, principalmente, após os acontecimentos da Segunda Guerra, os quais provocaram vítimas de todas as repúblicas jugoslavas às mãos umas das outras.

De acordo com o que foi deixado estipulado por Tito após a sua morte, a presidência da Federação devia funcionar como um sistema rotativo entre os representantes das repúblicas e das províncias autónomas. Já em 1991, a Croácia e a Eslovénia pretendiam conseguir a sua independência ou uma nova reformulação de todo o sistema político da Jugoslávia. Quando o mandato do sérvio Borizlav Jovic terminou, o seu sucessor deveria ser o croata Stipe Mesic, conhecido nacionalista e aliado de Franjo Tudjman, líder croata, no entanto, a votação (que apenas existia como formalidade) ficou empatada, porque as repúblicas da Sérvia e Montenegro e as províncias do Kosovo e da Voivodina não admitiam o facto de poderem ser presididas por um nacionalista croata. O resultado foi uma Jugoslávia sem presidência e um caminho aberto em direcção à separação das repúblicas que teve início pouco tempo depois.¹⁰⁷

A Eslovénia, uma das primeiras repúblicas a declarar independência, em 1991, foi a primeira a perceber que a mesma não iria ser conseguida pacificamente. Ainda antes da declaração de independência, a Eslovénia deixou de contribuir financeiramente para o poder central de Belgrado, o que, juntando as duas acções, representava uma ofensa para a Sérvia, e terminou com o envio do exército federal para o território. No entanto, este primeiro conflito durou apenas dez dias e foi caracterizado pela pouca actividade de combate real, seguida «de um acordo de cessar-fogo e da suspensão por três meses da declaração de independência, obtidos por pressão da Comunidade

¹⁰⁷ GIRÃO, António Caetano de Sousa Faria. *A questão das nacionalidades, dos nacionalismos e das minorias nacionais na ex-Jugoslávia*. Textos da Universidade Moderna. Lisboa, 1997. Pp. 68 - 71

Europeia.»¹⁰⁸ Apesar da situação vantajosa que a Eslovénia apresentava em relação às restantes repúblicas, o facto de a percentagem de sérvios que viviam dentro do território ser muito baixa, diminuiu o interesse que a Sérvia pudesse ter em prolongar o confronto até uma possível vitória, permitindo assim que esta se tornasse efectivamente independente da Jugoslávia mais rapidamente que as restantes repúblicas.

A seguir o exército federal jugoslavo dirigiu-se para a Croácia, onde Franjo Tudjman, historiador nacionalista, general e antigo *partisan*, estava à frente do poder e pretendia, após a independência, tornar a Croácia uma nação etnicamente pura de forma a poder continuar a construção do estado croata que tinha sido começado em 1941 e que tinha levado ao massacre da população sérvia local com o apoio da Alemanha e da Igreja Católica. Nesse sentido, os croatas começaram a recuperar «os símbolos do Estado de 1941 – nomeadamente a bandeira de xadrez vermelho, que para os sérvios tinha o mesmo significado sinistro que a cruz gamada dos nazis»¹⁰⁹, ao mesmo tempo que agiam contra a população sérvia, o que incluiu a constituição de um exército croata e o respectivo armamento fornecido através de meios ilegais. Assim, quando a 4 de Julho ocorreram incidentes mortais em Zagreb e em Osijek, os confrontos violentos, entre o exército federal, os paramilitares sérvios da Croácia e os militares e polícias croatas, começaram por todo o território croata. Os croatas pretendiam expulsar os sérvios do território, assim como os sérvios pretendiam o contrário, ao mesmo tempo que o exército federal, que deveria ter uma atitude neutra, não agiu de nenhuma forma para interceder junto de ambos os grupos em prol da paz, uma vez que a maioria do próprio exército era de etnia sérvia, além do facto do exército croata ser responsável, durante o conflito na Croácia, da morte de milhares de sérvios que viviam nas várias cidades croatas. «A guerra foi finalmente suspensa a 3 de Janeiro de 1992 – após seis meses de massacres de civis, destruição, expulsões – num acordo de cessar-fogo negociado por Cyrus Vance¹¹⁰ e assinado na véspera em Serajevo»¹¹¹. Por fim, e com a presença dos Capacetes Azuis das Nações Unidas no território, em Agosto desse ano, Tudjman ainda conseguiu que todos os sérvios de Krajina fossem expulsos pelo exército

¹⁰⁸ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pg. 64

¹⁰⁹ JOHNSTONE, Diana. *Cruzada de Cegos – Jugoslávia, a primeira guerra da globalização*. Editorial Caminho. Lisboa, 2005. Pg. 39

¹¹⁰ Nota: Cyrus Vance foi Secretário de Estado dos Estados Unidos da América durante o mandato de Jimmy Carter (entre 1977 e 1980) e, em 1991, foi nomeado Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a antiga Jugoslávia - <http://publicagenda.org/staff/vance>

¹¹¹ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pg. 68

croata ao mesmo tempo que os muçulmanos de Srebrenica e Jeppa eram vítimas das barbaridades dos sérvios da Bósnia.

Apenas dois meses após o fim dos confrontos na Croácia, foi a vez de a Bósnia-Herzegovina ser o palco de um conflito que durou até Novembro de 1995. Foram três anos de uma guerra que tinha como objectivo principal a afirmação de cada uma das três etnias – muçulmanos, croatas e sérvios – e a sua independência, resultando, mais uma vez, em milhares de mortes e actos de profunda violência. As causas deste terceiro confronto começaram quando, ainda em 1991, tiveram lugar as eleições de Serajevo de onde saiu uma coligação dos três partidos étnicos, mas que o líder do partido muçulmano – o Partido de Acção Democrática – Alija Izetbegovic, assumiu para si o poder do governo e declarou a independência da Bósnia-Herzegovina da Jugoslávia, pretendendo criar um estado onde os muçulmanos estivessem em maioria: um estado islâmico.¹¹² Sendo que este era um desejo contrário ao dos Sérvios, que queriam manter a Federação das repúblicas jugoslavas. Já os Croatas, primeiro, colocaram-se a favor da independência e contra os Sérvios, mas, posteriormente, juntaram-se aos Sérvios, uma vez que o medo de um futuro estado islâmico era comum aos dois povos. Com a impossibilidade de chegar a uma decisão que fosse ao encontro dos interesses de todos, começaram os distúrbios e os ataques entre os três povos que depressa se tornaram numa guerra violenta e nem o facto dos Capacetes Azuis estarem na área influenciou o decurso dos acontecimentos.¹¹³

O conflito da Bósnia-Herzegovina marcou também um ponto de viragem em relação à atenção dada pelos estados ocidentais, que, aqui, se mostraram muito mais presentes e interessados na sua resolução. A intervenção dos estados europeus e dos Estados Unidos esteve bastante ligada ao processo de tentativas para chegar a um acordo que agradasse a todas as partes. No entanto, tanto os Estados Unidos como os países europeus (especialmente a Alemanha e a França) tinham os seus interesses e preferências, que não coincidiam, o que também, de alguma forma, impediu que as negociações de paz atingissem um consenso mais rapidamente. Enquanto os países europeus viam os intervenientes da guerra com partes semelhantes de culpa e sendo, simultaneamente, vítimas, os Estados Unidos tinham uma percepção do conflito como «uma luta entre o bem e o mal» onde «os muçulmanos da Bósnia eram o bem, os

¹¹² JOHNSTONE, Diana. *Cruzada de Cegos – Jugoslávia, a primeira guerra da globalização*. Editorial Caminho. Lisboa, 2005. Pg. 90

¹¹³ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pp. 74-77

Sérvios o mal, os outros intervenientes variavam de posição conforme se fossem colocando em relação aos dois primeiros.»¹¹⁴ Por causa desta visão que os americanos tinham do conflito, os muçulmanos tentaram sempre adiar a chegada a uma unanimidade com a esperança dos Estados Unidos apoiarem a sua causa com ajuda militar contra os Sérvios, o que acabou por acontecer com a chegada da NATO e da Força de Reacção Rápida de britânicos, holandeses e franceses ao campo de batalha.

O ponto alto da violência e da violação dos direitos humanos e que levou a que se percebesse que era imperativo chegar o quanto antes a uma solução para um acordo consensual, aconteceu em Srebrenica, em Agosto de 1995, quando, segundo uma das versões, cerca de 7000 muçulmanos, que estavam prisioneiros dos soldados bósnio-sérvios, foram massacrados por estes «depois de conquistarem sem combate uma “área segura” sob protecção das Nações Unidas.»¹¹⁵ Já de acordo com Diana Johnstone, na sua obra *Cruzada de Cegos*, na qual afirma que pretende dar uma outra visão dos sérvios e uma visão mais justa dos acontecimentos ocorridos durante a guerra da Jugoslávia, os conflitos que se sucederam em Srebrenica tiveram uma sequência de eventos diferente, assim como o número de vítimas terá sido bastante inferior. Segundo a autora, o caso de Srebrenica terá sido o resultado planeado pelos muçulmanos para conseguir a intervenção da NATO. Ou seja, após vários ataques dos militares muçulmanos contra os sérvios, e sem que estes respondessem com a intensidade desejada, os muçulmanos, sob as ordens do Naser Oric, responsável pelo exército muçulmano, conseguiram infiltrar-se no território sérvio onde fizeram dezenas de vítimas sérvias na aldeia de Visnja. Encarando este ataque como o limite, o exército sérvio da Bósnia, sob o comando do general Ratko Mladic, preparou uma investida às zonas militarizadas de Srebrenica, uma vez que a Força de Protecção das Nações Unidas (*United Nations Protection Force* – FORPRONU) estava presente nas zonas desmilitarizadas, no centro de Srebrenica. No entanto, talvez já prevendo esta reacção sérvia, a maioria dos comandos do exército muçulmano abandonou o local deixando este sem defesa, um factor com que os sérvios não contavam e que mudou os seus objectivos ocupando toda a área de Srebrenica. Esta segunda teoria é, também, em parte, confirmada por relatórios da ONU, onde é possível ler que quando as milícias sérvias chegaram ao território de Srebrenica, não encontraram quase nenhum militar do exército muçulmano, o que levou a que Mladic

¹¹⁴ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pg. 74

¹¹⁵ Idem. Pg. 71

mudasse os planos e decidisse ocupar todo o enclave.¹¹⁶ Quanto ao número de pessoas que, realmente, foram vítimas neste ataque, até hoje, é impossível chegar a um valor exacto devido às informações contraditórias de ambos os lados, sendo que a única certeza é que foi este o acontecimento, planeado ou não, que acabou por desencadear a entrada em acção da NATO e que provocou ainda mais vítimas.

O fim do conflito só foi possível em Novembro de 1995 com interferência das potências ocidentais que conseguiram delinear os termos das negociações de forma a agradar a muçulmanos, sérvios e croatas, concluindo com a assinatura do Acordo de Dayton. Por esta altura, já o mundo estava chocado com as atrocidades cometidas durante a guerra da Jugoslávia, onde imperou o ódio mútuo dos povos das repúblicas constituintes e que levou ao esquecimento de que estavam a combater seres humanos, iguais e detentores de direitos. E ainda faltava, ao povo jugoslavo passar por um último conflito antes de ver a sua afirmação enquanto povos distintos aceite pelo resto do globo, a guerra do Kosovo – que também ficou na história pelos extremos de violência a que o ser humano chegou.

¹¹⁶ Em <http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/3ae6afb34.pdf> pg. 63

3.3. A guerra no Kosovo

Na época em que o Império Otomano começou a conquistar a península balcânica, na região do Kosovo, que outrora tinha sido um local importante no Reino dos sérvios, vários habitantes sérvios fugiram ao domínio dos invasores, enquanto cada vez mais albaneses, convertidos pela religião otomana, foram chegando e ocuparam as terras deixadas. Entre a conquista otomana e a construção da segunda Jugoslávia, foram muitas as disputas, até violentas, entre os albaneses que se instalaram no Kosovo e consideravam o território como seu e os sérvios que voltaram e também exigiam as suas terras de volta. Durante o governo de Tito, a população albanesa era já largamente superior à sérvia, no entanto, como Belgrado era detentor do poder, a situação foi-se mantendo regular sem entretanto se chegar a uma solução. As tensões entre as duas etnias começaram a crescer após a morte de Tito, com os albaneses a defender o estatuto de república para o Kosovo e o seu anexo à Albânia e os sérvios a defender o território como parte da Sérvia.¹¹⁷

Fig.3 Mapa da província do Kosovo



Fonte: <http://www.un.org/peace/kosovo/kosovo.pdf>

¹¹⁷ JOHNSTONE, Diana. *Cruzada de Cegos – Jugoslávia, a primeira guerra da globalização*. Editorial Caminho. Lisboa, 2005. Pp. 78 - 80

Com a entrada em vigor da Constituição de 1974, a província autónoma do Kosovo tinha recebido a sua autonomia à revelia do desejo dos Sérvios que nunca se conformaram totalmente com a sua perda, pela importância que este território tinha na história sérvia¹¹⁸. Pouco tempo depois da morte de Tito, em 1981, surgiram algumas manifestações de estudantes da Universidade de Pristina que começaram por ser apenas reivindicações por melhores condições de ensino, mas passaram alguns dias ganharam o carácter de protestos políticos com intuítos nacionalistas – «*The students then started shouting “Kosovo – Republic!”, “We are Albanians – not Yugoslavs!” and “Unification with Albania!”*»¹¹⁹ – e com a complexidade dos protestos a ganhar uma nova dimensão junto da população do Kosovo, trabalhadores de diferentes sectores juntaram-se aos estudantes levando à declaração de estado de emergência pelas autoridades federais. O que nasceu como uma pequena manifestação estudantil acabou, assim, por ter consequências negativas nas relações entre os albaneses e os sérvios e voltou as atenções para as diferenças reais que existiam entre as duas etnias a nível político, social e económico. A partir daqui começaram a surgir acusações mútuas entre os partidos dos dois povos e pequenas ocorrências de violência eram difundidas entre a população e para o estrangeiro como se fossem enormes gravidades, tal como um assassinato que passava a ser conhecido como se de um genocídio se tivesse tratado.

A crise que estava a assolar a Federação jugoslava, com cada uma das repúblicas a insurgir-se contra o governo central de Belgrado, provocou uma reacção do mesmo que retira a autonomia tanto do Kosovo como da província de Voivodina, em 1989. Seguiram-se manifestações dos albaneses contra o que consideravam ser um ataque dirigido à sua etnia. Já em 1990, o governo sérvio criou novas medidas de segurança para o Kosovo, mas que em certa medida apenas beneficiavam os sérvios e incentivavam os albaneses a deixar o território, os quais, simultaneamente, tiveram direito a um aumento de restrições quanto aos direitos de propriedade privada e laborais, os quais lhes diminuiu a liberdade pessoal. Para justificar as suas acções, Slobodan Milosevic, o novo chefe dos Sérvios, acusou os kosovares albaneses de

¹¹⁸ Nota: A 15 de Junho de 1389 os sérvios lutaram contra os otomanos pela sua independência. Este conflito, que ficou conhecido pelo nome do local onde decorreu, Kosovo *Polje* (Campo dos Melros), teve como desfecho a morte do príncipe Lázaro Hrebeljanovic e a consequente aceitação da suserania otomana. Em MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *Por uma Consciência Europeia em Finisterra* – Revista de Reflexão e Crítica nº31/32. Fundação José Fontana. Lisboa, Novembro 1999. Pg.20

¹¹⁹ MALCOLM, Noel. *Kosovo, a short history*. Papermac. London and Basingstoke, 1998. Pg.334

«espancamentos, violações e destruições de propriedade».¹²⁰ Às acusações juntou a substituição dos kosovares albaneses nos cargos públicos e nas forças armadas, onde estes estavam em maioria, por sérvios, de forma a ganhar o controlo efectivo sobre o Kosovo. Os kosovares albaneses, em lugar de responder de forma violenta, optaram por criar meios que pudessem beneficiar os seus, e para isso formaram uma administração própria com os serviços públicos necessários para responder às necessidades médicas e educativas do povo albanês. Ibrahim Rugova, presidente da Associação de Escritores, especialista em história literária e mentor deste plano paralelo, surgiu como o chefe político dos kosovares albaneses, com uma política de diplomacia contra a violência como meio para atingir a autonomia do seu povo e usando essa mesma atitude de pacifismo para tentar convencer as potências estrangeiras a mostrarem o seu apoio junto a Milosevic e assim tornar o território independente da Jugoslávia.¹²¹

Até 1996, e nas condições anteriormente descritas, o Kosovo vivia num ambiente de relativa calma, sem incidentes de grande violência, e que não dava quaisquer razões de alarme ou de sobreaviso aos países ocidentais nem os incentivava a pressionar o dirigente sérvio para resolver a situação pouco satisfatória dos kosovares albaneses. Mas, ao longo do tempo, não só a quantidade de incidentes aumentaram como a sua violência foi-se agravando. «*The first significant armed clash between Albanians and Serbs forces took place towards the end of 1997. On 25 November Serb Police went to serve a court order on an Albanian in the village of Vojnik, in the Drenica region to the west of Prishtina; they were met with rifle shots, and retreated. The next day they returned in a convoy of armoured cars, which also came under fire*»¹²². Depois deste incidente, que causou a destruição de vários edifícios e a morte de um professor albanês pelo exército sérvio, o Exército de Libertação do Kosovo (KLA) surgiu pela primeira vez, formado por albaneses nacionalistas que tinham como objectivo último unir o Kosovo à Albânia. O KLA foi a resposta à indiferença dos estados ocidentais em relação à situação vivida no Kosovo e pela falta de resultados da política pacifista de Rugova. Para tal, os seus métodos eram constituídos por ataques contra os Sérvios, com a intenção de que estes respondessem de forma violenta o suficiente para provocar uma reacção a nível internacional, o que veio a acontecer posteriormente, por parte dos Estados Unidos e dos países europeus. No entanto, mesmo

¹²⁰ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pg. 79

¹²¹ Idem. Pg. 80

¹²² MALCOLM, Noel. *Kosovo, a short history*. Papermac. London and Basingstoke, 1998. Pg. xxviii

com a atenção vinda dos estados estrangeiros, a violência continuou no território kosovar e a cada novo ataque o grau das atrocidades escalava ainda mais: «Um padrão emergiu: o KLA assassinava um ou dois polícias ou soldados; o exército federal queimava uma aldeia e expulsava a população, muitas vezes matando gente – primeiro no vale de Drenica, no centro da província, depois um pouco por toda a parte, à medida que as provocações se espalhavam»¹²³. Durante as disputas entre os albaneses e os sérvios, alguns países ocidentais juntaram-se para tentar resolver a situação. O chamado Grupo de Contacto era constituído pelos Estados Unidos da América, Rússia, Inglaterra, França, Alemanha e Itália.¹²⁴ Com a pressão a nível internacional, as Nações Unidas conseguem acordar um período de cessar-fogo com os sérvios, em Outubro de 1998, mas que foi rapidamente quebrado.

Desde o início dos atentados do KLA, os Estados Unidos da América surgiram a favor dos kosovares albaneses e ameaçavam Milosevic com uma possível intervenção militar da NATO, caso não houvesse indícios que comprovassem as acusações de terrorismo e tráfico de drogas que alegavam contra os albaneses. Durante uma missão da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) no território kosovar, a «15 de Janeiro de 1999, na aldeia de Rajak, são descobertos quarenta e cinco cadáveres de kosovares de origem albanesa, mortos a tiro nesse dia ou na véspera. O KLA diz que eram civis e foram assassinados; o exército federal garante que eram terroristas mortos em combate»¹²⁵. Este acontecimento resultou finalmente num ultimato das potências europeias e americana, em Rambouillet, aos sérvios e aos kosovares para que chegassem a uma solução que acabasse com os ataques mútuos. Esta reunião foi a oportunidade final dada para um acordo pacífico, mas que acabou com a recusa dos Sérvios em aceitar as condições, que incluíam a presença da NATO no território e que o governo sérvio via como uma ameaça à sua soberania, e que culminou no ataque das forças da NATO ao território jugoslavo a 24 de Março de 1999. Ao mesmo tempo que decorria a ofensiva, o exército sérvio começou a destruir as localidades com habitantes albaneses, expulsando-os em direcção à Albânia e à Macedónia. A sua evacuação foi acompanhada pela destruição das identidades dos indivíduos através da confiscação dos documentos pessoais e também dos documentos dos transportes particulares. Desta

¹²³ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pg. 82

¹²⁴ MALCOLM, Noel. *Kosovo, a short history*. Papermac. London and Basingstoke, 1998. Pg.xxxiv

¹²⁵ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pp. 82 e 83

forma, os sérvios pretendiam eliminar os comprovativos de que os albaneses expulsos alguma vez tinham sido cidadãos do Kosovo e, assim, impedi-los de ter qualquer direito de voltar.¹²⁶

O conflito do Kosovo resultou como o grau último da guerra da Jugoslávia onde tudo o que aconteceu nos confrontos anteriores, desde a intervenção exterior das potências estrangeiras até ao nível das atrocidades praticadas em relação aos direitos humanos, foi aqui ampliado ao máximo, o que se torna contraditório. Uma vez tendo a presença dos Estados Unidos e dos países europeus, assim como das suas organizações internacionais, e até a atenção dos meios de comunicação pelo mundo, o nível de violência e a duração dos ataques tinham todas as condições para serem limitados e controlados de forma a proteger as principais vítimas dos confrontos, ou seja, a população civil. Com o fim da guerra no Kosovo, e após a retirada do exército federal jugoslavo, a província ficou entregue a uma força da NATO, a KFOR, e à Missão para a Administração Interna das Nações Unidas para o Kosovo (UNMIK), sob a chefia de um representante especial do secretário-geral.¹²⁷ Ainda assim, no período de tempo entre a retirada e o início da tomada de controlo, o povo do Kosovo continuou a sofrer os resultados do conflito: «alguns milhares de sérvios e ciganos (roma) foram expulsos das suas casas e acampamentos e algumas centenas deles foram mortos pelo Exército de Libertação Kosovar (KLA).»¹²⁸

¹²⁶ MALCOLM, Noel. *Kosovo, a short history*. Papermac. London and Basingstoke, 1998. Pp. xxxvii - xxxix

¹²⁷ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pg. 98

¹²⁸ Idem. Pg. 126

4.Os crimes contra a Humanidade durante o conflito no Kosovo e a acção da ONU

*«Confronting the horrors of war and natural disasters, the United Nations has long argued that prevention is better than cure; that we must address the root causes, not merely their symptoms. Our aspiration has yet to be matched by effective action, however.»*¹²⁹

4.1. Enquadramento dos crimes contra os direitos humanos

O enquadramento dos crimes contra os direitos humanos é feito tendo como ponto de partida os artigos da Declaração Universal do Direitos Humanos que foram violados durante o período de crise no Kosovo, que vai desde o início de 1996 até finais de 1999, após o fim da guerra, e que depois são relacionados com as diferentes leis internacionais do Direito Internacional Humanitário. Nesse sentido, é preciso ter em mente que as violações contra os direitos humanos não começaram com a guerra, nem terminaram com o seu fim. Os abusos contra a população civil foram sempre uma constante, variando apenas na gravidade dos ataques e na frequência com que ocorriam. Já antes, dependendo de quem estava no poder, sucediam casos de distúrbios entre os sérvios e os kosovares albaneses, ainda que, de uma forma geral, a animosidade fosse provocada pela acção dos políticos ou das forças militares, sendo raro serem os próprios civis a incitar ao conflito por iniciativa própria.

De entre os trinta artigos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pelo menos nove foram violados (ainda que pareça que todos o foram), os quais serão descritos, em seguida, com exemplos de casos realizados durante a crise do Kosovo, sendo que muitos dos seus perpetradores nunca chegaram a ser julgados ou condenados por tal, assim como muitas das suas vítimas se encontram desaparecidas ou mesmo as suas identidades são, ainda hoje, desconhecidas. De uma forma geral, os crimes cometidos vão desde o simples impedimento da entrada de pessoas de etnia albanesa nos institutos educativos, passando pelas revistas às casas dos cidadãos comuns apenas pela sua etnia, ou seja, sem uma causa formal, até chegar ao assassinato puro, provocado pelas torturas e outros maus tratos dentro das prisões, das próprias casas ou ainda em plena rua.

¹²⁹ Em <http://www.un.org/documents/ga/docs/54/plenary/a54-1.pdf>

❖ «Artigo 3.º Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal¹³⁰.»

Desde o início da crise no Kosovo, as mortes, tanto de militares como de civis, foram uma constante e, por isso, são muitos os exemplos alusivos a casos em que ambas as etnias albanesa e sérvia foram vítimas, assim como algumas minorias como os indivíduos de etnia cigana, sendo que as vítimas abrangiam todas as faixas etárias, desde bebés a pessoas idosas. Consequentemente, ninguém dentro do território do Kosovo se sentia em segurança ou livre – *«Between 28 February and 6 March 1998 Serbian police killed at least 80 ethnic Albanians in the villages of Likošane, Ćirez and Donji Prekaz in the Drenica region of Kosovo. Although evidence was incomplete, it was clear that many of the victims – who included at least 12 women and 11 children – had no involvement in armed attacks.»*¹³¹ Pelo facto de haverem vítimas entre os indivíduos mortos pelas forças militares ou policiais que nada tinham a ver com o conflito, e que apenas tinham como “crime” a sua etnia ou o facto de haver denúncias contra eles, estas acções desrespeitaram o Artigo 3 da Convenção de Genebra de 1949. Este artigo, comum a todas as Convenções de Genebra, destina-se, especificamente, a proteger os indivíduos que estão em territórios que apresentem um cenário de hostilidade armada, mas sem terem nenhuma ligação com o mesmo, tendo, por isso, o direito de protecção e de não sofrer nenhuma forma de violência por parte dos intervenientes no conflito, ainda que partilhem algum aspecto comum aos intervenientes, não podendo ao mesmo tempo, ser vítimas de qualquer tipo de discriminação.¹³²

Dentro deste artigo também podem ser integradas as valas comuns e o genocídio ou assassinatos em massa praticados durante o conflito, sendo o caso da cidade de Orahovac um exemplo - *«Orahovac was the first attempt by the Kosovo Liberation Army to seize control of a major population centre, Serbian police and Yugoslav military reinforcements were brought in, the counter-attack beginning with sustained bombardment from mortars or light artillery fire. (...) a Serbian Interior Ministry spokesperson, Col. Božidar Filić, on 5 August stated that the total number of bodies found after the armed confrontation of 17-21 July was 58»*¹³³. No entanto, Orahovac é

¹³⁰ Em <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>

¹³¹ *Kosovo: the evidence*. Amnesty International United Kingdom. Londres, Setembro de 1998. Pg. 6

¹³² Em <http://www.icrc.org/por/resources/documents/treaty/treaty-gc-0-art3-5tdlrm.htm>

¹³³ *Kosovo: the evidence*. Amnesty International United Kingdom. Londres, Setembro de 1998. Pp. 20-1

apenas um caso entre as várias localidades que ficaram conhecidas pelas valas encontradas e pelo cenário de destruição de que foram alvo – nomes como Mališevo, Likošane e Cirez, entre outros, também fazem parte da lista. Com o fim da guerra, os ataques contra os cidadãos não pararam, sendo que «entre a retirada do exército federal e o controlo eficaz do território pela KFOR passaram algumas semanas e, durante esse tempo, uma segunda limpeza étnica, acompanhada também de assassinatos, teve lugar, desta vez de Sérvios e Ciganos (Roma) acusados de pactuarem com os Sérvios, feita pelo Exército de Libertação do Kosovo.»¹³⁴ Ou seja, a juntar aos crimes já praticados durante o conflito contra os sérvios, e com a derrota destes, o Exército de Libertação do Kosovo (KLA) decidiu embarcar numa vingança contra todos aqueles que considerava inimigos do povo kosovar albanês ou sobre os quais havia alguma suspeita de colaboração com os sérvios, vingança esta que provocou mais mortes e destruição sem qualquer intervenção exterior ou protecção para as vítimas.

❖ «Artigo 5.º Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.»

A tortura e os tratamentos considerados desumanos foram utilizados, na maior parte dos casos, quando o destino foi a prisão, provisória ou efectiva, tanto da parte do exército sérvio como do Exército de Libertação do Kosovo, mas também surgem nos relatos de muitas das vítimas destas forças militares, o facto de ocorrerem actos de violência gratuita durante as visitas feitas às habitações da população civil. A maioria dos actos de tortura e maus-tratos incluíam agressões com bastões e choques eléctricos e até inscrições na pele dos indivíduos utilizando facas e lâminas, sendo que, por vezes, a violência era tanta que as vítimas tinham de receber tratamento hospitalar ou chegavam mesmo a não resistir às agressões - «*His lawyer later reported that his client had told him that he had been taken by the police to an unknown location where he was tied to a bed, tortured with electric shocks and ill-treated in other ways, with the aim of forcing him to sign incriminating “confessions”.*»¹³⁵ Neste caso, as acções praticadas pelos intervenientes do conflito vão não só contra o estipulado no Artigo 3 da IV Convenção de Genebra de 1949, mas também violam a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, onde o termo tortura implica «*any act by which severe pain or suffering, whether physical or*

¹³⁴ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pg. 99

¹³⁵ *Kosovo: the evidence*. Amnesty International United Kingdom. Londres, Setembro de 1998. Pg. 52

mental, is intentionally inflicted on a person for such purposes as obtaining from him or a third person information or a confession, punishing him for an act he or a third person has committed or is suspected of having committed, or intimidating or coercing him or a third person, or for any reason based on discrimination of any kind, when such pain or suffering is inflicted by or at the instigation of or with the consent or acquiescence of a public official or other person acting in an official capacity.»¹³⁶

❖ «Artigo 7.º Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm o direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.»

Uma das razões que levaram ao número crescente de vítimas durante o conflito no Kosovo foi a diferença de etnias ou nacionalidades, o que provocou desde sempre a animosidade entre os sérvios e os albaneses kosovares. Uma vez que, tanto de um lado como do outro, os principais intervenientes eram os corpos militares e políticos, os comuns cidadãos, que também eram atacados por terem a etnia errada, não tinham a quem recorrer e pedir ajuda ou protecção, sendo que eram deixados à sua própria sorte quando eram obrigados a deixar as suas casas e partir das suas aldeias ou até do próprio país. O interesse maior de quem estava no poder parecia passar apenas pela vitória e consequente expulsão da etnia adversária sem ter em conta as dificuldades e horrores por que passavam os indivíduos que estavam no meio da disputa, uma vez que este factor parecia apenas servir como mais uma razão que dava legitimidade para a continuação dos ataques.

❖ «Artigo 9.º Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10.º Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

(...)

Artigo 12.º Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e

¹³⁶ Em <http://www2.ohchr.org/english/law/cat.htm>

reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem o direito a protecção da lei.»

Qualquer indivíduo que apresentasse alguma ligação que fosse considerada uma ameaça ou que pusesse em causa as acções tanto do exército sérvio como do KLA estava em risco de ser preso e, consequentemente, ameaçado e torturado. Fosse porque a sua etnia era pertencente à etnia oposta, porque tinha familiares conhecidos como “opositores” ou apenas porque alguém tinha feito uma denúncia que até poderia ser falsa, o certo é que nem era preciso um motivo verdadeiramente real para provocar encarceramentos ilegais e, naturalmente, os tribunais agiam também de acordo com os interesses dos grupos. No caso dos tribunais sérvios, muitas vezes, os depoimentos dos indivíduos eram apenas os resultados da pressão dos maus-tratos, tortura e ameaças, tanto à sua própria vida como à das suas famílias – *«It was reported that the President of the Court supported such treatment when “crimes against the State” were involved, “irrespective of whether there was a conviction or not”.*»¹³⁷ Por outro lado, as provas e as testemunhas de defesa, simplesmente, não eram reconhecidas como tal e apenas as acusações eram consideradas, havendo casos em que nem aos advogados era permitido terem conversas com os acusados antes das audiências e, quando havia essa possibilidade, eram feitas sob a presença de guardas. Assim, tanto as detenções como os tribunais impediam que os acusados tivessem os seus direitos de imparcialidade e justiça garantidos ou respeitados, uma vez que não havia ninguém que fosse independente o suficiente para garantir o mínimo cumprimento legítimo das autoridades¹³⁸. Estas situações vão contra o estipulado tanto no Artigo 15 da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes¹³⁹, que fala sobre a inadmissibilidade de depoimentos conseguidos através de métodos com características de tortura, assim como, também, no Artigo 14 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos¹⁴⁰, é defendida a igualdade entre os indivíduos no que diz respeito ao tratamento em tribunal com a respectiva confidencialidade das comunicações entre os acusados e os seus advogados de defesa, assim como aos advogados é de direito terem acesso a todos os meios existentes que lhes permitam fazer uma defesa completa dos seus clientes - *«Besim Rama and Avni*

¹³⁷ *Kosovo: the evidence*. Amnesty International United Kingdom. Londres, Setembro de 1998. Pg.77

¹³⁸ *Idem* Pp.48-54

¹³⁹ Em <http://www2.ohchr.org/english/law/cat.htm>

¹⁴⁰ Em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-direitos-civis.html>

*Nura were detained by police on 17 September 1996, but despite continuous efforts their family and defence lawyers were unable to obtain information about their whereabouts until early October.»*¹⁴¹ Os casos de Besim Rama e Avni Nura são apenas um exemplo dos muitos que são conhecidos, sendo que alguns apresentam testemunhos ainda mais graves do ponto de vista da violação dos direitos humanos, onde a conjugação de prisões ilegais, torturas, ameaças e tribunais parciais resultaram, muitas vezes, em mortes e destruição de vidas inocentes.

❖ «Artigo 13.º 1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.

2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

(...)

Artigo 15.º 1. Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

(...)

Artigo 17.º 1. Toda a pessoa, individual ou colectiva, tem direito à propriedade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.»

O Kosovo, com o início do principal conflito, deixou de ser um estado onde cada pessoa tinha a liberdade de escolher a sua residência ou até de circular por onde quisesse. Com as ameaças das forças militares, os cidadãos que se sentiam ameaçados deixavam as suas casas e embrenhavam-se nas zonas florestais na tentativa de chegar a locais mais seguros. Por outro lado, muitas vezes, eram mesmo obrigados a fugir quando, após as revistas domiciliárias dos exércitos, o que ficava para trás eram apenas vilas destruídas, uma vez que a destruição das casas e de tudo o que havia dentro, assim como a queima das mesmas, eram práticas que se tornaram normais – «*Tens of thousands of people have been forced by the conflict in Kosovo province to flee their homes.*»¹⁴² Do lado do exército sérvio também havia a tendência de ameaçar os albaneses kosovares para saírem das suas propriedades tendo como fins a sua expulsão

¹⁴¹ *Kosovo: the evidence*. Amnesty International United Kingdom. Londres, Setembro de 1998. Pg. 52

¹⁴² Idem. Pg.85

do país e chamar outros sérvios, de outras regiões, para se instalarem nos territórios kosovares. A certa altura, como referido anteriormente, começaram também a recolher e destruir todos os documentos das pessoas expulsas para que estas não tivessem forma de provar a sua nacionalidade e assim não poderem voltar ao país.¹⁴³ Os cidadãos kosovares eram, assim, obrigados a fugir das suas habitações, muitas vezes sem terem outro local para onde ir ou sem terem sequer tempo de falar com familiares sobre a sua situação, o que os fazia andar durante longas distâncias escondidos até chegarem a outros países onde se pudessem sentir seguros, tendo isto levado a que muitas pessoas fossem dadas como desaparecidas por não haver qualquer informação sobre a sua localização. No entanto, esta situação acontecia quando o rumo das invasões e ameaças acabava da melhor forma, uma vez que havia ainda a hipótese dos indivíduos considerados como desaparecidos estarem presos em locais desconhecidos para interrogações sob torturas e maus-tratos ou ainda mortos. As listas de desaparecidos incluíam pessoas de todas as etnias e minorias existentes no território do Kosovo, assim como de todas as faixas etárias. De acordo com o Artigo 7 da Declaração das Nações Unidas para a Protecção de Todas as Pessoas do Desaparecimento Forçado, não existe qualquer circunstância que possa ser usada para justificar um desaparecimento forçado ou involuntário.¹⁴⁴

¹⁴³ MALCOLM, Noel. *Kosovo, a short history*. Papermac. London and Basingstoke, 1998. Pp. xxxvii - xxxix

¹⁴⁴ Em [http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/A.RES.47.133.En?OpenDocument](http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/A.RES.47.133.En?OpenDocument)

4.2. Acção da ONU no combate aos crimes contra os direitos humanos praticados no Kosovo

A guerra na ex-Jugoslávia foi um dos factores que marcou a mudança na Organização das Nações Unidas e na sua forma de intervir para a manutenção de paz nos territórios, uma vez que na Federação da República Jugoslava não havia uma paz para manter, pois o conflito persistia e o que era necessário eram meios para chegar à paz e terminar com os abusos que ocorriam por todas as repúblicas jugoslavas e que deixavam cada vez mais mortos pelo caminho. Foram estas circunstâncias que levaram ao surgimento da Força de Protecção das Nações Unidas (UNPROFOR), uma força armada – os chamados capacetes azuis – que tinha por objectivos a desmilitarização de algumas áreas da ex-Jugoslávia, a entrega de ajuda humanitária às populações e a supervisão dos locais classificados de zonas de segurança.¹⁴⁵

No caso do Kosovo, os abusos eram, como descritos anteriormente, praticados diariamente, contra os civis, na sua maioria, e atingiam graus de violência elevados com resultados graves, o que fez com que a nova mudança na acção das Nações Unidas fosse também utilizada no seu território. No entanto, durante a maior parte do conflito a acção da ONU, no terreno, não impediu os ataques contra a população, que era vítima dos confrontos e entre a qual, todos os dias, havia casos de maus-tratos, aumento do número de refugiados e do número de desaparecidos e mortos. No total, decorreram três missões da ONU destinadas a tentar estabilizar a situação no território kosovar, sendo que a primeira ocorreu ainda em 1992 e englobou, além do Kosovo, Sandjak e Vojvodina¹⁴⁶, no seguimento da acção da UNPROFOR.

Quando o conflito explodiu no Kosovo, as potências internacionais começaram a delinear possíveis formas de o travar, sendo que a primeira tentativa foi o acordo de Holbrooke-Milosevic¹⁴⁷, em 1998, e após o fracasso de duas resoluções anteriores

¹⁴⁵ <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unprofor.htm>

¹⁴⁶ *As Organizações Internacionais e o seu envolvimento em operações de paz (1994-2000)* – Súmula nº 67. Ministério da Defesa Nacional – Portugal, Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional. 12 de Setembro de 2000. Pp 48 e 49.

¹⁴⁷ O Acordo de Holbrooke-Milosevic foi mediado pelo embaixador americano Olivier e tinha como objectivo chegar a um acordo entre os sérvios representados pelo Presidente da Federação da República da Jugoslávia e os kosovares albaneses representados pelo Exército de Libertação do Kosovo, em VALLE, Alexandre Del. *Guerras Contra a Europa – Bósnia-Kosovo-Chechénia....* Hugin Editores, Lda. Paris, 2001. pg.260 e [http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/\(Symbol\)/f514a7fcd45afe880256724003d4aeb?Opendocument](http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/(Symbol)/f514a7fcd45afe880256724003d4aeb?Opendocument)

elaboradas pelo Conselho de Segurança¹⁴⁸, as quais foram ignoradas pela República Federal Jugoslava, teve início a Missão de Verificação no Kosovo (KVM), consequência da Resolução 1203 do Conselho de Segurança da ONU e que foi executada pela Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). A KVM pretendia a coordenação de «cerca de 1500 “verificadores” (designação adoptada em vez de “observadores”) dos Estados participantes da OSCE, para fiscalizar o cumprimento do acordo de cessar-fogo precário alcançado em Outubro de 1998».¹⁴⁹

No decorrer do conflito, a ineficácia da ONU dentro do território kosovar era notória, uma vez que não conseguiu diminuir os ataques entre os sérvios e os albaneses nem proteger a população civil que estava no meio de tudo. No entanto, a grande prova que fez surgir a necessidade de que a Organização encontrasse outro tipo de soluções para conduzir o Kosovo à paz e impor-se como mediadora para lá chegar, aconteceu quando a NATO iniciou a acção «*Operation Allied Force*»¹⁵⁰, a 24 de Março de 1999, no território sem qualquer consentimento do Conselho de Segurança, tendo lançado os bombardeamentos que levaram ao fim do confronto entre as duas etnias, mas que provocou um aumento exponencial do número de vítimas. A Operação foi decidida sem uma tentativa mais alargada de conseguir atingir o mesmo objectivo por meios pacíficos e onde a Organização acabou por não ter qualquer influência nas acções dos países-membros da NATO, mostrando assim a sua fraqueza perante a vontade das grandes potências.

A Missão de Administração temporária no Kosovo das Nações Unidas (UNMIK – *United Nations Interim Administration Mission in Kosovo*), formada pela resolução 1244¹⁵¹ do Conselho de Segurança, teve início em 1999, após o fim da investida das tropas da NATO no território jugoslavo. A sua função era organizar todo o caos deixado pelo conflito e dar assistência e segurança à população civil, tanto àquela que ainda

¹⁴⁸ Nota final (2): Resolução 1160 e 1199 do Conselho de Segurança da ONU.

¹⁴⁹ VIANA, Vítor Rodrigues. *Segurança Colectiva – A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Edições Cosmos – Instituto da Defesa Nacional. Lisboa, 2002. Pg. 91

¹⁵⁰ MONCADA, Hugo Solano Cabral. *Algumas considerações sobre o conflito do Kosovo no quadro da desintegração da Jugoslávia*. Livraria Almedina – Coimbra. Coimbra, Janeiro 2001. Pg. 44

¹⁵¹ Nota final (3): A resolução do Conselho de Segurança nº1244 foi o meio que se revelou mais importante da acção da ONU no território do Kosovo pois foi a partir dela que a Organização voltou a ter a sua importância reconhecida para solucionar os problemas que já existiam e que surgiram após o conflito. Esta medida integrava uma série de planos que tinham como objectivo último a paz efectiva do Kosovo. São exemplos o Plano dos cinco pontos da NATO/Secretário-Geral da ONU; a Iniciativa de paz do Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão Joschka Fischer; o Plano do G-8; a Iniciativa de Paz do Primeiro-ministro italiano Massimo D'Alema; a Iniciativa greco-checa e a Proposta de paz belga. Em MONCADA, Hugo Solano Cabral. *Algumas considerações sobre o conflito do Kosovo no quadro da desintegração da Jugoslávia*. Livraria Almedina – Coimbra. Coimbra, Janeiro 2001. Pp. 91-96

estava dentro do território kosovar como à que, por via das circunstâncias, fora obrigada a fugir, para, assim, criar condições estáveis para uma possível autonomia política do Kosovo e da sua população, ou seja, a Missão no Kosovo foi o meio encontrado para reorganizar tanto a parte política como a parte social do Kosovo, com o apoio das organizações que já se encontravam no território, englobando fins como *«perform basic civilian administrative functions; promote the establishment of substantial autonomy and self-government in Kosovo; facilitate a political process to determine Kosovo's future status; coordinate humanitarian and disaster relief of all international agencies; support the reconstruction of key infrastructure; maintain civil law and order; promote human rights; and assure the safe and unimpeded return of all refugees and displaced persons to their homes in Kosovo.»*¹⁵² A resolução 1244 incluía a cooperação entre as diversas organizações internacionais e humanitárias (incluindo os organismos da ONU) como um dos meios importantes para conduzir, de uma forma mais eficaz e absoluta, as acções que deveriam ser realizadas no território para a criação das condições necessárias de um novo Kosovo, sem conflitos e seguro para todas as etnias, tendo como base de actuação o respeito e a defesa dos direitos humanos. Neste sentido, o papel da União Europeia, da NATO, com a Força de Segurança – KFOR – formada por militares dos países-membros, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, do Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas (UNHCR) e do Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas (OHCHR), no seu todo, foi uma mais-valia para o Kosovo. O Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas ficou responsável pela UNMIK, o que significou que passava a ser o equivalente ao governo do Kosovo, o cargo mais elevado à frente do destino do território, por quem deviam passar as decisões mais importantes, incluindo também as relacionadas com a área judicial.

O Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados dentro da UNMIK ficou com a responsabilidade da Assistência Humanitária, correspondente ao primeiro dos quatro pilares¹⁵³ em que a Missão sustentou o seu trabalho e que era dirigido sobretudo à ajuda aos refugiados do Kosovo. O programa de ajuda criado pela UNHCR conseguiu angariar junto da comunidade internacional cerca de 250 milhões de

¹⁵² Em <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmik/background.shtml>

¹⁵³ A Missão no Kosovo era baseada em quatro pilares: Pilar I – Assistência Humanitária; Pilar II – Administração Civil a cargo das Nações Unidas; Pilar III – Democratização e Construção de Instituições pela OSCE; e Pila IV – Reconstrução e desenvolvimento económico pela União Europeia. Em <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmik/background.shtml>

dólares para ajudar os refugiados que desde 1991, com o início do conflito na Jugoslávia, começaram a crescer. As verbas foram destinadas para permitir que os refugiados pudessem ter meios de subsistência e formas de abandonarem o território em segurança, mas também para que ficassem dentro da ex-Jugoslávia com a criação de pequenos negócios, construção de habitações e assistência social, alimentar, educacional, para a saúde e para as crianças.¹⁵⁴ Em 1999 o número total de refugiados do Kosovo ascendia a 850,000 pessoas que, na busca por uma maior segurança longe do conflito, tinham deixado as suas casas.¹⁵⁵ Após os bombardeamentos da NATO, a UNHCR mudou os objectivos do programa de relocação dos refugiados, devido ao retorno em massa e, em colaboração com o Fundo para a Criança das Nações Unidas (UNICEF) e várias Organizações Não Governamentais (ONGs), efectuaram uma pesquisa sobre a situação dos abrigos que cobriu centenas de vilas afectadas pelo conflito, tendo também feito um balanço sobre o nível de destruição das escolas.¹⁵⁶

O Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) estabeleceu-se dentro do território da República Federal da Jugoslávia, em 1996, para ajudar a promover os direitos humanos durante os conflitos que começaram a surgir pelas repúblicas entre os diversos povos que os habitavam. Os seus objectivos passavam por reunir informações sobre o estado dos direitos humanos para criar e fortalecer meios de protecção para as vítimas de violações dos direitos humanos¹⁵⁷. Entre as suas práticas comuns na reunião de informação estavam entrevistas a vítimas, familiares e testemunhas sobre ocorrências de actos contra os direitos humanos, assim como a presença em várias sessões de julgamentos onde foi possível testemunhar as violações dos procedimentos judiciais, assim como as condições físicas e psicológicas em que os acusados se encontravam.¹⁵⁸ Dentro do OHCHR, a Comissão das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação racial ocupou-se da situação das minorias e da sua defesa, sendo que pediu, no início de 1999, um relatório¹⁵⁹ ao governo da Federação Jugoslava sobre a situação das etnias dentro do Kosovo e de Metohija e quais as medidas que estavam a ser tomadas para tentar chegar a um acordo pacífico com a

¹⁵⁴ Em http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home/opensslPDFViewer.html?docid=3c6913a14&query=kosovo_1998-99

¹⁵⁵ Em http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home/opensslPDFViewer.html?docid=4e1ee787a&query=kosovo_1998-99

¹⁵⁶ Em http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/293

¹⁵⁷ Em <http://www.ohchr.org/Documents/AboutUs/annualappeal0.pdf>

¹⁵⁸ Em http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/99

¹⁵⁹ Em [http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/\(Symbol\)/f514a7fcd45afe8880256724003d4aeb?OpenDocument](http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/(Symbol)/f514a7fcd45afe8880256724003d4aeb?OpenDocument)

minoría albanesa a nível geral, constitucional e legal. Em relação à Administração Civil, as Nações Unidas, em colaboração com a União Europeia e a OSCE, dirigiu os esforços para a reconstrução e reabilitação de programas para a implementação de instituições políticas, económicas, legais e sociais, ao mesmo tempo que trabalhava em conjunto com forças militares internacionais responsáveis pela segurança no Kosovo com iniciativas de união e desarmamento civil¹⁶⁰.

O Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ) foi criado pelas Nações Unidas para ser o meio judicial, por excelência, para julgar os crimes ocorridos durante os conflitos na República Federal jugoslava principalmente aqueles que estavam relacionados com as violações dos direitos humanos. Uma vez que terá, mais à frente, neste trabalho, um tratamento mais aprofundado, o TPIJ tem, neste capítulo, apenas uma breve descrição das suas funções. Assim, desde 1993, o TPIJ trabalha no sentido de simplificar certos aspectos do direito internacional humanitário tais como «*grave breaches of the Geneva Conventions of 1949; the application of, and the distinction between, the concepts of international and non-international armed conflict: the rules of international humanitarian law which are applicable in armed conflict of a non-international character; the meaning and scope of crimes against humanity, including their relation to armed conflict; the definition of torture in international humanitarian law; the definition of finalized agreements with the Organization to provide experts rape in international criminal law; the criminality of the planning and preparation of violations of international humanitarian law; the meaning and scope of command responsibility; the legitimacy of duress as a defence against charges of war crimes and crimes against humanity; and elements of the offence of aiding and abetting in the planning, preparation or execution of a crime under international law.*»¹⁶¹

Contudo, continuaram a existir relatos da continuação de violações dos direitos humanos logo após a entrega do Kosovo à UNMIK, uma vez que, entre o fim dos bombardeamentos e a tomada do controlo efectiva da região, existiu um período de tempo em que os sérvios passaram a ser a principal etnia vítima de ataques por parte do Exército de Libertação do Kosovo - «Mas as organizações humanitárias e mesmo a ONU parecem ficar indiferentes perante a sorte dos refugiados e vítimas sérvios, pois uma publicidade demasiado grande que lhes seja feita, pode aumentar a perda de

¹⁶⁰ Em <http://www.un.org/documents/ga/docs/54/plenary/a54-1.pdf>

¹⁶¹ Idem

credibilidade da OTAN e da MINUK¹⁶².» Estes testemunhos da situação que se manteve quase inalterada no território, ainda que ao contrário – com a troca de etnia das vítimas que passaram a ser sérvias e não kosovares albanesas – expõe a dependência que, afinal, a ONU tinha tanto quanto aos Estados Unidos da América, com o caso da decisão dos bombardeamentos na ex-Jugoslávia da NATO sem a autorização do Conselho de Segurança, como em relação a toda a opinião internacional, da qual dependia (e depende) para se manter, uma vez que nesta última situação, quando os sérvios deixam de ser os violadores dos direitos humanos para passarem a ser as vítimas daqueles que eram defendidos pelas potências internacionais como os que estavam e ser injustiçados, a ONU fica sem reacção à espera da próxima indicação de como agir para que a sua imagem de autoridade superior não se perca irremediavelmente. No fim, quem sofreu durante esses momentos de reflexão foram os civis – mulheres, crianças, idosos – inocentes que nada tinham a ver com a disputa que lhes estava a tirar tudo, desde bens, justiça, direitos e até a vida: «Apesar da presença de 40 000 soldados da Força de protecção do Kosovo da OTAN (KFOR), assim como da Missão das Nações Unidas no Kosovo (MINUK), parece que os cenários de exílios forçados e de perseguições contra as populações Sérvias, como os de Krajina, da Bósnia ou da Eslavónia oriental, se estão a reproduzir no Kosovo, também ali perante a indiferença da “comunidade ocidental” e da KFOR.»¹⁶³

¹⁶² MINUK (ou UNMIK) - Missão das Nações Unidas no Kosovo. VALLE, Alexandre Del. *Guerras Contra a Europa – Bósnia-Kosovo-Chechénia....* Hugin Editores, Lda. Paris, 2001. pg.285

¹⁶³ VALLE, Alexandre Del. *Guerras Contra a Europa – Bósnia-Kosovo-Chechénia....* Hugin Editores, Lda. Paris, 2001. Pp.280/1

4.3. A suspeita do Tráfico Humano

O conflito do Kosovo foi caracterizado por vários tipos de comportamento dos intervenientes militares e políticos. Entre eles encontram-se as violações dos direitos humanos da população civil que envolveram torturas e maus-tratos; prisões e julgamentos ilegais; destruição de propriedade privada; ameaças físicas e psicológicas; e assassinios. Todos estes crimes foram praticados durante a guerra e eram conhecidos pela comunidade internacional que acompanhava o seu desenrolar. No entanto, apenas com o fim da mesma se tornaram conhecidos os indícios que indicavam que, além de todos os outros crimes, também o tráfico humano era praticado no território kosovar.

O tráfico humano é um crime comum em países que tenham uma situação económica e educativa abaixo da média, com as mulheres e crianças a surgirem como as principais vítimas. De acordo com o relatório do ano de 2000 do Serviço de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho¹⁶⁴, a República Federal da Jugoslávia surge como fonte, ponto de passagem e destino de tráfico humano, sendo que, uma vez que não existem leis que o proíbam, não existem programas governamentais de prevenção para as vítimas. Particularmente na região do Kosovo «*trafficking in women and girls to and through the province was a serious problem. (...) Pristina and Kosovo Polje (Fushe Kosova) are major centres for trafficking.*»¹⁶⁵ Este relatório afirma ainda que existem outros relatos das autoridades sobre o contrabando de mulheres e raparigas jovens, que são levadas do território do Kosovo para países como a Macedónia, Albânia e Itália com o objectivo de serem obrigadas a trabalhar como prostitutas, ao mesmo tempo que são sujeitas a vários tipos de violência física e psicológica. Apesar das suspeitas recaírem sobre associações de sérvios e albaneses de crime organizado, não existem provas suficientes que permitam acusar alguém.

Em ambiente de conflito, onde os direitos humanos são limitados e violados, e em que existem casos de desaparecimentos diários, surgem as condições ideais para que este tipo de crimes ocorra sem que os seus perpetradores sejam descobertos e sem que haja uma ajuda efectiva para as possíveis vítimas, que passam a ser não só mulheres e crianças, como homens, e onde o tipo de tráfico que ocorre pode abranger outros fins que não a prostituição, como por exemplo o tráfico de órgãos humanos. «*Approximately 3,600 persons also were missing and unaccounted for as a result of the armed conflict*

¹⁶⁴ US State Department: Country Reports on Human Rights Practices of the Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor in <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrpt/2000/eur/865.htm>

¹⁶⁵ Em <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrpt/2000/eur/865.htm>

*in 1999, including approximately 2,750 Albanians, 500 Serbs, and 300 members of other ethnic groups. »*¹⁶⁶

Em 2008, com a publicação do livro *A caça: Eu e os Criminosos de Guerra* de Carla Del Ponte, ex-procuradora do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, surgiram, em público, as primeiras suspeitas da ocorrência de tráfico humano durante e imediatamente após o conflito do Kosovo, ou seja, durante o período de tempo que demorou a transição do poder dos militares sérvios para a UNMIK. Em causa estavam alegações do desaparecimento de cerca de 300 indivíduos, sendo que estes seriam raptados, presos e transferidos para uma clínica na Albânia, onde lhes eram retirados os órgãos e vendidos a pacientes ricos. Havia ainda a suspeita de elementos dos cargos mais altos do Exército de Libertação do Kosovo poderem estar envolvidos no negócio do tráfico humano, sendo que as vítimas seriam maioritariamente sérvias ou com origem das minorias étnicas.

Com a saída do livro de memórias da ex-procuradora, as várias organizações de direitos humanos enviaram os seus observadores e investigadores para o campo a fim de recolherem provas que comprovassem as alegações feitas sobre o tráfico humano. Assim, a Human Rights Watch (HRW) tentou entrar em contacto com os governos do Kosovo e da Albânia, escrevendo cartas ao Primeiro-ministro Hashim Thaci e ao Primeiro-ministro Sali Berisha, respectivamente, onde eram pedidas investigações dentro dos seus territórios para chegar à verdade das alegações. No entanto, e apesar de não terem tido respostas, a HRW *«has obtained independent information and documentation that provides credibility and corroboration of much of what Del Ponte writes about postwar abuses in Kosovo. (...) Human Rights Watch also obtained a copy of UNMIK's report from the February 4-5, 2004 investigation, titled "Forensic Examination and Assessment in Albania", which largely corroborates Del Ponte's claims. The chemical spray called Luminol, the report says, revealed traces of blood in two rooms, including one spot at a right angle on the floor, which "would indicate that there may have been by [sic] a rectangular item covering this area." In a stream bed next to the house, investigators found an empty intravenous bag, syringes, and empty bottles of medicine, which they collected as evidence. »*¹⁶⁷

¹⁶⁶ Em <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrpt/2000/eur/865.htm>

¹⁶⁷ Em <http://www.hrw.org/news/2008/05/04/kosovoalbania-investigate-postwar-abductions-transfers-albania>

Já em 2010, e uma vez a administração do Kosovo, a nível da segurança e da área judicial, tinha passado a ser da competência da Missão da União Europeia do Estado de Direito no Kosovo (European Union Rule of Law Mission in Kosovo – EULEX) em 2008, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa instaurou uma investigação liderada pelo observador Dick Marty nos territórios da Sérvia e da Albânia.

«According to the information gathered, numerous concrete and convergent indications confirm that some Serbians and some Albanian Kosovars were held prisoner in secret places of detention under KLA control in northern Albania and were subjected to inhuman and degrading treatment, before ultimately disappearing. Numerous indications seem to confirm that, during the period immediately after the end of the armed conflict, before international forces had been able to take control of the region and re-establish law and order, organs were removed from some prisoners at a clinic on Albanian territory, near Fushë-Krujë, to be taken abroad for transplantation.

»¹⁶⁸ Logo na síntese do relatório apresentado por Dick Martin são apresentadas as conclusões da investigação que realizou durante o ano anterior com o fim de obter indícios e provas que sustentassem as afirmações de Carla Del Ponte sobre a questão do tráfico de órgãos humanos que teriam tido lugar após o fim do conflito no Kosovo. No entanto, apesar de expressar a fundamentação das alegações da antiga procuradora, Dick Martin também afirma que nada foi feito pelas autoridades responsáveis, internacionais e locais, para apurar possíveis culpados ou mesmo vítimas do ocorrido. O relatório é dividido em duas partes, sendo que a primeira apresenta um esboço de uma Resolução adoptada, em Dezembro de 2010, pelo Comité da Assembleia Parlamentar, para avançar com uma investigação mais aprofundada com os principais pontos focados nas alegações que levaram à investigação do tráfico de órgãos humanos, ou seja, quais as acusações feitas em relação à ocorrência do mesmo e quanto aos possíveis culpados identificados como integrantes de uma das facções do Exército de Libertação do Kosovo – o chamado grupo de Drenica; quais as medidas que foram tomadas para chegar a conclusões que permitiram comprovar a veracidade das alegações feitas pela ex-procuradora Del Ponte; e quais os comportamentos que devem ser tomados pelas diferentes organizações internacionais, assim como pelos governos da Sérvia e da Albânia e pelos estados-membros da União Europeia, de forma a ser possível a cooperação na investigação dos culpados pelos crimes contra os direitos humanos,

¹⁶⁸ Anexo 2

especialmente o tráfico humano, na angariação de meios de ajuda e protecção para as vítimas ou potenciais vítimas e na criação de novos instrumentos legais internacionais que «*lays down definitions of human organ, tissue and cell trafficking and to stipulates the action to be taken in order to prevent such trafficking*». ¹⁶⁹

A segunda parte do relatório surge então com a exposição final da investigação conduzida por Dick Martin e a apresentação dos casos de estudo usados que, dados as suas características e os indícios encontrados, levaram à fundamentação dos argumentos sobre o tráfico humano. É referido, logo no início, que um dos factores importantes que resultam nas dificuldades sentidas pela equipa de investigação na busca por informações prendeu-se com a estrutura da própria sociedade kosovar albanesa, que, ainda demasiado presa ao medo dos tempos do conflito, não permitia o fácil acesso a testemunhos sobre as alegações dos factos ocorridos relacionados com o tráfico humano que terá sido facilitado pelo ambiente de caos em que se encontrava o território, sendo que, durante um determinado período pós-conflito, este estava sobre a autoridade do KLA. Dick Martin faz um cenário mais pormenorizado da situação social, económica e política em que se encontrava a região, assim como também relata quais as áreas a que foi dada prioridade de resolução em termos humanitários em detrimento de outras pelo simples facto de que era impossível conseguir dar prioridade a todos os problemas que resultaram do conflito, o que facilitou a acção dos criminosos. Uma das áreas que era particularmente importante era o número elevado de desaparecidos, e qual o destino que teriam tido, que continuou a crescer mesmo após o fim dos bombardeamentos: «*Some 470 missing persons disappeared after the arrival for KFOR troops on 12 June 1999, 95 of whom were Kosovar Albanians and 375 non-Albanians, mainly Serbs.*» ¹⁷⁰

Quanto ao que foi encontrado de concreto que serve de base de fundamentação para as acusações de tráfico humano, esta equipa de investigação teve acesso às averiguações realizadas tanto pelo Tribunal Criminal Internacional para a ex-Jugoslávia como pelo EULEX no mesmo campo e que também foram caracterizadas pelas dificuldades encontradas vindas da parte dos países em questão e dos estados-membros da União Europeia em relação a ajuda judicial. No entanto, foi-lhes possível encontrar várias testemunhas credíveis que tinham presenciado actos relacionados com o tráfico ou que até estavam de alguma forma relacionados com os mesmos, tais como familiares de vítimas, vítimas, combatentes do conflito, colaboradores de organizações

¹⁶⁹ Em <http://assembly.coe.int/Main.asp?link=/Documents/WorkingDocs/Doc11/EDOC12462.htm>

¹⁷⁰ Idem

humanitárias, judiciais e sociais, e até integrantes do Exército de Libertação do Kosovo: *«In understanding how these crimes descended into a further form of inhumanity, namely the forcible extraction of human organs for the purposes of trafficking, we have identified another KLA personality who apparently belongs to the leading co-conspirators: Shaip Muja.»*¹⁷¹ A investigação levou a equipa de Dick Martin até aos locais que alegadamente serviam de prisões para as vítimas raptadas pelo KLA e onde eram praticados actos desumanos que incluíam as operações de remoção dos órgãos, além de servirem também de ponto de passagem para as mulheres destinadas à prostituição forçada. Estes locais estavam situados nas regiões de Cahan, Kukës, Bicaj, Burrel, Durrës, Rripe e Fushë-Krujë, sendo estes últimos considerados como estando directamente ligado ao negócio do tráfico humano. Era em Rripe que estava localizada uma casa, que ficou conhecida como casa amarela ou *«the K. house»*, que *«appears in fact to have the character of more of a “way station”, at which captives were held in transit to their ultimate fate, and according to certain sources, subjected to apparently strange forms of “processing”/ “filtering”, including the testing of their blood and physical condition.»*¹⁷² Já em Fushë-Krujë descobriram a existência de um edifício de tipo clínico usado não só pelo Exército de Libertação do Kosovo como também por outras organizações de cariz criminoso com ligações ao mercado do tráfico humano e contrabando. De acordo com as informações dadas pelas fontes, a equipa de investigação da Assembleia Parlamentar, Fushë-Krujë era um local de eleição pela sua localização próxima do aeroporto principal de Tirana, estando por isso facilitado o transporte imediato dos órgãos após a sua extracção ou a imediata transplantação e também a circulação de visitantes estrangeiros.

Como conclusão do relatório, Dick Martin relembra que o objectivo do mesmo era investigar e fundamentar as alegações feitas pela ex-procuradora Carla Del Ponte, a fim de traçar um cenário concreto dos crimes que ocorreram no território do Kosovo após o fim dos conflitos, sendo que, e uma vez que a Assembleia Parlamentar não tem qualificação para iniciar uma investigação criminal, os estados envolvidos, assim como os restantes países europeus deveriam fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para colaborar numa luta contra o crime organizado e os seus culpados, principalmente no que diz respeito ao tráfico humano.

¹⁷¹ Em <http://assembly.coe.int/Main.asp?link=/Documents/WorkingDocs/Doc11/EDOC12462.htm>

¹⁷² Idem

4.4. Acção da ONU no combate ao tráfico humano no Kosovo

A Organização das Nações Unidas criou um grupo de temáticas de problemas a nível global que necessitam de especial atenção e ajuda, sendo um deles o Tráfico Humano, uma questão que está a crescer em todos os tipos de sociedade¹⁷³. Nesse sentido, o Gabinete das Nações Unidas para as Drogas e o Crime (UNODC) e o Instituto de Investigação Inter-regional de Crime e Justiça das Nações Unidas (UNICRI) iniciaram, em 1999, o Programa contra o Tráfico de Seres Humanos em cooperação com os estados-membros da ONU, que tem como bases simplificar e aumentar o acesso das vítimas de tráfico humano aos meios judiciais de forma a obterem ajuda na busca por justiça, ao mesmo tempo que pretendem fazer campanhas, em colaboração com os governos, que ajudem as pessoas a se protegerem contra as redes de tráfico através da informação de prevenção. Estes programas resultam do Protocolo das Nações Unidas para Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças e do Protocolo contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Contrabando de Migrantes por via terrestre, marítima e aérea¹⁷⁴ sendo que as suas áreas de intervenção são a Prevenção e a Sensibilização; Pesquisa e Recolha de dados; Assistência Legislativa; Planeamento Estratégico e Desenvolvimento de Políticas; Respostas do Sistema Criminal de Justiça; Protecção e Apoio às vítimas; e Cooperação Internacional. Desde 1999, e pelo facto do tráfico humano ter vindo a crescer como crime organizado, o UNODC tem criado várias iniciativas que visam fortalecer o combate ao mesmo, assim como proporcionar formas de proteger e ajudar as vítimas. Nesse sentido, são exemplo dessas acções a Campanha Coração Azul contra o Tráfico Humano; a Lei Modelo contra o Tráfico Humano; a Iniciativa Global para a Luta contra o Tráfico Humano (UN.GIFT); o seminário da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) sobre a Cooperação Jurídica Internacional de casos de Tráfico Humano; e a base de dados global de casos de tráfico humano.¹⁷⁵

No caso do Kosovo, a Missão Interina das Nações Unidas (UNMIK), responsável pela região após o fim do conflito, elaborou um primeiro relatório sobre o estado em que se encontrava o Kosovo, em Julho de 1999, onde também relatava a situação a nível humanitário, indicando que tinha havido um aumento de «*high profile*

¹⁷³ Em <http://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf>

¹⁷⁴ Em <http://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/index.html?ref=menuaside>

¹⁷⁵ Idem

*killings and abductions, as well as looting, arsons and forced expropriation of apartments».*¹⁷⁶ Ao mesmo tempo, a UNMIK cooperava com o Tribunal Penal Internacional da ex-Jugoslávia, na recolha de provas dos crimes cometidos a nível dos direitos humanos, e com o UNHCR, na criação de meios para o retorno dos kosovares que tinham sido obrigados a fugir, além de dar assistência a outras organizações humanitárias para promover os direitos humanos. No segundo relatório do mesmo ano, em Setembro, a UNMIK, em colaboração com o Alto-Comissário para os Direitos Humanos das Nações Unidas, e dado o elevado número de pessoas desaparecidas já após o fim da guerra, destacou um grupo de observadores para controlar, investigar e comunicar as violações de direitos humanos no território. O número de desaparecidos ascendia a cerca de 2000 pessoas, sendo este um facto sensível para os habitantes do Kosovo, e ainda que não seja apresentada qualquer possível causa, fica subentendido que é apenas resultado directo do conflito, sem haver qualquer referência a relatos ou testemunhos de outro tipo de tráfico humano.¹⁷⁷

Em Maio de 2004, a UNMIK elaborou um relatório intitulado *Combate ao Tráfico Humano no Kosovo – Estratégia e Compromisso*. O relatório é uma descrição das acções e iniciativas realizadas pela Missão Interina entre a altura imediatamente após o fim do conflito e a data da sua produção, assim como a exposição do que está planeado para se realizar e o que ainda é necessário fazer para conseguir acabar com este tipo de tráfico na região. Contudo, o relatório refere-se apenas ao tráfico humano enquanto prostituição forçada e nos dados apresentados nunca surge qualquer menção ao facto de poder existir tráfico de órgãos humanos. A UNMIK apresenta seis pontos considerados essenciais como base nesta luta, sendo o primeiro respeitante a dar prioridade ao tráfico humano no combate ao crime organizado na região. Nesse sentido, a UNMIK criou duas iniciativas em 2000 e 2001, onde na primeira foi formada uma unidade especializada de combate ao tráfico humano – a Unidade de Investigação do Tráfico e da Prostituição (*Trafficking and Prostitution Investigation Unit - TPIU*) – focada na investigação dos aspectos criminais dessas vertentes do crime organizado e, da segunda, nasceu um regulamento especial destinado a punir os culpados pelo crime de tráfico humano e outros crimes relacionados – Proibição do Tráfico de Seres Humanos no Kosovo¹⁷⁸ – ao mesmo tempo que providencia assistência e protecção às

¹⁷⁶ Em <http://www.unmikonline.org/SGReports/S-1999-779.pdf>

¹⁷⁷ Em <http://www.unmikonline.org/SGReports/S-1999-987.pdf>

¹⁷⁸ Anexo 3 - UNMIK Regulation N° 2001/4 de 12 de Janeiro

vítimas de tráfico humano e outros crimes relacionados. No seguimento destas acções, foram desenvolvidos outros instrumentos jurídicos complementares relativos à *«prohibition of unauthorised border/ boundary crossing, on the protection of injured parties and witnesses in criminal proceedings, on cooperative witnesses, on measures against organised crime, on covert and technical measures of surveillance and investigation and on the use in criminal proceedings of written records of interviews conducted by law enforcement authorities.»*¹⁷⁹

A segunda medida tomada foi relativa à aplicação do lema “Zero tolerância” contra os traficantes, que visou, em primeiro lugar, a compreensão e uniformização da definição de tráfico humano entre as autoridades, em especial a Unidade de Investigação. No sentido de manter uma vigilância concentrada no tráfico e na prostituição, esta unidade criou novas formas de combate e prevenção que passam pelo registo das mulheres estrangeiras que trabalham no território do Kosovo e mantêm um constante contacto com elas informando-as do que fazer caso precisem de ajuda. Por outro lado, existe uma vigilância persistente aos estabelecimentos suspeitos de estarem relacionados com o crime organizado ou com o tráfico humano e prostituição. A terceira medida surge no decorrer da segunda, uma vez que está relacionada com a criação de uma rede forte de direitos humanos para proteger e assistir as vítimas, ou seja, a UNMIK tem como um dos principais objectivos assegurar uma ajuda completa às vítimas destes crimes que passam pela assistência jurídica, com criação de uma Unidade de Assistência e Advocacia às Vítimas (*Victims Advocacy and Assistance Unit - VAAU*), e pela reabilitação quanto ao retomar da vida normal, seja no Kosovo, seja noutro destino escolhido, contando para isso com vários serviços:

« (a) free interpreting services in the language of their choice;

(b) free legal counsel in relation to trafficking issues (criminal or civil);

(c) temporary safe housing, psychological, medical and social welfare assistance as may be necessary to provide for their needs; and

*(d) such other services as shall be specified in an administrative direction.»*¹⁸⁰

Em quarto lugar, a UNMIK prioriza o código de conduta por que se regem os colaboradores e membros da Missão no Kosovo e das organizações que colaboram com

¹⁷⁹ Em http://www.unmikonline.org/misc/unmik_whit_paper_on_trafficking.pdf

¹⁸⁰ Idem

a mesma, sendo que estes devem reger-se por um código ético que vá contra tudo o que possa estar relacionado com o tráfico humano, tendo de, para isso, não praticar acções que possam indicar o contrário, tal como frequentar locais que estejam indicados como suspeitos de estarem relacionados com actividades de prostituição ou tráfico. A estreita colaboração com outras organizações e instituições presentes na região do Kosovo no combate ao Tráfico Humano é a quinta medida, tendo a UNMIK assinado acordos de cooperação bilaterais com o Sudeste Europeu da Iniciativa de Cooperação (SECI), o Pacto de Estabilidade para o Sudeste Europeu e com os países vizinhos, incluindo a Sérvia e Montenegro, a Albânia e a Macedónia.

Por fim, o sexto ponto da acção da UNMIK assenta na sustentabilidade através do envolvimento local multidimensional, uma vez que o problema do tráfico humano tem múltiplas dimensões, também a sua resposta deve vir das várias áreas, tais como o governo, sociedade, aplicação da lei, justiça, serviços públicos, cultura, saúde e educação. A criação de um Coordenador e de um Grupo de Trabalho Interministerial para o Combate ao Tráfico de Seres Humanos foram as primeiras medidas tomadas pela UNMIK para dar apoio a este ponto. O Grupo de Trabalho apresenta como linhas-mestras:

- «1. To coordinate and create policies and draft strategies for combating trafficking in human beings in Kosovo;*
- 2. To prepare a Kosovo action plan to combat trafficking in human beings;*
- 3. To develop strategies, including legislation for preventing trafficking in human beings;*
- 4. To coordinate activities for the implementation of the Kosovo Action Plan to Combat Trafficking in Human Beings;*
- 5. To ensure coordination of efforts of different authorities within and outside the government of Kosovo;*
- 6. To research and analyse different aspects of trafficking in human beings in Kosovo; and*

*7. To work with others in raising awareness on the issue of trafficking in human beings in Kosovo. »*¹⁸¹

Com base nestas directrizes foi criado o Plano de Acção do Kosovo para fortalecer a luta pelo fim do tráfico naquela região, aumentar a eficácia na identificação e punição dos traficantes, identificação e assistência às vítimas, e criação de um meio que permita ajudar estas desde a sua identificação até à integração na sociedade. Este Plano integra ainda o desenvolvimento de acções de consciencialização e informação de prevenção dentro da sociedade kosovar com a instalação de uma linha telefónica de ajuda, a sua divulgação na televisão local e a realização de um filme informativo. Com o conjunto destas medidas, a UNMIK já tem uma parte do trabalho necessário para combater o tráfico humano na região, no entanto, tendo com objectivo apenas o fim do mesmo, aponta como acções futuras o aumento da cooperação a nível regional e global com outras instituições; a criação de meios de prevenção; a contínua investigação e punição dos traficantes e o reforço da assistência e da protecção às vítimas de tráfico.

Ainda em 2004, a Missão Interina no Kosovo, em colaboração com o TPIJ e um jornalista, realizou a primeira visita à chamada Casa Amarela, na Albânia, que teria sido um dos locais onde as vítimas do tráfico de órgãos humanos eram presas. O relatório elaborado por Dick Martin revela que o resultado da excursão foi a descoberta da presença de sangue numa mesa, num dos quartos, e os testemunhos divergentes dos donos da casa quanto à origem do mesmo, sendo que, no entanto, não houve qualquer prosseguimento de uma investigação mais aprofundada pela UNMIK ou pelo Tribunal, e as provas recolhidas acabaram por ser destruídas pelo Tribunal após serem fotografadas e documentadas.¹⁸²

¹⁸¹ Em http://www.unmikonline.org/misc/unmik_whit_paper_on_trafficking.pdf

¹⁸² Em <http://assembly.coe.int/Main.asp?link=/Documents/WorkingDocs/Doc11/EDOC12462.htm>

5. O Tribunal Penal Internacional para os crimes da ex-Jugoslávia

«Justice is an indispensable ingredient of the process of national reconciliation. It is essential to the restoration of peaceful and normal relations between people who have lived under a reign of terror. It breaks the cycle of violence, hatred and extra-judicial retribution. Thus peace and justice go hand in hand.

Antonio Cassese, former ICTY President»¹⁸³

5.1. Enquadramento histórico

«O Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia foi criado pela Resolução 827 do Conselho de Segurança, de 25 de Maio de 1993. A aprovação desta Resolução dá-se no contexto das sérias violações ao direito internacional humanitário cometidas no território da ex-Jugoslávia desde 1991 e surge como uma resposta à ameaça à paz e à segurança internacionais que tais violações implicavam.»¹⁸⁴

Os tumultos no território da antiga Jugoslávia tiveram início no ano de 1991 na Eslovénia e foram-se alastrando pela Croácia, Bósnia-Herzegovina e Kosovo, onde terminaram em 1999. Enquanto na Eslovénia a guerra foi curta e sem grandes confrontos directos e uso de armamentos ou vítimas mortais, na Croácia o conflito caracterizou-se pelo facto de ser entre as duas etnias maioritárias no território – croatas e sérvios – que queriam reivindicar o poder sobre o mesmo. Os croatas eram liderados por Franjo Tudjman, nacionalista, que tinha como objectivos conseguir a independência do território e a sua ocupação apenas por croatas com o recurso a todos os meios disponíveis para atingir o seu fim, ou seja, pretendia continuar, se fosse preciso, com o massacre de todos os que não eram croatas, como já tinha tentado durante a Segunda Guerra Mundial. Do lado oposto, os sérvios pretendiam continuar com o poder sobre a Croácia e expulsar os croatas, se fosse necessário, para manter a república na Federação da Jugoslávia. Assim, esta guerra foi sinónimo de ataques violentos não só contra os militares e políticos, mas também contra civis, tendo sido muitas as violações contra os direitos humanos e os crimes de guerra cometidos. A guerra na Croácia durou cerca de seis meses e foi, pouco tempo depois, que a Organização das Nações Unidas criou o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ), um tribunal especialmente

¹⁸³ Em <http://www.icty.org/>

¹⁸⁴ RIBEIRO, Manuel de Almeida e FERRO, Mónica. A Organização das Nações Unidas. 2ª edição, Livraria Almedina. Coimbra, 2004. P. 302

concebido para julgar os crimes cometidos durante a guerra na ex-Jugoslávia, e dada a sua gravidade, as suas competências são enumeradas pelo Estatuto do Tribunal¹⁸⁵ em relação a todos os crimes que estejam dentro de quatro grupos: violações graves contra as Convenções de Genebra¹⁸⁶, violações das leis e costumes de guerra¹⁸⁷, genocídio¹⁸⁸ e crimes contra a humanidade¹⁸⁹.

Após o fim do conflito na Croácia, seguiram-se os combates na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo, em que ambos os locais foram palco de massacres de seres humanos – incluindo crianças e idosos –, violações dos direitos humanos, genocídio e outros actos igualmente criminosos. A violência dos actos cometidos nestes últimos territórios só serviram para confirmar a necessidade da existência de um tribunal que apenas se dedicasse aos crimes praticados durante a guerra na ex-Jugoslávia, o qual pretendia mudar a forma como o direito internacional era aplicado. Neste sentido, o TPIJ *«has irreversibly changed the landscape of international law and provided victims an opportunity to voice the horrors they witnessed and experienced»*¹⁹⁰, ao mesmo tempo que defende que *«those suspected of bearing the greatest responsibility for atrocities committed can be called to account, as well as that guilt should be individualized, protecting entire communities from being labeled as “collectively responsible.”*» O TPIJ marcou a mudança nos tribunais internacionais ao mostrar que até os líderes políticos, militares e outros ocupantes de altos-cargos são susceptíveis de serem levados a julgamento pelos seus crimes, principalmente quando estes incluem actos graves contra os direitos humanos e põem a vida humana em risco. Por outro lado, o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, dada a especificidade do âmbito dos crimes a serem julgados, tem primazia em relação aos tribunais nacionais quando os crimes em causa se encontram identificados dentro da lista de ofensas que possam ameaçar a paz e podem pedir a estes que lhes seja atribuída a competência para julgar os mesmos.

O TPIJ, com sede em Haia, nasceu assim com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas¹⁹¹ o qual diz respeito às acções ou recomendações a tomar em casos de

¹⁸⁵ Nota final (4): Estatuto do Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia

¹⁸⁶ Artigo 2 do Estatuto do Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia

¹⁸⁷ Artigo 3 Idem

¹⁸⁸ Artigo 4 Ibidem

¹⁸⁹ Artigo 5 Ibidem

¹⁹⁰ Em <http://www.icty.org/sections/AbouttheICTY>

¹⁹¹ Em <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter7.shtml>

ameaças e violações à paz e actos de agressão. As medidas utilizadas no restabelecimento da paz podem ser com recurso ao uso da força ou não, ou seja, numa primeira fase os estados-membros e o Conselho de Segurança das Nações Unidas optam por uma acção pacífica que pode incluir a interrupção, parcial ou completa, das relações económicas; das vias de comunicação aéreas, marítimas, ferroviárias, telegráficas e radiofónicas, entre outras; e a suspensão das relações diplomáticas. No caso da via diplomática não resultar, existe a possibilidade de recorrer ao uso das forças armadas das Nações Unidas por meios aéreos, terrestres ou marítimos. O estabelecimento de um tribunal *ad hoc*, que fosse destinado apenas para o julgamento dos responsáveis pelos crimes cometidos durante o conflito na ex-Jugoslávia, foi o meio encontrado pelo Conselho de Segurança para tentar parar com a ameaça à paz que a guerra em crescimento no território jugoslavo representava na altura, após o resultado de alguns relatórios, incluindo o de uma Comissão de Especialistas e do Secretário-Geral¹⁹². O Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia visto como um instrumento importante para por fim a crimes como «*mass forcible expulsion and deportation of civilians, imprisonment and abuse of civilians in detention centres, deliberate attacks on non-combatants, hospitals and ambulances, impeding the delivery of food and medical supplies to the civilian population, and wanton devastation and destruction of property*» e «*(...), the practice of “ethnic cleansing”*»¹⁹³ ocorridos no território e, ao mesmo tempo, uma forma de dar justiça às vítimas e aos seus familiares.

A condição temporária do TPIJ, concebida na sua constituição, significa que este Tribunal é temporário, ou seja, tem a duração limitada à sua necessidade – a chamada Estratégia de Conclusão (*Completion Strategy*) –, apenas enquanto durar os julgamentos dos responsáveis pelos crimes cometido durante o conflito na antiga Jugoslávia. Quando o TPIJ foi constituído, o Conselho de Segurança das Nações Unidas criou um plano de objectivos para concluir os trabalhos do Tribunal, sendo que era previsto para 2004 o fim das investigações, para 2008 o fim dos julgamentos nas Câmaras de 1ª Instância e para 2008 a conclusão de todos os trabalho, incluindo os recursos e a definição das sentenças. No entanto, os prazos não foram conseguidos devido à complexidade dos casos, o que originou à transferência dos casos em que os acusados pertenciam às escalas mais baixas, ficando o TPIJ apenas com aqueles que ocupavam os postos de liderança. Esta transferência iniciou assim o processo de conclusão dos trabalhos do

¹⁹² Em http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b9/UN_Secretary-General_Report_S25704.pdf

¹⁹³ Idem

Tribunal com a constituição do Mecanismo Internacional Residual para os Tribunais Penais (*International Residual Mechanism for Criminal Tribunals*), uma fase da Estratégia de Conclusão, criado em 2010 para continuar as funções do TPIJ quanto à jurisdição, direitos, obrigações e outros serviços, e para manter o legado do Tribunal.¹⁹⁴ O Mecanismo Residual consiste na criação de dois pólos, um para cada um dos tribunais penais – ex-Jugoslávia e Ruanda, em 2013 e 2014, respectivamente – para continuarem com as funções do TPIJ, sendo que, no entanto, o número de funcionários será muito inferior ao actual, assim como os trabalhos também serão menores, mas mantendo um Presidente permanente, um Procurador e um Escrivão, comuns aos dois pólos. Em relação às competências que estarão a cargo do Mecanismo Residual do TPIJ, estas serão limitadas aos recursos contra os julgamentos do TPIJ, novos julgamentos de indivíduos acusados pelo TPIJ, julgamentos por desrespeito ao tribunal e falso testemunho, procedimento para análise da sentença final, protecção de testemunhas, supervisão da execução das sentenças, assistência aos tribunais nacionais e preservação e manutenção dos arquivos do TPIJ.¹⁹⁵

¹⁹⁴ Em <http://www.icty.org/sid/10016>

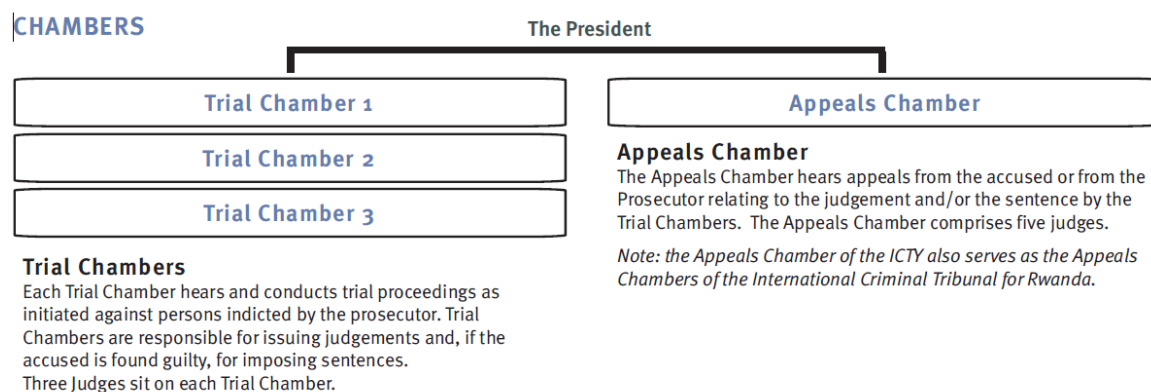
¹⁹⁵ Em <http://www.icty.org/sid/10874>

5.2. Constituição do TPIJ

As Câmaras, o Registo e o Gabinete do Procurador são os três pilares principais que constituem o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia. Cada um destes órgãos tem contribuído para que, pelo menos uma parte dos culpados pelos crimes cometidos na Croácia, na Bósnia-Herzegovina, na Sérvia, no Kosovo e na Antiga República Jugoslava da Macedónia, entre 1991 e 2001, sejam levados perante a justiça e julgados pelas suas acções.

As chamadas Câmaras (*the Chambers*) são os dois grupos de juízes que se designam por Câmaras de Primeira Instância (*Trial Chambers*) e a Câmara de Recursos (*Appeals Chamber*), sendo que são assistidas durante os processos por equipas das Câmaras de Apoio Jurídico (*Chambers Legal Support*). As Câmaras são presididas por um Presidente e por um vice-Presidente, ambos eleitos por votação pelos juízes para um mandato de dois anos, renovável apenas uma vez. O Presidente tem funções de supervisão sobre os julgamentos do TPIJ, assim como das suas sessões plenárias, e das actividades do Registo; elege os juízes das Câmaras de Primeira Instância e de Recursos; representa o Tribunal em acções diplomáticas e políticas; serve de canal de comunicação com o Registo; e tem a seu cargo os relatórios anuais, para a Assembleia Geral das Nações Unidas, e bianuais, para o Conselho de Segurança, sobre o desenvolvimento das actividades do Tribunal. O vice-Presidente tem como função assumir as obrigações do Presidente caso este esteja impedido de o fazer.¹⁹⁶

Fig.4 Organização das Câmaras de 1ª Instância e de Recursos



Fonte: <http://www.icty.org/sid/326>

¹⁹⁶ Em <http://www.icty.org/sections/AbouttheICTY/Chambers>

Os juízes, que fazem parte do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, têm como funções chegar à culpa ou inocência dos acusados e definir a sentença dos que sejam condenados. O grupo dos juízes do TPIJ vem das mais diversas áreas do Direito, entre elas o Direito Criminal e o Direito Internacional, e são escolhido tendo em conta a sua conduta como pessoas «*of high moral character, impartiality and integrity who possess the qualifications required for appointment to the highest judicial offices*».¹⁹⁷ Existem três Câmaras de Primeira Instância e cada uma é constituída por três juízes permanentes e por, normalmente, um máximo de seis juízes *ad litem*, ainda que, estes números possam variar de acordo com a especificidade dos processos. Todos os juízes pertencem ao Tribunal Penal, de entre os quais são designados os três permanentes para cada Câmara, enquanto os juízes *ad litem* são nomeados pelo Secretário-Geral das Nações Unidas a pedido do Presidente do TPIJ. Os julgamentos devem ser caracterizados por serem justos, rápidos e orientados de acordo com as regras presentes nas Regras de procedimento e provas do Tribunal, tendo sempre presente os direitos dos acusados e a protecção das vítimas e das testemunhas.¹⁹⁸

A Câmara de Recursos, como o próprio nome indica, tem como função estudar os recursos dos julgamentos feitos pelos acusados e decidir de forma favorável ou não, e é comum aos dois Tribunais Penais *ad hoc*. Esta Câmara é composta por sete juízes permanentes, sendo que cinco pertencem ao Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia e os restantes dois fazem parte do Tribunal Penal Internacional para Ruanda. Apenas cinco juízes tomam as decisões para cada processo de recurso. O papel das Câmaras de Apoio Jurídico engloba um grupo de assistentes jurídicos de entre os quais se destacam o Chefe de Gabinete, o Chefe Adjunto de Gabinete e o Chefe das Câmaras eleitos pelo Presidente do Tribunal, sendo estes os coordenadores dos assistentes no apoio dado aos juízes nos processos legais quanto a pesquisas a nível do Direito Internacional Criminal, Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário; ajudam na preparação dos processos e no tratamento das provas e outros documentos relacionados com os julgamentos.¹⁹⁹

No geral, o Registo, por um lado, é o órgão responsável pelos acusados, pelas provas, pelas testemunhas e por tudo o que esteja relacionado com os mesmos, de forma a garantir o bom desenrolar dos julgamentos, assim como de toda a fase de preparação

¹⁹⁷ Em <http://www.icty.org/sections/AbouttheICTY/Chambers>

¹⁹⁸ Idem

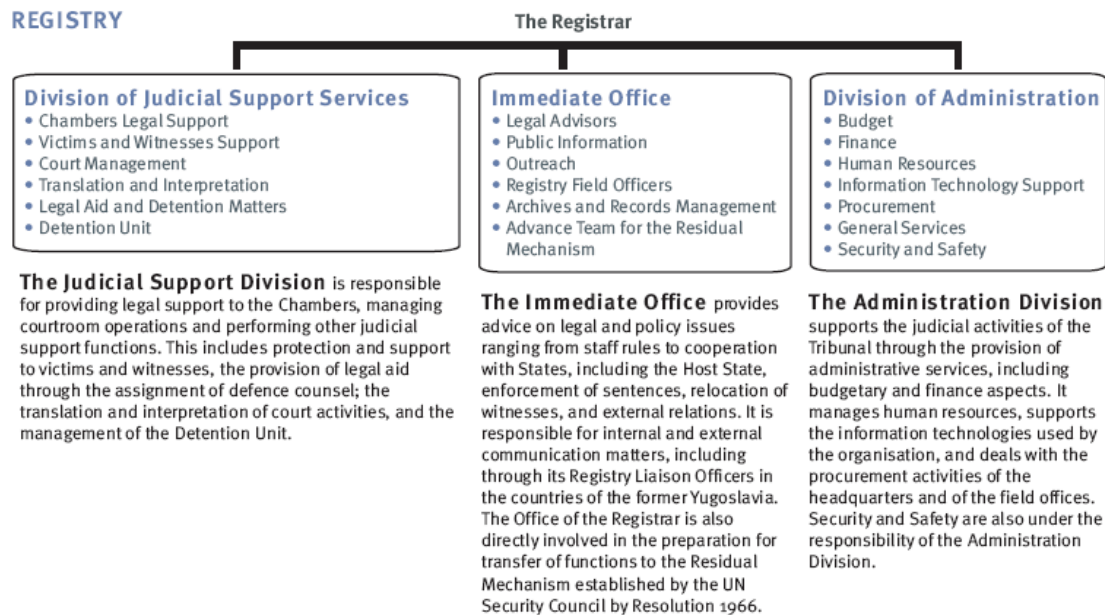
¹⁹⁹ Em <http://www.icty.org/sid/9854>

que se lhe antecipa. Por outro lado, e de certa forma, é o Registo que trata de toda a parte administrativa do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, sendo que, nesta variante, as suas funções incluem apoiar as Câmaras, a Acusação e a Defesa na condução dos julgamentos, ou seja, durante um julgamento os oficiais do Registo são responsáveis pela gravação dos testemunhos, da apresentação das provas e de todos os documentos apresentados pelas partes presentes no julgamento. Em relação às testemunhas, é da responsabilidade dos oficiais do Registo que estas compareçam no Tribunal, ao mesmo tempo que lhes garantem a segurança e o apoio psicológico. Quanto aos acusados e, posteriormente, àqueles considerados culpados e condenados, o Registo tem ao seu dispor e sob o seu controlo o Gabinete de Assistência Jurídica e de Detenção (*Office of Legal Aid and Detention*) e a Unidade de Detenção das Nações Unidas (*UN Detention Unit – UNDU*). Nas primeiras instalações, os oficiais do Registo garantem a representação legal dos acusados proporcionando-lhes um advogado de defesa em caso de não terem condições financeiras de ter um e asseguram os serviços de interpretação e tradução nas várias línguas dos acusados - «*All court proceedings and are interpreted and all documents used by the parties are translated into or from English, French, Bosnian/Croatian/Serbian (BCS) and/ or Albanian and Macedonian*»²⁰⁰. Já a Unidade de Detenção das Nações Unidas é o local onde os acusados ficam instalados antes e durante os julgamentos, sendo que, ainda que seja, efectivamente, uma prisão, as suas condições são mantidas de forma a corresponderem aos mais altos requisitos internacionais. Para além das funções acima referidas, o Registo, que é dirigido por um escrivão indicado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, tem-lhe ainda atribuídos deveres diplomáticos – a nível da comunicação entre o Tribunal e a comunidade internacional, questões de interesse para os estados-membros, cumprimento de sentenças e a relações com as autoridades dos Países Baixos – e responsabilidades quanto à informação pública, segurança, viagens, recursos humanos, serviços financeiros, arquivos e visitas, entre outros.²⁰¹

²⁰⁰ Em <http://www.icty.org/sections/AbouttheICTY/Registry>

²⁰¹ Idem

Fig.5 Organização do Registo

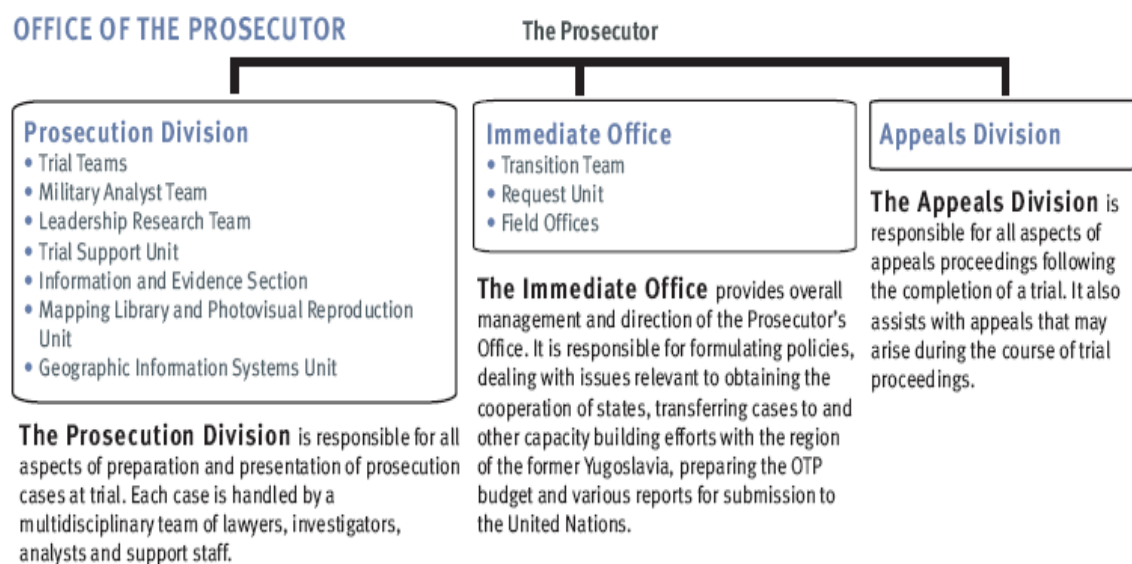


Fonte: <http://www.icty.org/sid/326>

O último órgão que compõe o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia é o Gabinete do Procurador que é dirigido por um Procurador nomeado pelo Conselho de Segurança, por um período de quatro anos, e por um Procurador Adjunto indicado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. Sob a orientação dos dois cargos mais altos do TPIJ, estão os colaboradores oriundos das mais vastas áreas profissionais, tais como agentes da polícia, especialistas criminais e forenses, analistas, advogados e conselheiros jurídicos, os quais trabalham, actualmente, de forma equivalente a um Ministério Público, incluindo nas suas funções a área da investigação em conjunto com a área da acusação. De uma forma geral, as funções do Gabinete do Procurador identificam-se com as funções do próprio Procurador e podem definir-se entre a investigação e a construção de um processo de acusação (e de recurso) contra os responsáveis pelos crimes cometidos contra os direitos humanos e o Direito Internacional Humanitário durante o conflito no território da antiga Jugoslávia. Nesse sentido, um processo de acusação começa pelo Procurador, quando este decide, de forma completamente independente, e tendo em conta informações recebidas por parte de variadas fontes que podem ser indivíduos, governos, órgãos das Nações Unidas e organizações internacionais ou organizações não-governamentais, a abertura de uma investigação, o objecto de investigação, quais os indivíduos a acusar e quais as

acusações a serem feitas. Após o trabalho de investigação realizado pelos especialistas do Gabinete do Procurador, se este resultar na confirmação de que existe uma sustentação forte o suficiente para formalizar a acusação, o Procurador elabora um primeiro esboço para ser validado por um juiz e a partir daí dar início ao processo de julgamento. Todo o processo passa depois para um grupo de trabalho da Câmara de Primeira Instância, o qual, constituído pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelos juízes nomeados, identifica as características do processo quanto aos acusados e à jurisdição do caso, sendo que, a ser confirmada a jurisdição do TPIJ, o processo de acusação é mais uma vez revisto por um juiz que confirma a validade da acusação e emite um mandado de prisão.²⁰²

Fig.6 Organização do Gabinete do Procurador



Fonte: <http://www.icty.org/sid/326>

Uma vez iniciado um julgamento, o Gabinete do Procurador tem como função apresentar as razões que fundamentam o seu caso em oposição às razões da defesa, baseadas nas provas e nas testemunhas. As provas podem ser desde ordens militares e relatórios policiais a fotografias e vídeos, enquanto as testemunhas são maioritariamente vítimas, sobreviventes, testemunhas presenciais, funcionários das organizações internacionais, informantes, criminosos e especialistas nas áreas relacionadas com os crimes. A análise de cada caso cabe a um conjunto de três juízes que serão os

²⁰² Em <http://www.icty.org/sections/AbouttheICTY/OfficeoftheProsecutor>

responsáveis pela decisão do destino do indivíduo acusado. Em caso de recurso, seja por parte da defesa, seja por parte da acusação, o pedido é feito à Câmara de Recursos, normalmente escrito, e deliberados por cinco juízes responsáveis. Quanto aos meios que o Tribunal utiliza para proceder à prisão dos indivíduos acusados, este recorre à colaboração das forças policiais dos estados-membros e às instituições internacionais, uma vez que de acordo com o próprio estatuto do TPIJ e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, os estados-membros estão obrigados a garantir a sua total colaboração nas investigações e nos processos de acusação – «*In practice, however, this cooperation had often been lacking, especially from certain states that were once part of Yugoslavia.*»²⁰³

²⁰³ Em <http://www.icty.org/sections/AbouttheICTY/OfficeoftheProsecutor>

5.3.Objectivos do TPIJ

«De acordo com a Resolução 827 (1993) o Tribunal tem competência para julgar as graves violações às Convenções de Genebra de 1949, as violações às leis ou costumes de guerra, o crime de genocídio e os crimes contra a humanidade cometidos no território da ex-Jugoslávia desde o ano de 1991 por indivíduos, e nunca por organizações, partidos políticos, entidades administrativas ou outros sujeitos jurídicos. Assim, a missão do tribunal é levar perante a justiça as pessoas alegadamente responsáveis pelas violações pelo direito internacional humanitário, fazer justiça às vítimas, dissuadir futuros crimes e contribuir para a restauração da paz, através da promoção da reconciliação no território da ex-Jugoslávia.»²⁰⁴

Os crimes pelos quais os indivíduos podem ser acusados incluem assassinatos, todo o tipo de torturas, deportação, perseguições, escravatura, roubos, destruição arbitrária de cidades ou vilas e de instituições religiosas, entre outros, sendo que os indivíduos podem ser acusados de forma diferente tendo em conta o papel que teve na realização dos crimes – Responsabilidade Criminal Individual (*Individual criminal responsibility*)²⁰⁵. Cada indivíduo pode ser acusado como aquele que teve a responsabilidade directa do crime, seja como mandante, executante ou cúmplice de alguma forma, ou pode ser acusado por ter tido conhecimento do crime antes ou depois, e estando em situação de o impedir ou punir os culpados – pela sua posição superior num cargo governamental ou noutro tipo de instituição com autoridade – não teve qualquer reacção (*command responsibility*). Os oficiais do Tribunal Penal chegam aos réus através de intensas investigações onde recolhem o máximo de evidências e provas, assim como o relato de várias testemunhas que formam a base de uma acusação. O Tribunal apenas leva a julgamento pessoas enquanto indivíduos e não organizações, grupos governamentais ou mesmo instituições militares e estados. É neste sentido que o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia se diferencia dos tribunais nacionais, uma vez que a sua autoridade chega até àqueles que normalmente se encontram protegidos pelas leis da imunidade, como os chefes de estado ou líderes militares, que ao estarem no topo da hierarquia de um estado costumam conseguir sair impunes de situações em que têm conhecimento dos crimes praticados ou até quando são os próprios mandantes.

²⁰⁴ RIBEIRO, Manuel de Almeida e FERRO, Mónica. A Organização das Nações Unidas. 2ª Edição, Livraria Almedina. Coimbra, 2004. P. 302

²⁰⁵ Artigo 7 do Estatuto do Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia

Sendo um dos objectivos do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia repor a verdade sobre os acontecimentos da guerra da antiga República (*Establishing the facts*), o trabalho de investigação que os seus funcionários realizam são realizados da forma mais meticulosa possível, recorrendo aos testemunhos de vítimas, sobreviventes, criminosos e especialistas forenses e criminais. Deste modo, algumas das evidências e provas a que os seus investigadores conseguiram ter acesso foram suficientes para provar a veracidade da ocorrência de vários crimes que até então eram contestados como verdadeiros, tais como o genocídio de Srebrenica, as torturas e assassinios nos campos de Prijedor e outras localidades da Bósnia-Herzegovina, e as violações em Foča.²⁰⁶

Alguns dos casos tratados no TPIJ serviram de fundamento para mudar o Direito Internacional ou para o melhorar: «*The “Čelebići” trial was a milestone in international law. It was the first time that a court found rape to be a form of torture and convicted an accused on this basis.*»²⁰⁷ Uma vez que o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia foi o pioneiro no seu tipo, as suas formas de actuar foram também um meio de criar procedimentos, que em conjunto com os utilizados anteriormente, pudessem ser mais eficazes e rápidos, tanto na investigação das bases de sustentação para as acusações como nos próprios julgamentos. As características dos casos tratados pelo Tribunal têm sido essenciais na mudança do Direito Internacional Humanitário, do Direito Criminal e na aplicação das Convenções de Genebra, além da já referida acusação de Responsabilidade de Comando.²⁰⁸ De acordo com o referido anteriormente, o Tribunal tem, também, a seu cargo a protecção e assistência das vítimas e das testemunhas, através da Divisão das Vítimas e Testemunhas (*Victims and Witnesses Section*), para que estas tenham uma oportunidade de serem ouvidas em tribunal e dêem o seu testemunho sobre os actos que sofreram ou viram sofrer: «*By testifying at the Tribunal, they contribute to the process of the truth. (...) As of early 2011, more than 4,000 witnesses had told their stories in court.*»²⁰⁹ Já a Divisão de Conferências e Serviços de Línguas (*Conference and Language Services Section*) tem como função os serviços de interpretação e tradução dos documentos relativos aos processos em julgamento.

²⁰⁶ Em <http://www.icty.org/sid/324>

²⁰⁷ Idem

²⁰⁸ Em <http://www.icty.org/sections/AbouttheICTY/OfficeoftheProsecutor>

²⁰⁹ Em <http://www.icty.org/sid/324>

O trabalho do TPIJ, actualmente, uma vez que já terminou a fase dos procedimentos de elaboração de acusações, e em simultâneo com os julgamentos que ainda decorrem em Haia, assume também a parte de assistência aos tribunais nacionais do território da antiga Jugoslávia onde colabora na construção das bases jurídicas das instituições locais dos novos estados nascidos da antiga República Federal da Jugoslávia.²¹⁰

Quadro 1: O trabalho do TPIJ em números²¹¹

<p>161 Pessoas acusadas por violações contra o Direito Internacional Humanitário no território da ex-Jugoslávia</p> <p>➤ 35 sob a tutela do Tribunal na Unidade de Detenção das Nações Unidas</p>
<p>35 Processos de acusação a decorrer</p> <p>➤ 17 em espera para a Câmara de Recurso</p> <p>➤ 17 actualmente em julgamento</p> <p>➤ 1 actualmente em pré-julgamento</p>
<p>126 Pessoas com processos concluídos</p> <p>➤ 13 Absolvidas</p> <p>➤ 64 Condenadas</p> <p>➤ 13 Transferidos para uma jurisdição nacional de acordo com a Regra 11bis</p> <p>➤ 36 Tiveram as acusações retiradas ou faleceram</p>

Fonte: <http://www.icty.org/sections/TheCases/KeyFigures>

²¹⁰ Em <http://www.icty.org/sections/AbouttheICTY/OfficeoftheProsecutor>

5.4.O TPIJ e o tráfico humano: o papel da procuradora Carla Del Ponte

*«Yo pensaba que sería capaz de resolver los problemas a que se enfrentaba la fiscalía del Tribunal de Yugoslavia, obtener pruebas concluyentes, detener a los acusados, verlos condenados, apagar las luces, y marcharme a por nuevos desafíos.»*²¹²

O Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, destinado aos crimes praticados durante o conflito que ocorreu nos territórios da antiga Jugoslávia, foi pioneiro na inovação do Direito Internacional e Humanitário, com particular referência para a aplicação do princípio da Responsabilidade Criminal Individual. No entanto, entre a lista dos crimes de que foram e são acusados os alegados responsáveis, não surge o crime de tráfico humano na forma de extracção e venda de órgãos humanos dos prisioneiros, nem qualquer referência a possíveis suspeitas da sua ocorrência. Apenas em 2008, após a saída da Procuradora Carla Del Ponte do TPIJ, começaram a surgir os rumores da existência de tráfico de órgãos, uma vez que a própria Procuradora escreveu um livro onde relatava a sua experiência no Tribunal incluindo os indícios do crime que surgiram na altura, assim como a forma como foi tratado. Foi a partir da publicação do livro “A Caça: Eu e os Criminosos de Guerra” de Carla Del Ponte que outras entidades e organizações, nomeadamente a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa²¹³ e a *Human Rights Watch*, começaram a averiguar e a abrir investigações sobre o caso que alegadamente teria tido lugar durante e imediatamente após o conflito jugoslavo, tanto no território kosovar como no albanês, tendo como alegados responsáveis os ocupantes dos postos superiores do Exército para a Libertação do Kosovo (KLA), assim como figuras importantes no governo do Kosovo, entre os quais se incluiria o Primeiro-ministro Hashim Thaci.

Carla Del Ponte nasceu a 9 de Fevereiro de 1947 na cidade de Binasco, uma localidade na Suíça onde a língua oficial é o italiano. A antiga procuradora é a única rapariga no meio de quatro filhos e desde cedo lutou para ter os mesmos direitos que os irmãos e ser vista como igual, ao que juntou os valores ensinados pela mãe e que lhe iriam guiar tanto em termos da sua personalidade como da forma como foi construindo a sua vida - *«Las lecciones de infancia que guiaron mis elecciones de adulta fueron tan*

²¹² DEL PONTE, Carla e SUDETIC, Chuck (com la colaboración de). *La Caza – Yo y los criminales de guerra*. Editorial Ariel. Barcelona, Febrero de 2009. Pg. 11

²¹³ Documento 11574 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa em <http://assembly.coe.int/main.asp?link=/documents/workingdocs/doc08/edoc11574.htm>

*simples que no costaba nada recordarlas (...). A lo largo de los años recordar esas palabras suyas siempre me llenó de fuerza. Siempre que me he visto presionada, en peligro o herida por las críticas, me he preguntado si en el fondo de mi corazón estaba en lo justo y si estaba siendo sincera.»*²¹⁴ Após terminar o ensino secundário num colégio feminino, entrou para a Universidade de Berna para estudar Direito, contra a vontade do pai que acreditava que por ser mulher não precisava de ter mais formação académica, e mais tarde transferiu-se para a Universidade de Genebra onde terminou o curso em 1972. Começou por exercer no privado em casos de divórcios litigiosos e, ocasionalmente, colaborava com o Tribunal de Lugano na defesa de acusados de pequenos crimes, sendo estas as suas primeiras experiências no Direito Penal.

Em 1980, Carla Del Ponte candidatou-se a um lugar de juíza de instrução no Ministério das Finanças, através do qual se especializou na área dos crimes financeiros, uma vez que *«Lugano es sede de bancos oficiales en que se habla italiano, el lenguaje empleado por La Mafia siciliana. Y lo más importante, como el resto de Suiza tenía una tradición de decenios de secreto bancario.»*²¹⁵ A partir desta altura, Del Ponte trabalhou em casos ligados actividades criminais que envolviam lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e de armas, corrupção e organizações criminosas, tendo começado a colaborar com Giovanni Falcone, um juiz siciliano, que pediu ajuda para investigar os crimes da Máfia Siciliana. A colaboração entre Del Ponte e Giovanni Falcone levou à descoberta de uma rede de tráfico de droga organizada pela máfia italiana que operava entre Itália e os Estados Unidos, que ficou conhecida como *Pizza Connection* e que acabou por ser a causa do assassinato de Falcone e a razão de uma tentativa contra Carla Del Ponte.

A partir de 1994, Del Ponte tornou-se Procuradora-Geral da Suíça e as investigações em que passou a estar envolvida já não implicavam apenas pessoas da máfia italiana, envolviam também nomes importantes da política de países como o México (Raúl Salinas), o Paquistão (Benazir Bhutto) e a Rússia (Boris Yeltsin). Os casos investigados envolviam todo o tipo de negócios criminosos e corrupção que tinham passagem directa ou indirecta pelos bancos suíços, sendo que a principal característica comum a todos era a impunidade da qual os responsáveis tinham gozado até então, a qual era também uma das causas que levava a ex-Procuradora a juntar todos

²¹⁴ DEL PONTE, Carla e SUDETIC, Chuck (com la colaboración de). *La Caza – Yo y los criminales de guerra*. Editorial Ariel. Barcelona, Febrero de 2009. Pp.20/1

²¹⁵ Idem. Pp.25

os esforços possíveis para acabar com ela. Foi por causa do tipo de investigações em que estava envolvida que Carla Del Ponte teve o primeiro contacto mais próximo com os problemas que estavam a tomar conta do território jugoslavo e, mais concretamente, com o Kosovo, quando no ano de 1998, altura em que o Exército para a Libertação do Kosovo (KLA) começava a aparecer como um interveniente a ter em conta no conflito que decorria, dois camiões carregados de armas foram apreendidos na Suíça e alguns albaneses foram presos por suspeita de tráfico de armas que teriam como destino o KLA.

«En 1998 un periodista de Times me pidió que describiera mi trabajo ideal. Me gustaría ser fiscal del Tribunal Penal Internacional, respondí.»²¹⁶ No ano seguinte surgiu então a oportunidade de Carla Del Ponte quando, após ser proposta para ocupar o lugar de Procuradora dos Tribunais Penais Internacionais para a ex-Jugoslávia e para o Ruanda, foi escolhida e aceitou o cargo. O ambiente que encontrou quando começou a exercer as suas funções foi semelhante ao dos seus cargos anteriores, onde as influências estavam acima da justiça e quaisquer resultados que pudesse ambicionar teriam de depender apenas do esforço e da perseverança, sua e da sua equipa. No caso do Tribunal Penal para a ex-Jugoslávia, as dificuldades que começaram a surgir logo desde o início e que haviam de acompanhar todo o seu percurso dentro do TPIJ estavam relacionadas com a falta de cooperação, por medo ou interesses, dos supostos aliados na busca pelos responsáveis dos crimes cometidos, assim como a pouca colaboração na investigação de provas e testemunhas que pudessem fundamentar as informações já obtidas – «Cada gobierno, cada funcionario, cada mando de la O.T.A.N., cada diplomático con quien hablaba, todos estaban siempre ansiosos por brindarnos plena colaboración... Tan dispuestos, que no habían emprendido una sola acción digna de mención para detener a Karadžić y Mladić en más de tres años que llevaban huidos, y los que les quedaban.»²¹⁷ Outro dos obstáculos estava relacionado com o facto de alguns dos alegados responsáveis pelos crimes contra a humanidade serem pessoas que tinham papéis relevantes na política ou que eram vistos pelos populares como heróis, sendo Franjo Tudjman, presidente da Croácia, exemplo disso. Contudo, apesar de não ter o trabalho facilitado, durante os oito anos que esteve à frente do Tribunal Penal, Carla Del Ponte e a sua equipa conseguiram atingir vários objectivos, entre os quais se

²¹⁶ DEL PONTE, Carla e SUDETIC, Chuck (com la colaboración de). *La Caza – Yo y los criminales de guerra*. Editorial Ariel. Barcelona, Febrero de 2009. Pg. 38

²¹⁷ Idem. Pg. 55

podem contar as capturas e condenações de vários responsáveis pelos crimes ocorridos durante o conflito na ex-Jugoslávia, incluindo a de Slobodan Milošević, assim como as muitas investigações que resultaram na recolha de provas e testemunhos importantes para a fundamentação das acusações contra os alegados culpados, como o antigo presidente da Bósnia-Herzegovina Radovan Karadžić e do antigo general Ratko Mladić.

“A Caça: Eu e os Criminosos de Guerra” foi publicado em 2008 escrito pela antiga Procuradora dos Tribunais Penais Internacionais. O livro é uma selecção das memórias de Carla Del Ponte durante a época em que esteve à frente das investigações dos actos criminosos cometidos durante a guerra no território jugoslavo. Entre os capítulos, existe um (11) que é dedicado ao Kosovo, local onde foram perpetrados alguns dos crimes mais violentos, especialmente durante o período de tempo em que a guerra estava concentrada no seu território e imediatamente após o seu fim. Este capítulo revelou-se de extrema importância na medida em que trouxe a público um dos crimes que tinha ficado fora dos meios de comunicação e o qual teve muito pouca atenção da parte das autoridades responsáveis por determinar a sua veracidade ou quais as circunstâncias em que tal foi praticado – o tráfico humano na forma de tráfico de órgãos, tendo os prisioneiros como fonte.

*«A las víctimas privadas sólo de su primer riñón se las suturaba y volvía a encerrar hasta que se las mataba para sacar los demás órganos vitales; de modo que los otros cautivos se enteraban del destino que les esperaba y, según se aseguraba en esos informes, pedían aterrorizados que los mataran de inmediato (...).»*²¹⁸ De acordo com o relato de Del Ponte, as informações sobre o tráfico de órgãos foram dadas por albaneses kosovares que estiveram envolvidos em toda a operação a jornalistas que as partilharam com membros da Missão para a Administração Interna das Nações Unidas para o Kosovo (UNMIK) que, por sua vez, as transmitiram ao TPIJ. Os prisioneiros seriam levados, numa primeira fase, para locais situados em Kukës e Tropje, na Albânia, para serem examinados e, posteriormente, eram enviados para Burrel onde estava localizada a chamada “Casa Amarela” que serviria de clínica e onde eram feitas as extracções dos órgãos dos presos. Os órgãos seriam depois enviados para clientes internacionais através do aeroporto de Rinas, que era próximo da “Casa Amarela”, sendo que, alegadamente, os líderes do Exército para a Libertação do Kosovo tinham

²¹⁸ DEL PONTE, Carla e SUDETIC, Chuck (com la colaboración de). *La Caza – Yo y los criminales de guerra*. Editorial Ariel. Barcelona, Febrero de 2009. Pg. 310

conhecimento e participavam em toda a operação. Na posse das informações descritas, os investigadores do Tribunal Penal compararam com outras semelhantes que confirmavam a veracidade das actividades expostas, o que levou ao começo de uma investigação ao KLA, à Albânia e aos locais onde tudo teve lugar, mas esta investigação não deu os resultados esperados, uma vez que havia vários obstáculos à sua execução. Ou seja, por um lado, a colaboração de que os investigadores precisavam da parte das autoridades e dos governos do Kosovo e da Albânia praticamente não existiu, sendo que, segundo Carla Del Ponte, tanto a UNMIK como a KFOR pareciam ter algum receio em agir contra os líderes do KLA, uma vez que a partilha de informação e de documentos sobre os mesmos e sobre as actividades ocorridas no território kosovar que os implicasse não foi feita por completo e, por outro, a busca por testemunhas implicavam a necessidade de ter ajuda exterior, em termos de segurança para a testemunha e a própria família, a qual raramente era concedida. Apenas em 2003 foi possível aos investigadores se deslocarem ao território da Albânia e investigarem a “Casa Amarela”:

«Ahora la casa era blanca; el propietario negó haberla repintado aun cuando los investigadores vieron ostensibles retazos de amarillo en la base de los muros. En el suelo descubrieron trozos de gasa; por allí cerca, una jeringuilla usada, dos goteros de plástico vacíos con una costra de suciedad, y ampollas usadas de medicamentos, algunos de relajantes musculares utilizados habitualmente en cirugía. Un vaporizador químico de uso forense reveló salpicaduras de sangre a lo largo de los muros y por el suelo de una habitación de la casa, excepto en un área limpia de unos 2 metros de largo por 60 centímetros de ancho. El propietario nos ofreció diversas explicaciones de las manchas de sangre durante los dos días que los investigadores pasaron en el pueblo. Al principio dijo que su mujer había dado a luz a sus hijos en esa habitación años antes. Más tarde, tras haber revelado su mujer que sus hijos nacieron en otra parte, aseguró que su familia había usado la habitación para matar animales para una fiesta musulmana.»²¹⁹

Apesar das evidências encontradas no local, estas acabaram por não ser suficientes para sustentar as informações e, conseqüentemente, um processo no Tribunal Penal. Os investigadores não conseguiram descobrir a identidade das fontes dos

²¹⁹ DEL PONTE, Carla e SUDETIC, Chuck (com la colaboración de). *La Caza – Yo y los criminales de guerra*. Editorial Ariel. Barcelona, Febrero de 2009. Pg. 318

jornalistas nem os locais onde supostamente os corpos teriam sido enterrados, pelo que as investigações foram encerradas até à publicação de *A Caça: Eu e os Criminosos de Guerra*, em 2008, altura em que o assunto se tornou de conhecimento público nos meios de comunicação internacionais e resultou na abertura de novas investigações e buscas pela verdade dos factos descritos, assim como no processamento de novas acusações relacionadas com o tráfico de órgãos humanos naqueles territórios, que dura até à actualidade:

- Jornal de Notícias, 14 de Abril de 2008

«Thaçi acusado de traficar órgãos humanos

Carla del Ponte, ex-procuradora do Tribunal Penal Internacional (TPI) para a antiga Jugoslávia, lançou um livro em que acusa o actual primeiro-ministro kosovar e ex-líder guerrilheiro, Hashim Thaçi, de ter sido cúmplice, no Verão de 1999, de um esquema de tráfico de órgãos humanos. A magistrada revela que entre 100 e 300 prisioneiros sérvios detidos pelos guerrilheiros do Exército de Libertação do Kosovo (UÇK, na sigla albanesa) foram levados para Burrel (Albânia), onde lhes foram extraídos diversos órgãos para serem utilizados no mercado ilegal internacional. Na sequência disso, os prisioneiros morreram.»²²⁰

- Daily Telegraph, 15 de Dezembro 2010

«Kosovo leader Hashim Thaci implicated in organ trafficking – report

KOSOVO Prime Minister Hashim Thaci was one of the key players in the traffic of organs of Serb prisoners after the 1998-99 conflict there, according to allegations in a draft Council of Europe report.»²²¹

- Euronews, 25 de Janeiro de 2011

«Conselho da Europa pede inquérito ao tráfico de órgãos no Kosovo

Foi aprovado por larga maioria o controverso relatório de Dick Marty sobre o tráfico de órgãos por parte do Exército de Libertação do Kosovo, UCK, do actual primeiro-ministro Ibrahim Thaci. A Assembleia parlamentar do Conselho da Europa pede agora um inquérito internacional sobre as graves violações dos direitos humanos, ignoradas em nome da estabilidade.

²²⁰ Em http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=932077

²²¹ Em <http://www.dailyleague.com.au/news/breaking-news/kosovo-leader-hashim-thaci-implicated-in-organ-trafficking-report/story-e6freuz9-1225971606740>

Segundo o relatório, 1800 pessoas continuam desaparecidas desde a guerra.»²²²

- Yahoo.com, 23 de Março de 2012

«Transplant recipient testifies in Kosovo organs case

A Canadian witness told a trial over alleged illegal organ trafficking in Kosovo how he received a kidney at the Medicus clinic -- and may even have flown in with his young Russian donor. (...)

Ratel read from Marty's report, adopted by Council in Europe in 2011, in which the author said he had found "credible, convergent indications" that the wartime organ trafficking "is closely related to the contemporary case".»²²³

- Rádio Renascença, 15 de Maio de 2012

«União Europeia vai investigar tráfico de órgãos durante conflito do Kosovo

Acusações surgiram em 2010 pelo Concelho da Europa. Primeiro-ministro kosovar, Hashim Thaci, negou alegados crimes.

A União Europeia (UE) foi autorizada a investigar acusações de tráfico de órgãos durante o conflito do Kosovo em 1999. Soldados albaneses e kosovares são acusados de venderem órgãos de presos sérvios.»²²⁴

²²² Em <http://pt.euronews.com/2011/01/25/conselho-da-europa-pede-inquerito-ao-traffic-de-orgaos-no-kosovo/>

²²³ Em <http://news.yahoo.com/transplant-recipient-testifies-kosovo-organs-case-235329989.html>

²²⁴ Em http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=26&did=62394

6. Conclusão

«In its most important area, however, preventing war and ensuring peace, the UN did not turn out to be all that its supporters had hoped for. In many serious conflicts, the organization remained on the sidelines or was used as a tool by one of the parties. The five Great Powers had all agreed that they had to have a veto.(...) They favour an active UN when they need and see opportunities to obtain its support; but when the UN takes a different stance, they seek to limit its influence.»²²⁵

O presente trabalho pretendia ser uma análise das medidas que a Organização das Nações Unidas tomou durante o conflito no Kosovo para proteger os direitos humanos e combater as violações dos mesmos, com algum destaque para o caso do tráfico humano na forma de tráfico de órgãos, tendo em conta as circunstâncias em que a Organização se encontrava tais como o ambiente/ sociedade do Kosovo/ ex-Jugoslávia, da influência da comunidade internacional e das grandes potências, da cooperação entre as organizações internacionais e com os estados-membros, e dos meios de que dispunha para trabalhar. Ou seja, no fundo, pretendia-se fazer uma exploração do que foi feito e dos resultados que obteve, por um lado, e das condições em que o seu trabalho foi feito e em que medida isso teve influência nos resultados a curto e médio prazo, resultados esse que continuam ainda actualmente através da actuação do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia.

Em 1945, a Organização das Nações Unidas foi criada como resultado de todas as violações aos direitos humanos que ocorreram durante a Segunda Guerra Mundial. Pretendia-se que no futuro fossem criadas condições que evitassem que um acontecimento semelhante acontecesse novamente, uma vez que a gravidade das práticas do ser humano entre si durante o período do conflito mundial tinha levado a milhares de mortes, algumas de formas bastante cruéis, e à destruição de parte da Europa. Assim, a Organização das Nações Unidas nasceu para ser um instrumento de protecção, protecção no sentido de impedir que novas situações pusessem em causa a paz e a segurança entre as nações e, partindo da conclusão que uma parte importante da manutenção da harmonia no mundo começa na protecção dos direitos humanos de cada

²²⁵ "The Nobel Peace Prize 2001-Presentation Speech". Nobelprize.org. 27 Aug 2012 http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2001/presentation-speech.html

ser humano e no combate às violações dos mesmos. Contudo, com o fim da guerra de 1945, aconteceu o inverso e foram muitos os conflitos que surgiram em vários pontos do planeta que, ainda que fossem de pequena dimensão, provocaram muitas mortes, principalmente entre os cidadãos comuns, e registaram actos de grande violência entre os intervenientes. A guerra na ex-Jugoslávia e, em destaque, no Kosovo foi apenas mais um acontecimento de graves confrontos armados e onde a ONU esteve presente como mediadora para a paz.

Tendo em conta que desde 1945, o mundo evoluiu de forma cada vez mais globalizada seria de prever que a evolução levaria a uma mudança positiva das acções do homem e que a resolução das disputas seria maioritariamente através do diálogo e da diplomacia. No entanto, a globalização fez sobressair as grandes diferenças que existiam entre as nações tanto a nível económico e de recursos, como a nível de culturas e sociedades. Se por um lado, e em determinadas sociedades, houve uma maior preocupação com o ser humano e tudo o que lhe dizia respeito – o contínuo aparecimento de organizações de defesa dos direitos do homem e de novos instrumentos legais na área do Direito Internacional Humanitário –, por outro, noutros aspectos, os interesses económicos continuaram a crescer e a ter mais valor que a própria vida humana, exemplo deste tipo de situações foi o aumento de certas tipologias de crime como o tráfico humano que chegou ao ponto de igualar o tráfico de drogas em termos de lucro.²²⁶

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, os Direitos Humanos no Kosovo e em toda a antiga Jugoslávia, tal como noutros locais, não eram respeitados e em vários casos foram violados com gravidade²²⁷. No entanto, apesar do clima de confrontos que se vivia nessa altura, as causas da animosidade entre os povos do território jugoslavo já eram de séculos passados e que pelas suas diferenças culturais tinham, ao longo dos tempos, aumentado e por isso os períodos pacíficos intercalavam com os de confrontos e disputas, ainda que a gravidades destes não se comparasse com as do conflito mundial. Após a morte de Tito, o ambiente vivido nas regiões balcânicas começou a alterar-se novamente e, perdido o elo de união entre os povos, as velhas questões de disputas entre as etnias voltaram a surgir, principalmente, com a situação económica

²²⁶ VARANDAS, Isabel e SARAIVA, Ana Maria (preparado por). *Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres – Actas do (01) Seminário Internacional*. Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres. Porto, 1999. Pg. 42

²²⁷ Nota: Exemplo do caso do massacre da população sérvia local na Croácia com vista à criação de uma nação etnicamente pura.

que estava cada vez mais negativa e havia disparidades visíveis entre as repúblicas jugoslavas. Por outro lado, cada uma das etnias queria a independência do seu território e com a recusa do governo jugoslavo (Sérvia) em ceder, começaram a surgir pequenos desacatos entre os povos que se viraram uns contra os outros e se acusavam mutuamente, acabando por levar ao primeiro conflito na Eslovénia, passando depois pela Croácia e pela Bósnia-Herzegovina, e terminando no Kosovo. Aqui, o conflito era entre os albaneses kosovares e os sérvios, uma vez que os primeiros pretendiam a anexação do Kosovo à Albânia por serem a etnia predominante, enquanto os segundos consideravam o território como sérvio e uma parte importante do seu passado e da sua história, mas, no entanto, é importante realçar que estas disputas eram, maioritariamente, entre os militares e os políticos.

Durante todo o conflito do Kosovo, vários foram os casos em que a população civil sofreu com os abusos dos direitos humanos através de expulsões das suas casas e vilas, destruição das suas propriedades, restrições a nível laboral, até aos mais graves como as torturas, prisões e julgamentos ilegais, desaparecimentos forçados e assassinios. Alguns dos crimes contra os direitos humanos mais graves eram praticados por aqueles que deviam proteger a população como os militares do exército federal jugoslavo e pelo Exército de Libertação do Kosovo, sendo que os seus ataques eram sempre uma resposta em relação aos ataques mútuos, o que levava a que a sua intensidade e gravidade aumentassem e que o espaço de tempo entre eles diminuísse²²⁸. Enquanto estes ataques aconteciam, a Organização das Nações Unidas estava presente no território, mas não conseguiu impedir que os confrontos continuassem nem que as populações continuassem a ser vítimas dos mesmos durante os cerca de três anos que duraram. À medida que o conflito progredia, a ONU e pelo chamado Grupo de Contacto – Estados Unidos da América, Rússia, Inglaterra, França, Alemanha e Itália – tentaram chegar a um acordo de paz tanto com o Exército kosovar albanês como com o governo jugoslavo através de resoluções que satisfizessem de forma, aparentemente, equilibrada as exigências de ambos. Casos como o da cidade de Orahovac (58 mortos pelo KLA)²²⁹ ou da aldeia de Rajak (45 mortos pelo exército federal)²³⁰, entre outros, implicam

²²⁸ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pg. 82

²²⁹ *Kosovo: the evidence*. Amnesty International United Kingdom. Londres, Setembro de 1998. Pp. 20 e 21

²³⁰ CUTILEIRO, José. *Vida e Morte dos Outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. Pg. 82 e 83

questionar onde estavam as forças de protecção das Nações Unidas, uma vez que os registos encontrados são, na sua maioria, das acções realizadas após o fim do conflito para resolver os problemas deixados pelo mesmo. No caso do tráfico humano, a UNMIK criou, em 2000 e 2001, a Unidade de Investigação do Tráfico e da Prostituição e um regulamento para punir os culpados pelo Tráfico Humano no Kosovo, tendo estas duas iniciativas levado ao desenvolvimento de vários instrumentos jurídicos de protecção das vítimas e de penalização dos culpados. Com relação a suspeitas de tráfico humano de órgãos apenas se sabe que, só em 2004, houve uma primeira pequena investigação registada no relatório da UNMIK – *Forensic Examination and Assessment in Albania*²³¹ – mas que, apesar das evidências suspeitas encontradas no local, foi encerrada.

Assim, e de acordo com a informação recolhida, a nível dos direitos humanos na sua generalidade, a acção da ONU começou em 1996 quando o Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos se instituiu no território da antiga Jugoslávia para promover os direitos humanos. As suas funções passavam por obter informações sobre a situação dos direitos dos humanos para conseguir criar meios adequados à sua protecção, tendo para isso efectuado entrevistas a vítimas, familiares e testemunhas e presenciado os julgamentos judiciais para análise das condições em que decorriam e a situação física e psicológica dos acusados. A Comissão das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial dirigiu os seus esforços para a situação das minorias étnicas, em especial do Kosovo e de Metohija, com a colaboração do governo federal da Jugoslávia. Em relação à segurança no território do Kosovo a ONU trabalhou conjuntamente com as forças militares internacionais que estavam responsáveis pelas iniciativas de união e desarmamento civil. O principal instrumento da ONU para a protecção dos direitos humanos directamente no território da antiga Jugoslávia foi criado ainda em 1993 – o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia – e consequentemente todos meios jurídicos, a nível do Direito Internacional Humanitário, que este cria e utiliza para uma melhor defesa e protecção do ser humano.

Todas as tentativas de resolução pacífica dos confrontos tanto da parte da ONU como do Grupo de Contacto dos países ocidentais não deram resultados e sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU, foi iniciado o ataque contra o território jugoslavo, em 1999, que acabou por provocar mais mortes e mais destruição. A falta de

²³¹ Anexo 4

poder de decisão da ONU foi notória e o facto de estar dependente de potências como os Estados Unidos da América, que tinham os seus próprios interesses na forma como o conflito deveria terminar, dos países europeus, que tinham uma posição diferente dos americanos, e ainda da opinião pública internacional que estava atenta ao que se passava no conflito, fez com que a Organização não tomasse medidas mais eficazes e que fossem mais de encontro às necessidades da população kosovar. Só com os ataques da NATO, as acções das Nações Unidas começaram a surgir de forma mais evidente e ainda assim, após os bombardeamentos, que terminaram com a guerra do Kosovo, e antes da tomada da UNMIK das suas funções como administradora do território, houve uma onda crescente de ataques contra a população civil, principalmente, contra a população sérvia da parte do Exército de Libertação do Kosovo. A Missão no Kosovo resultou da Resolução 1244 e, uma vez que, incluía a cooperação da ONU com a União Europeia e a NATO, além da Força de Segurança para o Kosovo, do Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas e do Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas, o que originou a presença de cerca de 40 000 soldados da KFOR e dos representantes dos restantes organismos internacionais²³², como foi possível que a população kosovar continuasse a sofrer perseguições, desaparecimentos forçados e ataques de todos os tipos, sendo que, foi nesta altura, que se supõe terem ocorrido os crimes de tráfico de órgãos humanos?

Após a investigação dedicada aos rumores sobre o tráfico humano, em 2004, pela ONU, só em 2008 se voltou a dar importância ao assunto, resultante da publicação da obra *A Caça: Eu e os Criminosos de Guerra* da antiga Procuradora do TPIJ, Carla Del Ponte. Nesta obra, Del Ponte refere que havia testemunhos credíveis sobre o destino de cerca de 300 indivíduos ter sido o tráfico de órgãos, sendo que entre os responsáveis pelo crime estariam elementos do Exército de Libertação do Kosovo que mais tarde integraram o governo do território kosovar. A partir de 2008 organizações de defesa dos direitos humanos (*Human Rights Watch*) e outras organizações internacionais como a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa iniciaram as suas próprias investigações sobre o que teria sucedido em 1999. O relatório de Dick Marty,²³³ observador e investigador do Conselho da Europa, tornado público em 2010, confirmou a versão da antiga Procuradora e conclui também que nada foi feito para aprofundar

²³² VALLE, Alexandre Del. *Guerras Contra a Europa – Bósnia-Kosovo-Chechénia...* . Hugin Editores, Lda. Paris, 2001. Pp. 280-1.

²³³ Em <http://assembly.coe.int/Main.asp?link=/Documents/WorkingDocs/Doc11/EDOC12462.htm>

uma investigação ou apurar os responsáveis pelos crimes pelas autoridades e organizações internacionais presentes no território kosovar à data que se pensa terem começado a surgir os rumores - «*Some 470 missing persons disappeared after the arrival for KFOR troops on 12 June 1999, 95 of whom were Kosovar Albanians and 375 non-Albanians, mainly Serbs*»²³⁴ - ainda que um relatório elaborado na época pela UNMIK revele um aumento de «killings and abductions».²³⁵ De acordo com o Estatuto do TPIJ²³⁶, as suas funções englobam apenas o tratamento dos crimes resultantes durante o período de conflito no território da antiga Jugoslávia, o que significa que após os bombardeamentos da NATO, todos os crimes que tenham ocorrido no Kosovo deixaram de pertencer à jurisdição do Tribunal. No entanto, e uma vez que teve conhecimento das suspeitas de tráfico humano de órgãos na região, assim como o acesso a provas credíveis (que acabaram por ser destruídas pelo Tribunal), a antiga procuradora podia ter encaminhado o assunto para um organismo que tivesse essas competências, o que não aconteceu.

De uma forma geral, na maior parte do tempo que durou o conflito, a Organização das Nações Unidas fez o que estava ao seu alcance para proteger os direitos humanos da população kosovar, uma vez que, ainda que tenha sido criada para ser um organismo autónomo dos seus estados-membros, ela depende deles e da sua vontade, decisões e interesses para existir. Durante os casos de conflitos como o do Kosovo em que a vida das populações se encontra constantemente em perigo, é importante a presença dos organismos especializados da ONU em campo para se dedicarem à ajuda e à protecção dos direitos humanos, pois no ambiente de caos, que estas situações originam, a vida humana torna-se insignificante para os intervenientes, tornando-se um “trunfo” para os militares e políticos obrigarem o lado oposto a ceder às suas exigências. A criação do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia mudou a forma como os tribunais internacionais começaram a lidar com os crimes cometidos por pessoas que desempenhavam cargos de liderança política e militar, ao colocá-los no mesmo nível que os seus subordinados quando cometiam crimes contra a Humanidade ou estavam relacionados com eles de alguma forma. O facto de ser destinado exclusivamente aos crimes por violação dos direitos humanos também significa que o

²³⁴ Idem

²³⁵ Em <http://www.unmikonline.org/SGReports/S-1999-779.pdf>

²³⁶ Nota final (4)

seu foco está apontado apenas nessa direcção e que todos os esforços são empreendidos com o mesmo fim – assegurar que os culpados são punidos e é feita justiça às vítimas.

As mudanças que ocorrem nas sociedades implicam que a ONU tem de se adaptar às novas situações que surgem como foi o caso do Tráfico Humano, que tendo sido um crime que acontecia um pouco por todo o mundo, começou a aumentar a sua ocorrência de forma preocupante. No caso do Kosovo, em que este território se apresenta como fonte e destino de vítimas e local de passagem para as redes de tráfico foi essencial para o combate ao Tráfico Humano as medidas tomadas pela UNMIK e a protecção das vítimas a partir de 2000, mas fica a falta de informação sobre o estado da situação no território durante o conflito, tal como o desconhecimento sobre o destino que terão tido as pessoas dadas como desaparecidas.

7. Bibliografia

- ✚ *As Organizações Internacionais e o seu envolvimento em operações de paz (1994-2000)* – Súmula nº 67. Ministério da Defesa Nacional – Portugal, Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional. 12 de Setembro de 2000. Pp 48 e 49
- ✚ **BROWNLIE**, Ian (edited by). *Basic Documents on Human Rights*. Clarendon Press – Oxford University Press, Ely House. Oxford, 1971.
- ✚ **CUTILEIRO**, José. *Vida e morte dos outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003.
- ✚ **DARBY, H.C., SETON-WATSON, R.W., AUTY**, Phyllis, **LAFFAN, R.G.D.** and **CLISSOLD**, Stephen. *A short history of Yugoslavia from early times to 1966*. Cambridge at the University Press. London and New York, 1968.
- ✚ **GOUVEIA**, Jorge Bacelar. *Direito Internacional Humanitário – Introdução – Textos Fundamentais*. Edições Almedina. Coimbra, Novembro 2006.
- ✚ **HEGARTHY**, Angela e **LEONARD**, Siobhan. *Direitos do Homem – Uma Agenda para o Século XXI*. Instituto Piaget. Lisboa, 2003.
- ✚ **MANITA**, Celina e **OLIVEIRA**, Alexandra. *Estudo de caracterização da Prostituição de Rua no Porto e Matosinhos – Investigação integrada no projecto “De rua em RUA”*. Centro de Ciências do comportamento desviante da faculdade de psicologia e ciências da educação da universidade do Porto. Porto, 2002.
- ✚ **NICHOLAS**, H. G. *The United Nations as a political institution*. Oxford University Press. London, 1959.
- ✚ *Os direitos do Homem – documentos da Organização das Nações Unidas*. Cadernos Seara Nova. Lisboa, 1968.
- ✚ **DEL PONTE**, Carla e **SUDETIC**, Chuck (com la colaboración de). *La Caza – Yo y los criminales de guerra*. Editorial Ariel. Barcelona, Febrero de 2009.
- ✚ **ROBERTSON**, A. H. *Human Rights in Europe*. Manchester University Press. Manchester, 1963.

- ✚ **TRENT**, John E. *Modernizing the United Nations System: Civil Society's Role in Moving from International Relations to Global Governance*. Barbara Budrich Publishers. Germany, 2007.
- ✚ **VARANDAS**, Isabel e **SARAIVA**, Ana Maria (preparado por). *Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres – Actas do (01) Seminário Internacional*. Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres. Porto, 1999.
- ✚ **VASCONCELOS**, Álvaro de. *O Kosovo e a Comunidade Internacional - Kosovo, ponto de viragem na intervenção humanitária em Política Internacional*, nº 20, vol. 3. Lisboa, 1999.
- ✚ **WILSON**, Richard Ashby e **MITCHELL**, Jon P. (edited by). *Human Rights in Global Perspective – Anthropological studies of rights claims and entitlements*. Routledge, Taylor and Francis Group. USA e Canada, 2003.

7.1. Recursos electrónicos

- ✚ http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/portal.pl?pag=cig_trafico_de_seres_humanos (17.06.2011)
- ✚ <http://aeiou.expresso.pt/novos-escravos=s25400> (05.07.2011)
- ✚ <http://assembly.coe.int/main.asp?link=/documents/workingdocs/doc08/edoc11574.htm> (03.05.2012)
- ✚ <http://assembly.coe.int/Main.asp?link=/Documents/WorkingDocs/Doc11/EDOC12462.htm> (10.04.2012)
- ✚ <http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=2962&tipo=acervo>
- ✚ <http://diplomatie.uol.com.br/busca.php?palavra=kosovo&x=0&y=0>
- ✚ http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_1/IIIPAG3_1.htm (08.01.2012)
- ✚ http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_2/IIIPAG3_1.htm (09.01.2012)
- ✚ http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_23/IIIPAG3_23.htm (09.01.2012)
- ✚ http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_23/IIIPAG3_23_14.htm (09.01.2012)
- ✚ http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_23/IIIPAG3_23_4.htm#titulo (09.01.2012)









- ✚ http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_23/IIIPAG3_23_5.htm#tituloI (09.01.2012)
- ✚ <http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/Textos/sobre-dih.htm> (09.01.2012)
- ✚ http://eeas.europa.eu/delegations/kosovo/index_en.htm (20.02.2012)
- ✚ <http://eulex-kosovo.eu/en/justice/office-on-missing-persons-and-forensics.php> (24.02.2012)
- ✚ <http://eulex-kosovo.eu/en/pressreleases/0098.php> (24.02.2012)
- ✚ http://europa.eu/youth/your_rights/human_rights/index_pt_pt.html (15.06.2011)
- ✚ <http://ftp.iza.org/dp5142.pdf> (20.08.2011)
- ✚ <http://news.yahoo.com/transplant-recipient-testifies-kosovo-organs-case-235329989.html> (20.02.2012)
- ✚ <http://pt.euronews.com/2011/01/25/conselho-da-europa-pede-inquerito-ao-trafico-de-orgaos-no-kosovo/> (03.05.2012)
- ✚ <http://publicagenda.org/staff/vance> (31.01.2012)
- ✚ <http://repository01.lib.tufts.edu:8080/fedora/get/tufts:UA015.012.073.00018/bdef:TuftsPDF/getPDF> (24.08.2011)
- ✚ http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=26&did=62394 (03.06.2012)
- ✚ http://travel701d.his.com/travel/cis_pa_tw/cis/cis_4170.html?action=/travel/cis_pa_tw/cis/cis_975.html (11.08.2011)
- ✚ http://unic.un.org/aroundworld/unics/common/documents/publications/untoday/UN_TODAY_BOOK_eng.pdf P.239 (07.11.2011)
- ✚ http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b9/UN_Secretary-General_Report_S25704.pdf (21.04.2012)
- ✚ <http://www.addhu.org/> (15.06.2011)
- ✚ <http://www.allanpatrick.net/entrevista-com-carla-del-ponte> (24.08.2011)
- ✚ http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=6&Itemid=56 (17.06.2011)
- ✚ http://www.antislavery.org/includes/documents/cm_docs/2009/e/eastern_africa_conference_2005.pdf (20.08.2011)

- ✚ http://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration_transcript.html
(09.12.2011)
- ✚ <http://www.assembly.coe.int/Mainf.asp?link=/Documents/AdoptedText/ta11/ERES1782.htm> (08.09.2011)
- ✚ <http://www.dailytelegraph.com.au/news/breaking-news/kosovo-leader-hashim-thaci-implicated-in-organ-trafficking-report/story-e6freuz9-1225971606740>
(03.05.2012)
- ✚ http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=11415:trafico-de-orgaos-um-relatorio-devastador&catid=94:repressom-e-direitos-humanos&Itemid=108 (24.08.2011)
- ✚ <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,2344572,00.html> (21.07.2011)
- ✚ http://www.eastbordnet.org/working_papers/open/documents/Schaeuble_Balkan_Brothels_101105 (11.08.2011)
- ✚ http://www.echr.coe.int/NR/rdonlyres/7510566B-AE54-44B9-A163-912EF12B8BA4/0/POR_CONV.pdf - Título II: artigos 19-51º (08.01.2012)
- ✚ <http://www.eulex-kosovo.eu/en/front> (08.09.2011)
- ✚ http://www.eurojournals.com/ejsr_24_1_03.pdf (20.08.2011)
- ✚ <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/index-dh.html> (15.06.2011)
- ✚ <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/decl-prog-accao-viena.html> (06.01.2012)
- ✚ <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-direitos-civis.html> (12.03.2012)
- ✚ http://www.hrw.org/legacy/english/docs/2004/06/14/bosher8815_txt.htm
(11.08.2011)
- ✚ <http://www.hrw.org/legacy/reports/2001/kosovo/> (21.07.2011)
- ✚ <http://www.hrw.org/news/2008/05/04/kosovoalbania-investigate-postwar-abductions-transfers-albania> (10.04.2012)
- ✚ <http://www.hrw.org/reports/2002/bosnia> (11.08.2011)
- ✚ <http://www.humanrights.com/pt/voices-for-human-rights/human-rights-organizations/non-governmental.html> (21.07.2011)
- ✚ <http://www.icj-cij.org/court/index.php?p1=1> (21.10.2011)

- ✚ <http://www.icrc.org/eng/index.jsp> (24.02.2012)
- ✚ <http://www.icrc.org/por/resources/documents/treaty/treaty-gc-0-art3-5tdlrm.htm>
(02.03.2012)
- ✚ <http://www.icty.org/> (24.08.2011)
- ✚ <http://www.icty.org/sections/AbouttheICTY> (11.11.2011)
- ✚ <http://www.icty.org/sections/AbouttheICTY/Chambers> (21.04.2012)
- ✚ <http://www.icty.org/sections/AbouttheICTY/OfficeoftheProsecutor> (23.04.2012)
- ✚ <http://www.icty.org/sid/10016> (21.04.2012)
- ✚ <http://www.icty.org/sid/10874> (21.04.2012)
- ✚ <http://www.icty.org/sid/324> (23.04.2012)
- ✚ <http://www.icty.org/sid/326> (21.04.2012)
- ✚ <http://www.icty.org/sid/9854> (23.04.2012)
- ✚ http://www.icty.org/x/file/Legal%20Library/Statute/statute_sept09_en.pdf
(24.02.2012)
- ✚ http://www.iom.md/materials/1_traff_human_beings_se.pdf (11.08.2011)
- ✚ http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=932077 (03.05.2012)
- ✚ http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_71856.htm?selectedLocale=en
(11.08.2011)
- ✚ http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_50315.htm?selectedLocale=en
(11.08.2011)
- ✚ <http://www.nato.int/kfor/> (20.02.2012)
- ✚ http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2001/presentation-speech.html (26.08.2012)
- ✚ <http://www.ohchr.org/Documents/AboutUs/annualappeal0.pdf> (10.04.2012)
- ✚ <http://www.ohchr.org/EN/AboutUs/Pages/WhatWeDo.aspx> (11.11.2011)
- ✚ <http://www.ohchr.org/EN/AboutUs/Pages/WhoWeAre.aspx> (11.11.2011)
- ✚ <http://www.ohchr.org/EN/Issues/Pages/ListOfIssues.aspx> (26.12.2011)
- ✚ <http://www.ohchr.org/EN/Issues/Pages/WhatareHumanRights.aspx> (05.12.2011)
- ✚ <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>
(24.02.2012)
- ✚ <http://www.osce.org/kosovo> (20.02.2012)

- ✚ <http://www.osce.org/mc/39501> (08.01.2012)
- ✚ <http://www.otsh.mai.gov.pt/> (17.06.2011)
- ✚ <http://www.otsh.mai.gov.pt/?area=000&mid=000&sid=000&ssid=000&cid=CN T4d0f4b53336c2> (21.07.2011)
- ✚ http://www.srdisability.org/presentations/presentation_war_oct07.html (20.08.2011)
- ✚ <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/2000/eur/865.htm> (10.04.2012)
- ✚ http://www.swissinfo.ch/eng/politics/foreign_affairs/Carla_Del_Ponte_feels_vindicated_by_Kosovo_report.html?cid=29041604 (20.02.2012)
- ✚ <http://www.un.org/aboutun/unhistory/> (14.10.2011)
- ✚ <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=37552&Cr=kosovo&Cr1=> (20.02.2012)
- ✚ http://www.un.org/Docs/sc/unsc_background.html (16.10.2011)
- ✚ <http://www.un.org/documents/ga/docs/54/plenary/a54-1.pdf> (07.02.2012)
- ✚ <http://www.un.org/en/aboutun/index.shtml> (14.10.2011)
- ✚ <http://www.un.org/en/aboutun/structure/index.shtml> (21.10.2011)
- ✚ <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter1.shtml> (16.11.2011)
- ✚ <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter10.shtml> (16.11.2011)
- ✚ <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter12.shtml> (17.11.2011)
- ✚ <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter7.shtml> (21.04.2012)
- ✚ <http://www.un.org/en/documents/charter/preamble.shtml> (16.11.2011)
- ✚ <http://www.un.org/en/documents/udhr/> (15.01.2012)
- ✚ <http://www.un.org/en/ecosoc/about/index.shtml> (21.10.2011)
- ✚ <http://www.un.org/en/events/humanrightsday/2011/unesco.shtml> (26.08.2012)
- ✚ <http://www.un.org/en/events/tenstories/08/index.shtml> (17.11.2011)
- ✚ <http://www.un.org/en/ga/about/index.shtml> (16.10.2011)
- ✚ <http://www.un.org/en/mainbodies/secretariat/> (21.10.2011)
- ✚ <http://www.un.org/en/mainbodies/trusteeship/> (21.10.2011)

- ✚ <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unprofor.htm> (20.03.2012)
- ✚ <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmik/background.shtml>
(20.03.2012)
- ✚ <http://www.un.org/en/rights/> (15.06.2011)
- ✚ http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/293 (10.04.2012)
- ✚ http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/99 (10.04.2012)
- ✚ [http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/A.RES.47.133.En?OpenDocument](http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/A.RES.47.133.En?OpenDocument) (13.03.2012)
- ✚ [http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/\(Symbol\)/f514a7fcd45afe8880256724003d4aeb?Opendocument](http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/(Symbol)/f514a7fcd45afe8880256724003d4aeb?Opendocument) (20.03.2012)
- ✚ http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home/opendocPDFViewer.html?docid=3c6913a14&query=kosovo_1998-99 (10.04.2012)
- ✚ http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home/opendocPDFViewer.html?docid=4e1ee787a&query=kosovo_1998-99 (10.04.2012)
- ✚ <http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/3ae6afb34.pdf> pg. 63 (07.02.2012)
- ✚ <http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/insight9e.pdf> (20.08.2011)
- ✚ <http://www.unicri.it/institute/> (24.02.2012)
- ✚ <http://www.unictr.org/AboutICTR/GeneralInformation/tabid/101/Default.aspx>
(07.11.2011)
- ✚ http://www.unifem.org/gender_issues/women_war_peace/human_trafficking.php
(20.08.2011)
- ✚ http://www.unmikonline.org/misc/UNMIK_Whit_paper_on_trafficking.pdf
(20.02.2012)
- ✚ http://www.unmikonline.org/misc/unmik_whit_paper_on_trafficking.pdf
(10.04.2012)
- ✚ <http://www.unmikonline.org/pages/default.aspx> (21.07.2011)
- ✚ <http://www.unmikonline.org/SGReports/S-1999-779.pdf> (10.04.2012)
- ✚ <http://www.unmikonline.org/SGReports/S-1999-987.pdf> (10.04.2012)
- ✚ <http://www.unodc.org/blueheart/index.html> (15.01.2012)

-  <http://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf> (10.04.2012)
-  <http://www.unodc.org/southerncone/pt/trafico-de-pessoas/index.html>
(24.02.2012)
-  <http://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/index.html?ref=menuside>
(10.04.2012)
-  <http://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/what-is-human-trafficking.html> (15.01.2012)
-  <http://www.unosek.org/unosek/en/docref.html> (20.02.2012)
-  <http://www.unric.org/en/unric-library-backgrounders> (20.02.2012)
-  <http://www.unric.org/html/portuguese/peace/pkpngfaq/q12.htm> (01.07.2011)
-  <http://www2.ohchr.org/english/law/cat.htm> (02.03.2012)

8.Anexos

8.1 Anexo 1

Cronologia dos Direitos Humanos versus conflito no antigo território jugoslavo

Século XVII

- Locke, Montesquieu, Voltaire e Rosseau reconhecem ao individuo direitos inalienáveis concedidos por uma lei natural e não pelo Homem.

- Carta dos Direitos do Reino Unido

«Na act declaring the Righths and Liberties of the Subject and settling the succession of the crown»

1776

- Declaração de Independência dos Estados Unidos da América
«All men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness.»

1789 (25 de Agosto)

- Revolução Francesa - «Liberdade, Igualdade e Fraternidade»
- Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

1945

- Criação da Organização das Nações Unidas

1948 (10 de Dezembro)

- Declaração Universal dos Direitos do Homem
- Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio

1949

- Convenções de Genebra:

- Convenção I de Genebra para Melhorar a Situação dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha;

- Convenção II de Genebra para melhorar a Situação dos Feridos, Doentes e Náufragos Das Forças Armadas no Mar;

- Convenção III de Genebra relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra; e

- Convenção IV de Genebra relativa à Protecção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra

1950

- Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais

1956

- Convenção suplementar para a Abolição da Escravatura, Comércio de Escravos, e instituições e práticas semelhantes a escravatura

1958

- Convenção contra a Discriminação Laboral (emprego e cargo)

1959

- Declaração dos Direitos da Criança

1960

- Convenção contra a Discriminação na Educação

1961

- Carta Social Europeia

1965

- Convenção para a Eliminação da Discriminação Racial

1966

- Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos
- Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais

1967

- Declaração para a Eliminação da Discriminação contra Mulheres

1968

- Resolução 2444 (XXIII) da Assembleia Geral das Nações Unidas – Respeito pelos Direitos Humanos em período de conflito armado

1979

- Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as Mulheres

1990

- Os sérvios impõem restrições laborais e de propriedade privada aos albaneses do Kosovo.

1991

- Guerra da Eslovénia

(4 de Julho - Agosto)

- Guerra da Croácia – resultou na expulsão e morte de milhares de civis das cidades croatas.

(Outubro – Novembro 1995)

- Guerra da Bósnia-Herzegovina – morte de milhares de civis e práticas de actos de extrema violência entre croatas, sérvios e muçulmanos.

1993

- Conferência Mundial de Viena sobre os Direitos Humanos

1995 (11 de Julho)

- Ocupação e massacre em Srebrenica – cerca de 7000 muçulmanos são mortos pelas tropas bósnio-sérvias comandadas pelo general Mladic.

(4-8 de Agosto)

- A população sérvia de Krajina é expulsa pelos croatas.

1996

- Guerra do Kosovo

1999 (15 de Janeiro)

- Massacre de 45 kosovares albaneses na aldeia de Rajak.

(24 de Março)

- Início dos bombardeamentos das forças armadas da NATO no território jugoslavo.

- Expulsão dos habitantes albaneses pelo exército sérvio que incluiu a retenção e destruição de documentos pessoais, assim como dos documentos dos veículos próprios.

(12 de Junho)

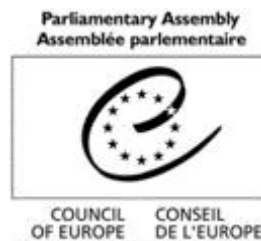
- Fim da guerra do Kosovo.

2008

- Lançamento do livro “A Caça: Eu e os Criminosos de guerra” da antiga Procuradora do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, onde são denunciadas as suspeitas de tráfico humano durante o conflito no Kosovo que envolveria altos cargos do governo kosovar.

8.2 Anexo 2²³⁷

Parliamentary **Assembly**
Assemblée parlementaire



Doc. 12462

7 January 2011

Inhuman treatment of people and illicit trafficking in human organs in Kosovo¹

Report²

Committee on Legal Affairs and Human Rights

Rapporteur: Mr Dick MARTY, Switzerland, Alliance of Liberals and Democrats for Europe

Summary

According to the information gathered, numerous concrete and convergent indications confirm that some Serbians and some Albanian Kosovars were held prisoner in secret places of detention under KLA control in northern Albania and were subjected to inhuman and degrading treatment, before ultimately disappearing. Numerous indications seem to confirm that, during the period immediately after the end of the armed conflict, before international forces had been able to take control of the region and re-establish law and order, organs were removed from some prisoners at a clinic on Albanian territory, near Fushë-Krujë, to be taken abroad for transplantation. Although some concrete evidence of such trafficking already existed at the beginning of the decade, the international authorities in charge of the region did not consider it necessary to conduct a detailed examination of these circumstances, or did so incompletely and superficially.

²³⁷ Em <http://assembly.coe.int/Main.asp?link=/Documents/WorkingDocs/Doc11/EDOC12462.htm>

The international organisations in place in Kosovo favoured a pragmatic political approach, taking the view that they needed to promote short-term stability at any price, thereby sacrificing some important principles of justice. Insufficient investigation has been carried out into the connection of KLA members with war crimes committed against Serbians and Albanian Kosovars. The team of international prosecutors and investigators within EULEX which is responsible for investigating allegations of inhuman treatment, including those relating to possible organ trafficking, has made progress, particularly in respect of proving the existence of secret KLA places of detention in northern Albania where inhuman treatment and even murders are said to have been committed.

We must fight uncompromisingly against impunity for the perpetrators of serious human rights violations. The fact that these were committed in the context of a violent conflict could never justify a decision to refrain from prosecuting anyone who has committed such acts. There cannot and must not be one justice for the winners and another for the losers.

The member states of the European Union and the other contributing states should set EULEX a clear objective and give it the necessary political support to combat organised crime uncompromisingly, to ensure that justice is done, without any considerations of political expediency; Albania and the Kosovo administration should co-operate unreservedly with ongoing and future investigations.

A. Draft resolution³

1. The Parliamentary Assembly was extremely concerned to learn of the revelations by the former Chief Prosecutor of the International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia (ICTY), who alleged that serious crimes had been committed during the conflict in Kosovo, including trafficking in human organs, crimes which had hitherto gone unpunished and had not been the subject of any serious investigation.

2. In addition, according to the former Chief Prosecutor, these acts had been committed by members of the "Kosovo Liberation Army" (KLA) militia against Serbian nationals who had remained in Kosovo at the end of the armed conflict and been taken prisoner.

3. According to the information gathered by the Assembly and to the criminal investigations now under way, numerous concrete and convergent indications confirm

that some Serbians and some Albanian Kosovars were held prisoner in secret places of detention under KLA control in northern Albania and were subjected to inhuman and degrading treatment, before ultimately disappearing.

4. Numerous indications seem to confirm that, during the period immediately after the end of the armed conflict, before international forces had really been able to take control of the region and re-establish a semblance of law and order, organs were removed from some prisoners at a clinic on Albanian territory, near Fushë-Krujë, to be taken abroad for transplantation.

5. This criminal activity, which developed with the benefit of the chaos prevailing in the region, at the initiative of certain KLA militia leaders linked to organised crime, has continued, albeit in other forms, until today, as demonstrated by an investigation being carried out by the European Union Rule of Law Mission in Kosovo (EULEX) relating to the Medicus clinic in Pristina.

6. Although some concrete evidence of such trafficking already existed at the beginning of the decade, the international authorities in charge of the region did not consider it necessary to conduct a detailed examination of these circumstances, or did so incompletely and superficially.

7. Particularly during the first years of their presence in Kosovo, the international organisations responsible for security and the rule of law (KFOR and UNMIK) had to cope with major structural problems and serious shortages of staff with the skills to take on the tasks they were entrusted with, all this being aggravated by rapid and constant staff rotation.

8. The ICTY, which had started to conduct an initial examination on the spot to establish the existence of traces of possible organ trafficking, dropped the investigation. The elements of proof taken in Rripe, in Albania, have been destroyed and cannot therefore be used for more detailed analyses. No subsequent investigation has been carried out into a case nevertheless considered sufficiently serious by the former ICTY Prosecutor for her to see the need to bring it to public attention through her book.

9. During the decisive phase of the armed conflict, NATO took action in the form of air strikes, while land operations were conducted by the KLA, *de facto* allies of the international forces. Following the departure of the Serbian authorities, the

international bodies responsible for security in Kosovo very much relied on the political forces in power in Kosovo, most of them former KLA leaders.

10. The international organisations in place in Kosovo favoured a pragmatic political approach, taking the view that they needed to promote short-term stability at any price, thereby sacrificing some important principles of justice. For a long time little was done to follow up evidence implicating KLA members in crimes against the Serbian population and against certain Albanian Kosovars. Immediately after the conflict ended, in effect when the KLA had virtually exclusive control on the ground, many scores were settled between different factions and against those considered, without any kind of trial, to be traitors because they were suspected of having collaborated with the Serbian authorities previously in place.

11. EULEX, which took over certain functions in the justice sector previously fulfilled by United Nations structures (UNMIK) at the end of 2008, inherited a difficult and sensitive situation, particularly in the sphere of combating serious crime: incomplete records, lost documents, uncollected witness testimony. Consequently, a large number of crimes may well continue to go unpunished. Little or no detailed investigation has been carried out into organised crime and its connections with representatives of political institutions or in respect of war crimes committed against Serbians and Albanian Kosovars regarded as collaborators or as rivals of the dominant factions. This last-named subject is still truly taboo in Kosovo today, although everybody talks about it in private, very cautiously. EULEX seems very recently to have made some progress in this field, and it is very much to be hoped that political considerations will not impede this commitment.

12. The team of international prosecutors and investigators within EULEX which is responsible for investigating allegations of inhuman treatment, including those relating to possible organ trafficking, has made progress, particularly in respect of proving the existence of secret KLA places of detention in northern Albania where inhuman treatment and even murders are said to have been committed. The investigation does not, however, benefit from the desirable co-operation of the Albanian authorities.

13. The appalling crimes committed by Serbian forces, which stirred up very strong feelings worldwide, gave rise to a mood also reflected in the attitude of certain

international agencies, based on the assumption that it was invariably one side which were the perpetrators of crimes and the other side the victims, thus necessarily innocent. The reality is less clear-cut and more complex.

14. The Assembly strongly reaffirms the need for an absolutely uncompromising fight against impunity for the perpetrators of serious human rights violations, and wishes to point out that the fact that these were committed in the context of a violent conflict could never justify a decision to refrain from prosecuting anyone who has committed such acts (see [Resolution 1675](#) (2009)).

15. There cannot and must not be one justice for the winners and another for the losers. Whenever a conflict has occurred, all criminals must be prosecuted and held responsible for their illegal acts, whichever side they belonged to and irrespective of their political role.

16. The question which, from the humanitarian viewpoint, remains the most acute and sensitive is that of missing persons. Of more than 6 000 disappearances on which the International Committee of the Red Cross has opened files, approximately 1 400 individuals have been found alive and 2 500 corpses have been found and identified. For the most part, these were Albanian Kosovar victims found in mass graves in regions under Serbian control and in Kosovo.

17. Co-operation between international agencies on the one hand and the Kosovar and Albanian authorities on the other to find out the fate of the missing persons is still clearly insufficient. Whereas Serbia ultimately co-operated, it has proved far more complicated to carry out excavations on the territory of Kosovo, and has been impossible, at least so far, on Albanian territory. Co-operation by the Kosovar authorities is particularly lacking in respect of the search for the almost 500 persons who officially disappeared after the end of the conflict.

18. The working group on missing persons, chaired by the International Committee of the Red Cross and the EULEX Office on Missing Persons, needs the full and wholehearted support of the international community in order for the reluctance on both sides to be overcome. Knowing the truth and enabling victims' families to mourn at last is a vital precondition for reconciliation between the communities and a peaceful future in this region of the Balkans.

19. The Assembly therefore invites:

19.1. the member states of the European Union and the other contributing states to:

19.1.1. allocate to EULEX the resources that it needs, in terms of logistics and highly skilled staff, to deal with the extraordinarily complex and important role entrusted to it;

19.1.2. set EULEX a clear objective and give it political support at the highest level to combat organised crime uncompromisingly, and to ensure that justice is done, without any considerations of political expediency;

19.1.3. commit all the resources needed to set up effective witness protection programmes;

19.2. EULEX to:

19.2.1. persevere with its investigative work, without taking any account of the offices held by possible suspects or of the origin of the victims, doing everything it can to cast light on the criminal disappearances, the indications of organ trafficking, corruption and the collusion so often complained of between organised criminal groups and political circles;

19.2.2. take every measure necessary to ensure effective protection for witnesses and gain their trust;

19.3. the ICTY to co-operate fully with EULEX, particularly by making available to it the information and elements of proof in its possession likely to help EULEX to prosecute those responsible for crimes within its jurisdiction;

19.4. the Serbian authorities to:

19.4.1. make every effort to capture the persons still wanted by the ICTY for war crimes, particularly General Ratko Mladic and Goran Hadzic, whose impunity still constitutes a serious obstacle to the process of reconciliation and is often referred to by the authorities of other countries to justify their lack of enthusiasm about taking judicial action themselves;

19.4.2. co-operate closely with EULEX, particularly by passing on any information which may help to clear up crimes committed during and after the conflict in Kosovo;

19.4.3. take the necessary measures to prevent leaks to the press of information about investigations concerning Kosovo, leaks which are prejudicial to co-operation with other authorities and to the credibility of the investigative work;

19.5. the Albanian authorities and the Kosovo administration to:

19.5.1. co-operate unreservedly with EULEX and the Serbian authorities in the framework of procedures intended to find out the truth about crimes committed in Kosovo, irrespective of the known or assumed origin of the suspects and the victims;

19.5.2. in particular, take action on the requests for judicial assistance made by EULEX concerning criminal acts alleged to have occurred in a KLA camp in northern Albania;

19.5.3. start a serious and independent investigation in order to find out the whole truth about the allegations, sometimes concrete and specific, of the existence of secret detention centres where inhuman treatment was purportedly inflicted on prisoners from Kosovo, of Serbian or Albanian origin, during and immediately after the conflict; the investigation must also be extended to a verification of the equally specific allegations about organ trafficking said to have taken place during the same period, some of it on Albanian territory;

19.6. all the Council of Europe member and observer states concerned to:

19.6.1. respond without undue delay to the requests for judicial co-operation addressed to them by EULEX and by the Serbian authorities in the framework of their current investigations concerning war crimes and organ trafficking; the delayed response to these requests is incomprehensible and intolerable in view of the importance and urgency of international co-operation to deal with such serious and dangerous crime problems;

19.6.2. co-operate with EULEX in its efforts to protect witnesses, especially when the persons concerned can no longer continue to live in the region and must therefore adopt a new identity and find a new country of residence.

20. The Assembly, aware that trafficking of human organs is now an extremely serious problem worldwide, manifestly contravening the most basic standards in terms of human rights and dignity, welcomes and concurs with the conclusions of the joint study published in 2009 by the Council of Europe and the United Nations. It agrees, in

particular, with the conclusion that it is necessary to draft an international legal instrument which lays down definitions of human organ, tissue and cell trafficking and stipulates the action to be taken in order to prevent such trafficking and to protect its victims, as well as criminal law measures to prosecute the perpetrators.

B. Explanatory memorandum by Mr Marty, rapporteur

Contents

Page

1. Introductory remarks – an overview	5
2. Introductory commentary on sources	10
3. Detailed findings of our inquiry	11
3.1. <i>The overall picture</i>	11
3.2. <i>KLA factionalism and the nexus with organised crime</i>	12
3.3. <i>Detention facilities and inhuman treatment of captives</i>	17
3.3.1. <i>KLA detentions in wartime – First subset of captives: the “prisoners of war”</i>	18
3.3.1.1. <i>Case study on the nature of the facilities: Cahan</i>	20
3.3.1.2. <i>Case study on the nature of the facilities: Kukës</i>	20
3.3.2. <i>Post-conflict detentions carried out by KLA members and affiliates</i>	21
3.3.2.1. <i>Second subset of captives: the “disappeared”</i>	22
3.3.2.1.1. <i>Case study on the nature of the facilities: Rripe</i>	22
3.3.2.1.2. <i>Observations on the conditions of detention and transport</i>	23
3.3.2.2. <i>Third subset of captives: the “victims of organised crime”</i>	23
3.3.2.2.1. <i>Case study on the nature of the facilities: Fushë-Krujë</i>	24
4. <i>Medicus clinic</i>	25
5. <i>Reflections on the “glass ceiling of accountability” in Kosovo</i>	25
6. <i>Some concluding remarks</i>	26
7. <i>Appendix: Map</i>	27

1. Introductory remarks – an overview

1. In April 2008, Ms Carla Del Ponte, the former Chief Prosecutor of the International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia (ICTY), published a set of memoirs, co-authored with Chuck Sudetic, on her experiences within the Tribunal. The book was initially published in Italian (*“La caccia – Io e i criminali di guerra”*), then in translation, notably in French (*“La traque, les criminels de guerre et moi”*). In the book, almost ten years after the end of the war in Kosovo, there appeared revelations of trafficking in human organs taken from Serb prisoners, reportedly carried out by leading commanders of the Kosovo Liberation Army (KLA). These claims were surprising in several respects and have provoked a host of strong reactions. They were surprising, in the first place, because they emanated from someone who exercised the highest official responsibilities, at the very heart of the judicial system tasked with prosecuting the crimes committed during the conflicts that ravaged the former Yugoslavia. Furthermore, and above all, they were surprising because they revealed an apparent absence of official follow-up in respect of allegations that were nevertheless deemed serious enough to warrant inclusion in the memoirs of the former Chief Prosecutor who could hardly have been unaware of the grave and far-reaching nature of the allegations she had decided to make public.

2. Having before it a motion for a resolution ([Doc. 11574](#)) which asked for a thorough investigation into the acts mentioned by Ms Del Ponte and their consequences, in order to ascertain their veracity, deliver justice to the victims and apprehend the culprits of the crimes, the Committee on Legal Affairs and Human Rights appointed me as rapporteur and accordingly instructed me to draw up a report.

3. The extraordinary challenges of this assignment were immediately clear. The acts alleged – by a former prosecutor of international standing, let us remember – purportedly took place a decade ago and were not properly investigated by any of the national and international authorities with jurisdiction over the territories concerned. All the indications are that efforts to establish the facts and punish the attendant war crimes had primarily been concentrated in one direction, based on an implicit presumption that one side were the victims and the other side were the perpetrators. As we shall see, the reality seems to have been more complex. The structure of Kosovar Albanian society, still very much clan-orientated, and the absence of a true civil society have made it extremely difficult to set up contacts with local sources. This is compounded by fear,

often to the point of genuine terror, which we have observed in some of our informants as soon as the subject of our inquiry was broached. Even certain representatives of international institutions did not conceal their reluctance to grapple with these facts: “The past is the past”, we were told; “we must now look to the future”. The Albanian authorities intimated that their territory had not been affected by the conflict and that they had no reason to open an inquiry. The Serbian authorities did react, albeit rather belatedly, but so far without having achieved any significant results. For its part, the ICTY carried out an exploratory mission to the site of the notorious “Yellow House”, though proceeding in a fairly superficial way and with a standard of professionalism that prompts some bewilderment. In addition, the ICTY’s mandate was restricted to a clearly defined timeframe and territory: the ICTY was enjoined to try those suspected of crimes committed only up to June 1999, marking the end of the Kosovo conflict, and its jurisdiction does not extend to Albania, except in instances where Albania expressly authorises investigations to take place on its territory.

4. The acts with which we are presently concerned are alleged to have occurred for the most part from the summer of 1999 onwards, against a background of great confusion throughout the region. The Serbian security forces had abandoned Kosovo, and the troops of KFOR (NATO’s international Kosovo Stabilisation Force) were making a rather slow start in establishing themselves; while tens of thousands of Kosovar Albanian refugees were first trying to reach Albania and then to return home, with ethnic Serbs in turn seeking refuge in the territories controlled by the Serbian Army. It was chaos: there was no functioning administration on the part of the Kosovars, and KFOR took quite some time to gain control of the situation, evidently not possessing the know-how needed to cope with such extreme situations. The NATO intervention had essentially taken the form of an aerial campaign, with bombing in Kosovo and in Serbia – operations thought by some to have infringed international law, as they were not authorised by the United Nations Security Council – while on the ground NATO’s *de facto* ally was the KLA. Thus, during the critical period that is the focus of our inquiry, the KLA had effective control over an expansive territorial area, encompassing Kosovo as well as some of the border regions in the North of Albania. KLA control should not be understood as a structured exercise of power, and it was certainly far from assuming the contours of a state. It was in the course of this critical period that numerous crimes were committed both against Serbs who had stayed in the

region and against Kosovar Albanians suspected of having been “traitors” or “collaborators”, or who fell victim to internal rivalries within the KLA. These crimes have largely gone unpunished and it is only years later that a rather diffident start has been made to deal with them.

5. During this chaotic phase, the border between Kosovo and Albania effectively ceased to exist. There was no form of control in effect, and it would hardly have been possible to enforce rules anyway, considering the heavy flow of refugees towards Albania and their return in similar numbers after the end of the hostilities. During a field mission on behalf of the Swiss Parliament in 1999, I was able to witness for myself the scale of this phenomenon; I noted above all the singular solidarity shown by the Albanian population and authorities in receiving the Kosovar refugees. It was in this context that KLA militia factions moved freely on either side of the border, which, as pointed out, had by then become little more than a token dividing line. So it is clear that the KLA held effective control in the region during that critical period, both in Kosovo and in the northern part of Albania near the border. The international forces co-operated with the KLA as the local authority in military operations and the restoration of order. It was as a result of this situation that certain crimes committed by members of the KLA, including some top KLA leaders, were effectively concealed and have remained unpunished.

6. The crimes committed by the Serb forces have been documented, denounced and, to the extent possible, tried in courts of law. The frightful nature of these crimes hardly needs to be further illustrated. They stemmed from a wicked policy ordered by Milosevic over a lengthy period, including at times when he was simultaneously being accorded full diplomatic honours in the capitals of many democratic states. These crimes claimed tens of thousands of victims and disrupted a whole region of our continent. In the Kosovo conflict, the ethnic Albanian population suffered horrendous violence as the result of an insane ethnic cleansing policy on the part of the dictator then in power in Belgrade. None of these historical events could be cast in doubt today. However, what emerged in parallel was a climate and a tendency to view these events and acts through a lens that depicted everything as rather too clear-cut: on one side the Serbs, who were seen as the evil oppressors, and on the other side the Kosovar Albanians, who were seen as the innocent victims. In the horror and perpetration of crimes there can be no principle of compensation. The basic essence of justice demands

that everyone be treated in the same way. Moreover, the duty to find the truth and administer justice must be discharged in order for genuine peace to be restored, and for the different communities to be reconciled and begin living and working together.

7. Yet in the case of Kosovo, the prevailing logic appears to have been rather short-sighted: restore a semblance of order as quickly as possible, while avoiding anything that might be liable to destabilise a region still in a state of very fragile equilibrium. The result has been a form of justice that can only be defined as selective, with impunity attaching to many of the crimes that appear, based on credible indications, to have been directly or indirectly the work of top KLA leaders. The Western countries that engaged themselves in Kosovo had refrained from a direct intervention on the ground, preferring recourse to air strikes, and had thus taken on the KLA as their indispensable ally for ground operations. The international actors chose to turn a blind eye to the war crimes of the KLA, placing a premium instead on achieving some degree of short-term stability. In effect, the new Kosovo has been built on the existing structures of the Kosovar Albanian homeland movement. It follows that the successive international administrations put in place, as well as the United States Government, which is generally regarded as playing an important role in the affairs of the new Kosovo,⁴ have had to maintain good relations with their *de facto* allies on the ground, as the latter have become the new masters of the local political scene. This situation, as we emphasised above, has ultimately foiled the prospect of our getting to the bottom of the crimes committed, at least in cases where there is every indication that they were the misdeeds of persons in positions of power or close to those in power. An added problem is that the resources of the international administration under UNMIK were insufficient, both in quantity and in quality, for the task of prosecuting the crimes committed in an effective and impartial manner. The posting of most international staff to UNMIK on limited-term contracts, and the resultant perpetual rotation, was a major hindrance to the administration of justice. International officials told us that it had been impossible to maintain confidentiality of their sources – an element considered essential to the success of a criminal investigation – in particular because of their reliance on local interpreters who would often pass on information to the persons being investigated. As a result, the European Union Rule of Law Mission in Kosovo (EULEX) has had to bring in interpreters from other countries in order to conduct its most sensitive inquiries securely. The same sources told us that the approach of the

international community could be aptly encapsulated in the notion of “stability and peace at any cost”. Obviously such an approach implied not falling out with the local actors in power.

8. The EULEX mission, operational since the end of 2008, thus inherited an extremely difficult situation. Numerous files on war crimes, notably those in which KLA combatants were listed as suspects, were turned over by UNMIK in a deplorable condition (mislaid evidence and witness statements, long time lapses in following up on incomplete investigative steps), to the extent that EULEX officials stated their fears in quite explicit terms during our fact-finding visits that many files would simply have to be abandoned.⁵ Some of our contacts representing Kosovo’s nascent civil society did not hold back in criticising EULEX itself: it had been widely expected that EULEX would at last go after the “untouchables”, whose more than murky past was common knowledge. Yet these expectations were in vain: there had been many announcements and promises, but the tangible results remained to be seen. The case of Nazim Bllaca, the “whistle-blower” who publicly admitted to having carried out murders upon the orders of some of today’s high-ranking politicians, is emblematic. Four days elapsed before the man was arrested and placed under protection. The way in which EULEX deals with his case will be an important test of how far it is prepared to go in pursuing its mission to promote justice.

9. One must nevertheless commend the remarkable dedication of many EULEX staff – at the time of writing, some 1 600 international executives and 1 100 local employees – and their determination to confront the extraordinary challenge handed to them. Their efforts are beginning to yield tangible results, notably with regard to the cases of the detention camp at Kukës and the Medicus Clinic in Pristina. Yet it is imperative that EULEX is given more explicit and more resolute support from the highest levels of European politics. There can be no lingering ambiguity as to the need to pursue all those suspected of crimes, even in cases where the suspects hold important institutional and political positions. Similarly, EULEX must urgently be given access to the complete sets of records compiled by international agencies that previously operated in Kosovo, including KFOR files that have since been returned to the troop-contributing countries,⁶ and files compiled by the ICTY.⁷ According to the key practitioners working on the ground, there ought to be a common, unified database comprising the archives of all the international actors, readily accessible to EULEX investigators. One is left to

wonder what might possibly be the reasons put forward for failing to fulfil such a basic demand.

10. The Kosovo Police, multiethnic in its make-up, is professionally trained, well equipped and apparently effective in fighting petty crime or less serious forms of criminality. With over 7 200 uniformed officers and more than 1 100 support staff, the Kosovo Police comprises representatives of 13 ethnic groups, including 10% of ethnic Serbs. According to recent surveys, it is second only to KFOR among all the institutions in Kosovo in the high levels of public trust it enjoys. Senior international officials have also confirmed that the police are “decent”, whereas the judges are “problematic” – in the sense of being subject to intimidation, under political influence, or corrupt. Assessments of the police nevertheless varied among the observers whom we met. The Kosovo Police still has to prove itself and to win the full confidence of its international partners, including its counterparts in the EULEX mission. We sensed lingering doubts among internationals as to whether or not all the leaders of the police force share the necessary political resolve to go after all forms of crime in the most robust fashion possible, especially where the police are called upon to combat organised crime, and/or crimes in which highly placed political figures are implicated, and notably in ensuring truly effective protection of witnesses, a very sensitive and vital tool in the prosecution of the most notorious and dangerous criminals.

11. Corruption and organised crime constitute a major problem in the region, as several international studies have shown. The problem is aggravated by the fact that criminality, corruption and politics are so closely intertwined. The massive presence of international staff does not appear to have made things any better, and indeed has given rise to some rather perverse anomalies; for example, a driver or a cleaner working for an international organisation or a foreign Embassy invariably earns appreciably more than a police officer or a judge, which is bound to upset the scales of societal values.

12. The most pressing priority from a humanitarian perspective is to account for the fate of missing persons in relation to the Kosovo conflict. The number of disappearances is extremely high when one considers the modest size of Kosovo’s population. Out of a total of 6 005 cases of missing persons opened by the International Committee of the Red Cross (ICRC), some 1 400 persons have been found alive and it has been possible to discover and identify 2 500 bodies. Most of the deceased victims were identified as Kosovar Albanians, half of whom were exhumed from mass graves

discovered on Serbian territory and the other half in Kosovo. In addition, there are 1 869 missing persons who remain unaccounted for, about two thirds of whom are Kosovar Albanians. Some 470 missing persons disappeared after the arrival of KFOR troops on 12 June 1999, 95 of whom were Kosovar Albanians and 375 non-Albanians, mainly Serbs.⁸

13. In assessing these disappearances, it should be noted that many Kosovar Albanian families who lost a relative after 12 June 1999 reportedly declared an earlier date of disappearance, before this “cut-off date”, out of fear that their loved ones might be deemed to have been “traitors” to the cause, punished by the KLA. It is significant that Kosovo’s law on compensation for the families of “martyrs” expressly excludes persons who died after the arrival of KFOR. As to the law on compensation for the families of missing persons, which is still under discussion, the stated position of the Kosovo authorities is that the law should cover only those disappearances that occurred after 1 January 1999 and before 12 June 1999. This position serves to demonstrate just how sensitive the matter of the missing Kosovar Albanians remains to the present day. According to several of our informants, the matter is still considered utterly taboo and continues to form a serious impediment to the discovery of the truth. The hunt for “traitors” has often overshadowed the bloody feuding between factions of the KLA, and served to cover up the crimes committed by KLA members and affiliates.

14. The current Office for Missing Persons and Forensics⁹ has cited great difficulties in working with the often poor-quality documentation handed down by its predecessors;¹⁰ it also apparently has trouble motivating and retaining its staff, who are said to be underpaid considering the qualifications required. Efforts to determine the fate of missing persons have also suffered from a clear deficit in co-operation between the various international agencies and the Kosovo authorities, not to mention with the competent authorities of Albania. While Serbia did co-operate, albeit not without initial misgivings, in efforts to excavate suspected mass graves in its territory, such investigative steps have proved far more complicated in the territory of Kosovo,¹¹ and up to now have been impossible on the territory of Albania.¹² The co-operation of the Kosovo authorities has been especially lacking in relation to the 470 cases of disappearances that officially occurred after the end of the conflict.¹³ The lack of co-operation by the authorities of Kosovo and Albania in determining the fate of the missing Serbs, and even Kosovar Albanians thought to have fallen victim to crimes

committed by members of the KLA, raises grave doubts about the current level of political will to establish the whole truth concerning these events.

15. The Working Group on Missing Persons chaired by the ICRC needs the wholehearted support of the international community to overcome the reluctance that exists on all sides. Such support should be offered not least in the interests of the missing persons' surviving relatives, whose anguish continues to form a significant obstacle to reconciliation.

16. We have already recalled the manner in which the allegations of organ trafficking were made public, assumed international dimensions, and prompted the Parliamentary Assembly to call for the preparation of this report. There was extensive discussion around the so-called "Yellow House" located in Rripe, near Burrel, in central Albania – to the point where this house appeared to have monopolised the public's attention. However, upon reflection, the house was merely one element among many in a far larger and more complex episode. It is true that the whole story seems to have begun with the revelations about the "Yellow House". In February 2004, an exploratory visit to the site was organised jointly by the ICTY and UNMIK, with the participation of a journalist. This visit cannot in fact be regarded as a proper forensic examination according to all the technical rules. Participants in the visit whom we interviewed explicitly condemned a certain lack of professionalism, particularly regarding the taking of samples and the recording of scientific observations. Nonetheless, the demeanour of some members of the K. family, who inhabit the house, raised a number of questions, notably about the differing and contradictory explanations they offered, one after the other, as to the presence of bloodstains (detected by use of Luminol) in the vicinity of a table in the main room. The family patriarch stated originally that farm animals had been slaughtered and cut up there. Another explanation given was that one of the women in the household had given birth to one of her children in the same place.

17. Neither the ICTY nor UNMIK, nor indeed the Albanian Public Prosecutor's Office, followed up this visit by conducting more thorough inquiries. Moreover, the Albanian investigator who took part in this site visit hastened to assert publicly that no leads of any kind had been found. The physical samples collected at the scene were subsequently destroyed by the ICTY, after being photographed, as the current Chief Prosecutor of the ICTY confirmed to me in a letter.¹⁴ We must permit ourselves to express astonishment that such a step was taken.

18. Nor did the team of the Special Prosecutor for War Crimes in Belgrade come up with very concrete results in this matter, notwithstanding their considerable efforts. The media whirlwind that surrounded the inquiry certainly did nothing to enhance its effectiveness. We thank the special prosecutor for his co-operation and readiness to assist.

19. The teams of international prosecutors and investigators in the EULEX mission charged with investigating the allegations of inhuman treatment, including those relating to possible instances of organ trafficking, have made some progress, notably towards proving the existence of secret KLA detention facilities in northern Albania, where murders are also alleged to have been committed. However, EULEX's inquiries have so far been hampered by a lack of co-operation on the part of the Albanian authorities, who have failed to respond to the specific, detailed requests for judicial assistance submitted to them. At the time of writing, EULEX has still not had access to the complete set of records compiled by the ICTY in this area of investigation.

20. A further investigation, also carried out by EULEX, into the case of the Medicus Clinic in Pristina, has been made similarly difficult by the delays on the part of the authorities of several Council of Europe member and observer countries in responding to EULEX requests for legal assistance.¹⁵ Considering the gravity of the acts alleged – trafficking in human organs, no less – such delays are incomprehensible and unconscionable. It should be recalled that the initial investigation had led to several arrests of suspects in November 2008. Arrest warrants have since been issued in respect of other suspects currently at large.¹⁶ This investigation serves as further proof of the existence in the region of criminal structures and networks, in which medical practitioners are also implicated, operating in the region as part of an international traffic in human organs, notwithstanding the presence of international forces. We believe that there are sufficiently serious and substantial indications to demonstrate that that this form of trafficking long pre-dates the Medicus case, and that certain KLA leaders and affiliates have been implicated in it previously. Certainly the indications are too strong to countenance any failure, at long last, to conduct a serious, independent and thorough inquiry.

21. We have learned at first hand how very difficult it is to reconstruct events in Kosovo during the troubled and chaotic period of 1999-2000. With the exception of a few EULEX investigators, there has been and remains a lack of resolve to ascertain the

truth of what happened during that period, and assign responsibilities accordingly. The raft of evidence that exists against certain top KLA leaders appears largely to account for this reluctance. There were witnesses to the events who were eliminated, and others too terrified by the mere fact of being questioned on these events. Such witnesses have no confidence whatsoever in the protective measures that they might be granted. We ourselves had to take meticulous precautions in respect of certain interlocutors to assure them of the strictest anonymity. We nevertheless found them trustworthy and were able to establish that their statements were confirmed by objectively verifiable facts. Our aim was not, however, to conduct a criminal investigation. But we can claim to have gathered evidence compelling enough to demand forcefully that the international bodies and the states concerned finally take every step to ensure that the truth is ascertained and the culprits clearly identified and called to account for their acts. The signs of collusion between the criminal class and high political and institutional office bearers are too numerous and too serious to be ignored. It is a fundamental right of Kosovo's citizens to know the truth, the whole truth, and also an indispensable condition for reconciliation between the communities and the country's prosperous future.

22. Before going into further detail regarding our investigations, I should like to express my appreciation to all those who helped me in carrying out this difficult and delicate assignment. First and foremost, I thank the committee secretariat, assisted by an outside expert, as well as the authorities of the states we visited, and the able, courageous investigative journalists who shared certain information with us. I also owe special gratitude to the persons who have trusted in our professionalism, not least in our earnest duty to protect their identities so as not to place them in any danger.

2. Introductory commentary on sources

23. In the course of our inquiry, we have obtained testimonial and documentary accounts from several dozen primary sources, notably including: combatants and affiliates of various armed factions that participated in the hostilities in Kosovo; direct victims of violent crimes committed in Kosovo and the surrounding territories; family members of missing or deceased persons; current and former representatives of international justice institutions with jurisdiction over the events in Kosovo [primarily the United Nations Mission in Kosovo (UNMIK), the European Union Rule of Law Mission (EULEX), and the International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia (ICTY)]; representatives of national justice systems, including prosecutors with

jurisdiction over events related to Kosovo [Office of the War Crimes Prosecutor in Belgrade; Office of the General Prosecutor in Tirana; prosecutors, police officers and state security officials in Pristina and in three surrounding states]; humanitarian agencies [including the International Committee of the Red Cross (ICRC)¹⁷ and the International Commission on Missing Persons (ICMP)]; and various members of civil society and human rights monitoring bodies who have investigated and reported on events related to Kosovo in the material period [including the Humanitarian Law Centre].

24. Naturally we have tried wherever possible to take these testimonies directly ourselves, either through on-the-record meetings or through confidential interviews, in the course of visiting Pristina, Tirana, Belgrade and other parts of the Balkan region. However, for a variety of reasons – including their “disappearance”, for security reasons, their relocation overseas, and the constraints of our official programme of meetings while on mission in the region – some of the sources who provided these testimonies have not been available to meet with us in person.

25. Moreover, we have faced the same obstacles when trying to obtain truthful testimony about the alleged crimes of Kosovar Albanians, as have other investigative bodies throughout the past decade. The entrenched sense of loyalty to one’s clansmen, and the concept of honour that was perhaps best captured in expert reporting to the ICTY in its deliberations in the case of Limaj et al.,¹⁸ rendered most ethnic Albanian witnesses unreachable for us. Having seen two prominent prosecutions undertaken by the ICTY leading to the deaths of so many witnesses, and ultimately a failure to deliver justice,¹⁹ a Parliamentary Assembly rapporteur with only paltry resources in comparison was hardly likely to overturn the odds of such witnesses speaking to us directly.

26. Numerous persons who have worked for many years in Kosovo, and who have become among the most respected commentators on justice in the region, counselled us that organised criminal networks of Albanians (“the Albanian mafia”) in Albania itself, in neighbouring territories including Kosovo and “the former Yugoslav Republic of Macedonia”, and in the Diaspora, were probably more difficult to penetrate than the *Cosa Nostra*; even low-level operatives would rather take a prison sentence of several decades, or a conviction for contempt, than turn in their clansmen.

27. Thus, out of necessity and only where appropriate, we have relied on audio and video recordings of interviews with key sources conducted by others. In such instances, we have undertaken every possible step to establish the identity, authenticity and credibility of the sources for ourselves; we have compared their testimonies with information from separate, independent sources of which they could have had no knowledge; and we have gained first-hand insights from the interviewers into the circumstances and conditions in which the interviews were conducted.

28. The interviewers who conducted these interviews include representatives of law enforcement authorities in several different countries, academic researchers, and investigative journalists of recognised repute and credibility. We have always insisted on corroboration of testimony.

3. Detailed findings of our inquiry

3.1. The overall picture

29. The overall picture that emerges from our inquiry differs dramatically in several respects from the conventional portrayal of the Kosovo conflict. Indeed, while there was certainly an intensely fought battle for the destiny of the territory of Kosovo, there were very few instances in which opposing armed factions confronted one another on any kind of military frontlines.

30. The abhorrent abuses of the Serb military and police structures in trying to subjugate and ultimately to expel the ethnic Albanian population of Kosovo are well known and documented.

31. The evidence we have uncovered is perhaps most significant in that it often contradicts the much-touted image of the Kosovo Liberation Army as a guerrilla army that fought valiantly to defend the right of its people to inhabit the territory of Kosovo.

32. While there were undoubtedly numerous brave soldiers in the KLA ranks who were willing to go to the warfront in the face of considerable adversity, and if necessary die for the cause of an independent Kosovar Albanian motherland, these fighters were not necessarily in the majority.

33. From the testimony we have managed to amass, the policy and strategy of some KLA leaders were much more complex than a simple agenda to overpower their Serb oppressors.

34. On the one hand, the KLA leadership coveted recognition and support from foreign partners including, notably, the United States Government. Towards this end, the KLA's internationally well-connected "spokesmen" had to fulfil certain promises to their partners and sponsors, and/or adhere to particular terms of engagement that were the *de facto* conditions of their receiving support from overseas.

35. On the other hand, though, a number of the senior commanders of the KLA have reportedly not failed to profit from the war, including by securing material and personal benefits for themselves. They wanted to secure access to resources for themselves and their family/clan members, notably through positions of power in political office or in lucrative industries such as petroleum, construction and real estate. They wanted to avenge what they perceived as historical injustices perpetrated against the Albanian population in the former Yugoslavia. And many of them were seemingly bent on profiteering to the maximum of their potential while they had operational control of certain lawless territories (namely in parts of southern and western Kosovo), and leverage – especially in terms of financial resources – with which to negotiate footholds for themselves in other territories (for example in Albania).

36. The reality is that the most significant operational activities undertaken by members of the KLA – prior to, during, and in the immediate aftermath of the conflict – took place on the territory of Albania, where the Serb security forces were never deployed.

3.2. KLA factionalism and the nexus with organised crime

37. For more than two years after its initial emergence in 1996, the KLA was regarded as a marginal, loosely organised insurgency, whose attacks on the Yugoslav state were held by Western observers to amount to acts of "terrorism".

38. Our sources close to the KLA, along with the testimonies of captured KLA members gathered by Serb police, confirm that the main locations at which KLA recruits congregated and trained were in northern Albania.

39. It is well established that weapons and ammunition were smuggled into parts of Kosovo, often on horseback, through clandestine, mountainous routes from northern Albania. Serb police attributed these events to criminal raids on the part of bandits who wanted to carry out terrorist acts against Serbian security forces. The Albanian

Kosovars and Albanian citizens who were involved in the smuggling operations presented them as heroic acts of resistance in the face of Serb oppression.

40. The domestic strengthening of the KLA, in terms of its fighting capability as well as its credibility among the Kosovo Albanian population, seemed to play out, especially in the course of 1998, along the same trajectory as the escalating brutality of the Serb military and police.

41. Yet only in the second half of 1998, through explicit endorsements from Western powers, founded on lobbying from the United States, did the KLA secure its pre-eminence in international perception as the vanguard of the Kosovar Albanian liberation struggle.

42. This perceived pre-eminence was the KLA's most valuable, indispensable asset. It spurred the wealthiest donors in the Albanian Diaspora to channel significant funds to the KLA. It bestowed individual KLA representatives with an enhanced authority to speak and act on behalf of the Kosovar Albanians as a whole. And it cast the KLA's leading personalities as the most likely power brokers in the Kosovo that would emerge from the war.

43. Indeed, the perception of KLA pre-eminence – largely created by the Americans – was a self-fulfilling prophecy, the bedrock upon which the KLA achieved actual ascendancy over other Kosovar Albanian political forces with designs on power, such as Ibrahim Rugova's Democratic League of Kosovo (LDK) and Bujar Bukoshi's "Government-in-exile".

44. According to our insider sources, the KLA fought just as hard, and devoted arguably more of its resources and political capital, to maintain its advantage over its ethnic Albanian rival factions as it did to carry out co-ordinated military actions against the Serbs.

45. At the same time, it should be restated, for emphasis, that the KLA was not a single, unitary combatant faction in the manner of a conventional Army. There was no formally appointed overall leader, or "commander-in-chief", whose authority was universally recognised by the other commanders and whose orders were met with compliance among all the rank and file.

46. Rather, as the struggle over Kosovo's future governance evolved and a full-blown conflict approached, the KLA was divided by a deep-rooted internal factionalism.

47. Important sources of division included divergent political ambitions, as well as disparate notions of the acceptable parameters of violent resistance, on the part of the KLA's most prominent personalities and leadership contenders.

48. Thus there emerged in 1998 and 1999, and particularly in the wake of the death of the KLA's celebrated peasant commander Adem Jashari,²⁰ several different KLA "splinter groups".

49. Each of these splinter groups was led by one of the KLA's self-proclaimed founder members. Each group comprised a loyal core of recruits and supporters, often drawn from among a few closely affiliated clans or families, and/or concentrated in an identifiable geographical territory of Kosovo. Each group identified their own leader as the brightest hope to lead the KLA's fight against the Serbs, and by extension, to achieve self-determination for the Kosovar Albanian people, whilst co-operating with the other KLA commanders on the basis of expediency.

50. Evidently it is the composition and leadership of these KLA "splinter groups", along with the pre-existing popularity of the Democratic League of Kosovo, which carried over beyond the liberation struggle and have essentially shaped the post-conflict political landscape of Kosovo.²¹

51. Incumbency of the highest executive offices in Kosovo has been shared among former leading KLA commanders for the last decade and most electoral political campaigns have been contested on the basis of the candidates' respective contributions to the liberation struggle, as well as their ability to promote the interests of the Kosovar Albanian people on an ongoing basis against known and unknown adversaries.

52. The various KLA "splinter groups" have been found to have developed and maintained their own intelligence structures, among other forms of self-preservation. Through whatever means available to them, and clearly on the fringes of the legal and regulatory systems, the keenest purveyors of this *de facto* form of continued KLA warfare have conducted surveillance of, and often sought to sabotage, the activities of their opponents and those who might jeopardise their political or business interests.²²

53. Furthermore, we found²³ that the structures of KLA units had been shaped, to a significant degree, according to the hierarchies, allegiances and codes of honour that prevail among the ethnic Albanian clans, or extended families, and which form a *de facto* set of laws, known as the Kanun, in the regions of Kosovo from which their commanders originated.

54. Based on analytical information we received from several international monitoring missions, corroborated by our own sources in European law enforcement agencies and among former KLA fighters, we found that the main KLA units and their respective zones of operational command corresponded in an almost perfect mirror image to the structures that controlled the various forms of organised crime in the territories in which the KLA was active.

55. Put simply, establishing which circle of KLA commanders and affiliates was in charge of a particular region where the KLA operated in Kosovo, and indeed in certain parts of the Albania, was the key to understanding who was running the bulk of the particular trafficking or smuggling activity that flourished there.

56. Most pertinent to our research, we found that a small but inestimably powerful group of KLA personalities apparently wrested control of most of the illicit criminal enterprises in which Kosovar Albanians were involved in the Republic of Albania, beginning at the latest in 1998.

57. This group of prominent KLA personalities styled itself as the “Drenica Group”, evoking connections with the Drenica Valley in Kosovo,²⁴ a traditional heartland of ethnic Albanian resistance to Serb oppression under Milosevic, and the birthplace of the KLA.

58. We found that the “Drenica Group” had as its chief – or, to use the terminology of organised crime networks, its “boss” – the renowned political operator and perhaps most internationally recognised personality of the KLA, Hashim Thaqi.²⁵

59. Thaqi can be seen to have spearheaded the KLA’s rise to pre-eminence in the lead-up to the Rambouillet negotiations, both on the ground in Kosovo, and overseas. He also did much to foment the bitter internal factionalism that characterised the KLA throughout 1998 and 1999.

60. On the one hand, Thaqi undoubtedly owed his personal elevation to having secured political and diplomatic endorsement²⁶ from the United States and other

Western powers, as the preferred domestic partner in their foreign policy project in Kosovo. This form of political support bestowed upon Thaqi, not least in his own mind, a sense of being “untouchable” and an unparalleled viability as Kosovo’s post-war leader-in-waiting.

61. On the other hand, according to well-substantiated intelligence reports that we have examined thoroughly and corroborated through interviews in the course of our inquiry, Thaqi’s “Drenica Group” built a formidable power base in the organised criminal enterprises that were flourishing in Kosovo and Albania at the time.

62. In this regard, Thaqi reportedly operated with support and complicity not only from Albania’s formal governance structures, including the Socialist Government in power at the time, but also from Albania’s secret services and from the formidable Albanian mafia.

63. Many KLA commanders remained on Albanian territory, some even operating out of the Albanian capital Tirana, throughout the ensuing hostilities and beyond.

64. During the period of the NATO aerial bombardment, which lasted several weeks, perhaps the principal shift in the balance of power in Kosovo occurred as a result of the influx of foreigners into the region, in both overt and implicit support of the KLA cause. Unable to gain access directly to the territory of Kosovo, most of this foreign support was channelled through Albania.

65. In tacit acknowledgement of the safe harbour afforded to them by the sympathetic Albanian authorities, but also because it was more practical and more convenient for them to continue operating on the terrain with which they were familiar, several of the KLA’s key commanders allegedly established protection rackets in the areas where their own clansmen were prevalent in Albania, or where they could find common cause with established organised criminals involved in such activities as human trafficking, sale of stolen motor vehicles, and the sex trade.

66. Notably, in confidential reports spanning more than a decade, agencies dedicated to combating drug smuggling in at least five countries have named Hashim Thaqi and other members of his “Drenica Group” as having exerted violent control over the trade in heroin and other narcotics.²⁷

67. Similarly, intelligence analysts working for NATO, as well as those in the service of at least four independent foreign governments,²⁸ made compelling findings through their intelligence-gathering related to the immediate aftermath of the conflict in 1999. Thaqi was commonly identified, and cited in secret intelligence reports, as the most dangerous of the KLA's "criminal bosses".²⁹

68. Several further known members of Thaqi's "Drenica Group" have been indicated to us in the course of our research to have played vital roles as co-conspirators in various categories of criminal activity. They include Xhavit Haliti, Kadri Veseli, Azem Sylaj and Fatmir Limaj. All of these men have been investigated repeatedly in the last decade as suspects in war crimes or organised criminal enterprises, including in major cases led by prosecutors under UNMIK, the ICTY³⁰ and EULEX. To the present day, however, all of them have evaded effective justice.

69. Everything leads us to believe that all of these men would have been convicted of serious crimes and would by now be serving lengthy prison sentences, but for two shocking dynamics that have consolidated their impunity: first, they appear to have succeeded in eliminating, or intimidating into silence, the majority of the potential and actual witnesses against them (both enemies and erstwhile allies), using violence, threats, blackmail and protection rackets; and second, there has been faltering political will on the part of the international community to effectively prosecute the former leaders of the KLA. This also seems to have allowed Thaqi – and by extension the other members of the "Drenica Group" – to exploit their position in order to accrue personal wealth totally out of proportion with their declared activities.

70. Thaqi and these other "Drenica Group" members are consistently named as "key players" in intelligence reports on Kosovo's mafia-like structures of organised crime.³¹ I have examined these diverse, voluminous reports with consternation and a sense of moral outrage.

71. What is particularly confounding is that all of the international community in Kosovo – from the Governments of the United States and other allied Western powers, to the European Union-backed justice authorities – undoubtedly possesses the same, overwhelming documentation of the full extent of the Drenica Group's crimes,³² but none seems prepared to react in the face of such a situation and to hold the perpetrators to account.

72. Our first-hand sources alone have credibly implicated Haliti, Veseli, Sylja and Limaj, alongside Thaqi and other members of his inner circle, in having ordered – and in some cases personally overseen – assassinations, detentions, beatings and interrogations in various parts of Kosovo and, of particular interest to our work, in the context of KLA-led operations on the territory of Albania, between 1998 and 2000.

73. Members of the “Drenica Group” are also said to have asserted control of substantial funds placed at the disposal of the KLA to support its war effort.³³ In several instances, this group was allegedly able to strike deals with established international networks of organised criminals, enabling expansion and diversification into new areas of “business”, and the opening of new smuggling routes into other parts of Europe.

74. Specifically, in our determination, the leaders of the “Drenica Group” seem to bear the greatest responsibility for two sets of unacknowledged crimes described in this report: for running the KLA’s ad hoc network of detention facilities on the territory of Albania;³⁴ and for determining the fate of the prisoners who were held in those facilities, including the many abducted civilians brought over the border into Albania from Kosovo.

75. In understanding how these crimes descended into a further form of inhumanity, namely the forcible extraction of human organs for the purposes of trafficking, we have identified another KLA personality who apparently belongs to the leading co-conspirators: Shaip Muja.

76. Up to a point, Shaip Muja’s personal biography in the liberation struggle of the Kosovar Albanians resembles those of other “Drenica Group” members, including Hashim Thaqi himself: from student activist in the early 1990s,³⁵ to one of an elite group of KLA “co-ordinators” based in Albania,³⁶ to Cabinet member of the Provisional Government of Kosovo, and leading commander in the post-war Kosovo Protection Corps (KPC),³⁷ reinvented as a civilian politician in the Democratic Party of Kosovo (PDK) and, finally, becoming an influential office holder in the current Kosovo authorities.³⁸

77. The common thread running through all of Muja’s roles is his involvement in the medical sector. We do not take it lightly that he presents himself, and is accepted in many quarters, as “Dr Shaip Muja”: purportedly not only a medical doctor and general surgeon, but also a humanitarian and progressive practitioner.³⁹

78. We have uncovered numerous convergent indications of Muja's central role for more than a decade in far less laudable international networks, comprising human traffickers, brokers of illicit surgical procedures and other perpetrators of organised crime.

79. These indications and elements of proof have prompted us to suspect that Muja has derived much of his access, his cover and his impunity as an organised criminal from having maintained an apparently legitimate medical "career" in parallel. There is an analogy to be drawn here with the way that Thaqi and other "Drenica Group" members have used their own roles in public office, and often in international diplomacy. The difference in Muja's case is that his profile in organised crime is scarcely known outside of the criminal networks he has worked with and the few investigators who have tracked them.

80. According to the testimonies of our sources who were party to KLA operations in Albania, as well as other military and political compatriots who know Shaip Muja intimately, Muja managed to acquire and retain crucial behind-the-scenes influence over the affairs of the KLA in the defining period in the late 1990s when it was garnering international support.

81. Then, in the period of hostilities in northern Albania and around the Kosovo border, coinciding with the NATO intervention in 1999, Muja, in common with most of his fellow KLA commanders, reportedly stayed well clear of the frontlines, maintaining the KLA's operational power base in Tirana.

82. Together with Haliti and Veseli, in particular, Muja became involved in finding innovative ways to make use of, and to invest, the millions of dollars of "war funds" that had been donated to the KLA cause from overseas. Muja and Veseli reportedly also began, on behalf of the "Drenica Group", to make connections with foreign private military and private security companies.⁴⁰

83. We found it particularly relevant that Thaqi's "Drenica Group" can be seen to have seized such advantage from two principal changes in circumstances after 12 June 1999.

84. First, the withdrawal of the Serb security forces from Kosovo had ceded into the hands of various KLA splinter groups, including Thaqi's "Drenica Group",

effectively unfettered control of an expanded territorial area in which to carry out various forms of smuggling and trafficking.

85. KFOR and UNMIK were incapable of administering Kosovo's law enforcement, movement of peoples, or border control, in the aftermath of the NATO bombardment in 1999. KLA factions and splinter groups that had control of distinct areas of Kosovo (villages, stretches of road, sometimes even individual buildings) were able to run organised criminal enterprises almost at will, including in disposing of the trophies of their perceived victory over the Serbs.

86. Second, Thaqi's acquisition of a greater degree of political authority (Thaqi having appointed himself Prime Minister of the Provisional Government of Kosovo) had seemingly emboldened the "Drenica Group" to strike out all the more aggressively at perceived rivals, traitors, and persons suspected of being "collaborators" with the Serbs.

87. Our sources told us that both KLA commanders and rank-and-file members were exasperated by the heavy toll inflicted on the ethnic Albanian population of Kosovo, particularly in 1998 and early 1999 before and during the NATO intervention. As the Serb police and paramilitary forces retreated from Kosovo in June 1999, KLA units from northern Albania were deployed into Kosovo with the ostensible objective of "securing the territory", but fuelled by an irrepressible anger, and even vengeance, towards anyone whom they believed had contributed towards the oppression of the ethnic Albanian people.

88. Serb inhabitants of predominantly ethnic Albanian communities quickly became targets for revenge. Other targets included anybody suspected – even upon the basis of baseless accusations by members of rival clans or persons who held long-standing vendettas against them – of having "collaborated with" or served Serb officialdom. In a door-to-door campaign of intimidation, KLA foot soldiers were ordered to collect names of persons who had worked for the ousted authorities of the Federal Republic of Yugoslavia (in however trivial an administrative function), or whose relatives or associates had done so. Into this category of putative "collaborators" fell large numbers of ethnic Albanians, as well as Roma and other minorities.

89. Against this background, our account of abuses committed by KLA members and affiliates in Albania goes well beyond one-off aberrations on the part of rogue or

renegade elements within an otherwise disciplined fighting force. On the contrary, we find these abuses widespread enough to constitute a pattern.

90. While certain acts speak to a particular brutality or disregard for the victims on the part of individual perpetrators, we find that in their general character these abuses were seemingly co-ordinated and covered up according to a premeditated, albeit evolving, overarching strategy on the part of the leadership of the "Drenica Group".

91. In general terms, the abuses were symptomatic of the prevalence of organised criminality inside the KLA's dominant internal faction. Holding persons captive in makeshift places of detention, outside the knowledge or reach of authority, and contriving ways of silencing anyone who might have found out about the true nature of the illicit activities in which the captors are engaged, count as tried and trusted methodologies of most mafia structures – and the "Drenica Group" was no different.

92. The "Drenica Group" itself apparently evolved from being part of an armed force, the KLA (ostensibly engaged in a war of liberation), into a conspicuously powerful band of criminal entrepreneurs (albeit one with designs on a form of "state capture"). In parallel, we have detected a transformation in the Group members' activities in one particular area of operations: detention facilities and the inhuman treatment of captives.

3.3. Detention facilities and inhuman treatment of captives

93. In the course of our inquiry, we have identified at least six separate detention facilities on the territory of the Republic of Albania, situated across a territory that spans from Cahan at the foot of Mount Pashtrik, almost at the northernmost tip of Albania, to the beachfront road in Durres, on the Mediterranean coast in the West of Albania.

94. The KLA did not have outright, permanent control of any part of this territory during the relevant time, but nor did any other agency or entity that might have been willing, or able, to enforce the law.

95. In particular, the lacuna in law enforcement was a reflection on the failure of the Albanian police and intelligence services to curb the mafia-like banditry and impunity of certain KLA units that had stationed themselves in northern and central Albania around the period of the conflict. The KLA's senior regional commanders were, in their respective areas of control, a law unto themselves.

96. The locations of the detention facilities about which we received testimony directly from our sources – corroborated by elements of proof gathered through the efforts of investigative journalists (some of which dates back ten years or more), and more recently through the efforts of EULEX investigators and prosecutors – included: Cahan, Kukës, Bicaj (vicinity), Burrel, Rripe (a village south-west of Burrel in Mat District), Durres and, perhaps most important of all for the purposes of our specific mandate, Fushë-Krujë.

97. We were able to undertake visits to the sites of two such KLA detention facilities in Albania in the course of our inquiry, although we did not enter the facilities themselves. Additionally, in respect of at least four other such facilities that we know to have existed, we have heard first-hand testimony from multiple persons whom we have confirmed as having visited one or more of the facilities in person, either at the time that they were actively being used by the KLA or on monitoring missions since.

98. The detention facilities in question were not resorted to independently or as self-standing entities. Rather, these detention facilities existed as elements of a well-established, co-ordinated and joined-up network of unlawful activity, of which certain senior KLA commanders maintained control and oversight. The common denominator between all of the facilities was that civilians were held captive therein, on Albanian territory, in the hands of members and affiliates of the KLA.

99. The graphic map included in this report depicts the locations at which we know such detention facilities existed, along with the transport routes connecting them.

100. There were, nonetheless, considerable differences in the periods and purposes for which each of these detention facilities was used. Indeed, it is evident that each detention facility had its own distinct “operational profile”, including with regard to: the manner of the relationships formed or deals made to enable detentions and related operations to take place there at different times, the character and composition of the groups of captives held there, the means by which the captives arrived there, and the fates awaiting those captives during and at the end of their respective periods of detention.

101. We shall begin by describing some of the general characteristics of KLA detentions in wartime (some of which seem to meet the threshold for war crimes) and post-conflict detentions carried out by KLA members and affiliates (which appear to

constitute an organised criminal enterprise). Thereafter, we will examine more closely what happened at each of the detention facilities on the territory of Albania.

3.3.1. KLA detentions in wartime – First subset of captives: the “prisoners of war”

102. In the period between April and June 1999, KLA detentions on Albanian territory were discernibly based on the perceived strategic imperatives of fighting a guerrilla war.

103. During the time of war and the attendant mass movements of refugees into Albania, the KLA reportedly implemented a policy under which all persons suspected of having the slightest knowledge about the acts of Serb authorities, particularly those who were suspected of having been “collaborators”, should be subjected to “interrogation”.

104. We were told that this policy was supported actively on the territory of Albania by powerful elements within the Albanian national intelligence apparatus, including SHIK (now SHISH) and military intelligence, some of whose members even participated in asking questions of captives held at KLA detention camps. However, the driving force behind the policy was Kadri Veseli (alias Luli), a lynchpin of the "Drenica Group".

105. The detention facilities at which the “interrogations” purportedly took place – particularly those closer to the border with Kosovo – doubled as military “bases” or “camps” at which training exercises were performed and from which frontline troops were dispatched, or re-supplied with arms and ammunition. They included disused or appropriated commercial properties (including a hotel and a factory) in or on the outskirts of larger provincial towns, which had essentially been given over to the KLA by sympathetic Albanians who supported the patriotic cause.

106. At times these wartime camps were used simultaneously as detention facilities and other purposes, such as: parking vehicles or storing caches of military hardware, stockpiling of logistics or supplies like uniforms and rifles, conducting repairs on broken-down vehicles, treating injured comrades or for holding meetings between different KLA commanders.

107. For the most part, however, the captives were purportedly kept separate from what might have been considered as conventional “wartime” activities, and indeed

the captives were largely insulated from exposure to most KLA fighters or external observers who might have visited the KLA's bases.

108. If all of the captives detained in KLA facilities on the territory of Albania were divided into subsets of the overall group according to the fates they met, then in our understanding the smallest subset of all comprises the “prisoners of war”: those who were held purely for the duration of the Kosovo conflict, many of whom escaped or were released from Albania, returned home safely to Kosovo, and are alive today.

109. We are aware of there being “survivors” in this category, who have gone on to bear witness to the crimes of individual KLA commanders, who were held in facilities at one or more of the following three detention locations:

- Cahan: KLA camp close to the Kosovo warfront, also used as a “jump station” from which to deploy troops;
- Kukes: former metal factory converted into a multi-purpose KLA facility, including at least two “cellblocks” to house detainees;
- Durres: KLA interrogation site at the back of the Hotel Drenica, the KLA's headquarters and recruitment centre.

110. Based on source testimonies, along with material contained in indictments issued by the Office of the Special Prosecutor for the Republic of Kosovo, we estimate that a cumulative total of at least 40 persons, each held in one or more of the three above-named detention locations, were detained by the KLA⁴¹ and have survived to the present day.

111. This subset comprised mostly ethnic Albanian civilians – as well as some KLA recruits – suspected of being “collaborators” or traitors, either on the premise that they had spied for the Serbs or because they were thought to have belonged to, or supported, the KLA's political and military rivals, especially the LDK and the emergent Armed Forces of the Republic of Kosovo (FARK).⁴²

112. Persons in this subset were targeted primarily for interrogation and several have described being asked questions while being treated roughly by KLA and Albanian intelligence officers. However, during further periods of detention that went on to last from a few days to more than a month, most of these captives were ultimately

beaten and mistreated gratuitously by their captors, in what appeared to be measures of punishment, intimidation and terror.

113. The KLA commanders accused of having been in charge of these detention locations included Sabit Geqi, Riza Alija (alias “Commander Hoxhaj”) and Xhemshit Krasniqi. All three men featured prominently in previous UNMIK investigations into war crimes in northern Albania; all three have now been named in indictments of the Office of the Special Prosecutor of Kosovo and should soon stand trial in the Kosovo District Court;⁴³ their properties have been extensively searched.

114. The evidence gathered in the course of these processes seem to indicate that these KLA operatives – along with their Regional Commander for northern Albania, the now deceased Xheladin Gashi – were aligned with the “Drenica Group”, under the direction of Hashim Thaqi, and were acting in concert with, among others, Kadri Veseli.

3.3.1.1. Case study on the nature of the facilities: Cahan

115. The camp in Cahan was the furthest north of all the facilities in Albania used by the KLA, and was accordingly most closely tied to activities at the warfront.⁴⁴ We have found no indication that captives were taken out of Cahan to other detention facilities in Albania, although we cannot rule it out.

116. It seems that the deeper into Albanian territory a facility’s physical location, the less directly it related to the KLA’s war effort and the more entrenched its connection proved to be with the underworld of organised crime.

117. We found it telling that persons who described having been held captive and mistreated at Cahan had largely been apprehended in an arbitrary and relatively spontaneous fashion, often in the course of KLA patrols in the vicinity of the camp itself or at checkpoints on the border crossing between Kosovo and Albania.

118. The persons in this first subset were apparently mostly released when warfront hostilities ceased and the Serb security forces had withdrawn from their positions inside Kosovo, in June 1999. The survival of these captives in significant numbers is demonstrated not least by the listing of more than a dozen named persons with the status of “injured parties/witnesses” in criminal proceedings against the commanders of the Cahan and Kukes sites.

3.3.1.2. Case study on the nature of the facilities: Kukës

119. Among the specific sites at which civilian captives were secretly detained in the custody of the KLA, we obtained extensive details about a KLA base at a disused factory building on the outskirts of the northern Albanian town of Kukes.

120. Two first-hand witnesses explained to us how prisoners had been brought to the Kukes site, where they were thrown into makeshift cellblocks, left in insanitary conditions without food and water, and were visited periodically by KLA soldiers to be questioned under harsh treatment, or indiscriminately beaten.

121. The extent of the ill-treatment suffered by prisoners at this facility has been meticulously documented, *inter alia*, by Kosovar and international personnel working in the Office of the Special Prosecutor of Kosovo. In statements given to prosecutors in 2009 and 2010, more than ten individuals – almost all of them ethnic Albanians – described having been detained indefinitely, struck brutally with sticks and other objects, and subjected to various forms of inhuman treatment at the Kukes site. Several witnesses stated that screams of agony from persons held in separate sets of cellblocks could be heard filtering through the corridors.

122. The Government of Albania has stated that there are no bodies of deceased persons related to the Kosovo conflict buried on the territory of Albania, and indeed that there never were. The case of Kukes proves that this claim is manifestly untrue.

123. First, there are bodies that were cast into rivers in Kosovo and have been carried downstream over the border into Albania. The exhumation of such bodies and the recovery of their remains by representatives of the Office of Missing Persons and Forensics in Kosovo would be relatively “uncontroversial” – but even intervention on these cases has been strongly resisted by the Albanian authorities.

124. Second, there are known individual cases in which the bodies of murdered Kosovars have been identified as having been interred in Albania. These cases have led – in instances documented by both Albanian and international journalists, and made known to us – to prolonged, albeit discreet, negotiations between the families of these Kosovars and the authorities administering the cemetery site(s) in Albania. Ultimately, and of particular note, in one case explained to us in detail by a first-hand source, bodies have been exhumed and repatriated to Kosovo for a proper burial by the families. The Albanian authorities told us that they knew of no such cases.

125. Third, there are allegations of the existence of mass grave sites on Albanian territory. The Serbian War Crimes Prosecutors' Office stated to us that they have in their possession satellite photographs of the areas in which these mass graves are located – but up to now, the sites themselves have not yet been found, despite a formal request made by the Serbian authorities to the Albanian authorities to carry out searches.

126. We obtained records from the local cemetery in Kukes, which seem to carry a significant confirmation: bodies of persons from Kosovo had indeed been buried in northern Albania. The most important document was a five-page “List of deceased immigrants from Kosovo, 28 March 1999 – 17 June 1999”, which was prepared by the Supervisor of Public Services in the Municipality of Kukes, northern Albania.

127. The document has subsequently been admitted as evidence in the District Court of Mitrovica, Kosovo, upon submission of the Special Prosecutors' Office of Kosovo. One of the deceased persons on the list – Anton Bisaku, featured at No. 138 – was found to have been among the known victims of secret detention and inhuman treatment at the KLA facility located in Kukes, Albania.

128. According to an indictment issued in August 2010, Bisaku and an unspecified number of other civilians held in detention in Kukes were “repeatedly beaten and struck with sticks and batons, kicked, verbally abused and tortured”. In charging the defendant Sabit Geci with “War Crimes Against Civilian Population”, including “the killing of a civilian at Kukes, one Anton Bisaku who was beaten and shot”, the EULEX Special Prosecutor stated that Bisaku was “killed as a result of gunfire directed at him during a session of inhuman treatment, beating and torture which occurred on or about 4 June 1999”.

3.3.2. Post-conflict detentions carried out by KLA members and affiliates

129. After 12 June 1999, Kosovar Albanians continued to detain persons for a variety of motives, including revenge, punishment and profit. The perpetrators – all of whom were, according to our sources, KLA members and affiliates – thereafter fashioned their own novel means of apprehending and abusing civilians, and transporting them out of Kosovo to new detention facilities in Albania, distinct from those that had been operated by the KLA in wartime.

130. In the months directly after the declared end of the Kosovo conflict in June 1999, members and affiliates of the KLA purportedly delivered scores of persons they had abducted into secret detention on Albanian territory.

131. It is of grave concern to us, and should be a priority for investigation and resolution on the part of the Albanian authorities, that the vast majority of the persons whom we found to have been so treated remain unaccounted for to the present day, including numerous ethnic Albanians.

132. According to our information, there was not just one facility in Albania at which this post-conflict form of secret detention took place – there was a whole ad hoc network of such facilities, joined up by frequent journeys between them on Albania's provincial roads, and across the porous, chaotic (especially at the time of the mass refugee movements in mid-1999) border between Kosovo and Albania.

133. We were able to access corroborated, first-hand testimony from former KLA fighters and auxiliaries who carried out multiple transports into and between the facilities named in our report, as well as transports of captives out of most of them.

134. On these journeys, KLA recruits and affiliates reportedly drove unmarked private vehicles, including trucks and vans, sometimes in convoys, between one facility and the next. They transported KLA personnel and logistics, provisions of food, alcohol or cigarettes, and groups of women who would be exploited for sex. Most significantly, in the months from July 1999 until as late as August 2000, they also transported captives.

135. The facilities in which captives were detained in the post-conflict period differed in character from the wartime facilities: we have found that they were primarily rustic private residences in rural or suburban areas, including traditional Albanian farmhouses and their storage barns.

136. There was, in addition, at least one custom-built element to the post-conflict network of detention facilities, which was unique in appearance and purpose. It constituted a state-of-the-art reception centre for the organised crime of organ trafficking. It was styled as a makeshift operating clinic, and it was the site at which some of the captives held by KLA members and affiliates had their kidneys removed against their will. According to our sources, the ringleaders of this criminal enterprise

then shipped the human organs out of Albania and sold them to private clinics overseas as part of the international “black market” of organ-trafficking for transplantation.

3.3.2.1. Second subset of captives: the “disappeared”

137. The captives in this subset were victims of enforced disappearance: none has been seen, heard of or accounted for, since being abducted from Kosovo, in the weeks and months directly after 12 June 1999.

138. The orchestrators of this post-conflict criminal enterprise had apparently put in place a process of filtering, whereby a smaller number of captives was picked out selectively from each larger group and moved on to somewhere else. The evidence suggests that the rationale behind the process of filtering captives in this manner was linked to a determination of the suitability of the chosen captives for the use that awaited them.

139. Factors thought to have played into the filtering process, as recounted to us by multiple sources, included age, sex, state of health, and indeed the ethnic origin of the captives, ethnic Serbs having been targeted primarily.

140. We heard numerous references to captives not merely having been handed over, but also having been “bought” and “sold”. It was as a result of these references that we tried to understand more clearly the intersection between the abductions and undeclared detentions in the context of the conflict, and the activities of organised crime, which was and still is prevalent in many sectors of daily life in the region.

3.3.2.1.1. Case study on the nature of the facilities: Rripe

141. In the course of our inquiry, we established that at least three sources whose testimonies we obtained were unquestionably physically present at the house of the K. family in Rripe near Burrel (the much-cited “yellow house”) in the context of KLA criminal enterprises.

142. Each of these sources was able to recount unique and specific details regarding the precise location and appearance of the house, the background of its proprietor, the KLA personnel posted there, and the character and commandship of the illegal activities that took place in the house in the period from 1999 to 2000.

143. Based upon these source testimonies, it can be concluded that the K. house was occupied by, and under the control of the KLA, which was part of a network that operated throughout most of the northern half of Albania.

144. A small group of KLA commanders reportedly ordered and oversaw multiple deliveries of civilian captives to the K. house over a period of up to a year, from July 1999 until mid-2000. Most of these captives had been abducted from the provincial areas of southern Kosovo and brought into Albania using the methods of transportation described in this report. Unlike those held in Kukes, the captives brought to Rripe were predominantly ethnic Serbs.

145. In addition, sources close to the KLA spoke of a large number of trafficked women and girls being brought to the K. house, where they were exploited for sex not only by the KLA personnel, but also by some of the menfolk in the Rripe community.

146. During the period in which the KLA maintained a presence at the K. house, the silence of the inhabitants of Rripe as to the presence of KLA units and their activities was obtained by threats, but also by “pay-offs”, including significant sums of money, as well as free access to alcohol, drugs and prostitutes.

147. There are substantial elements of proof that a small number of KLA captives, including some of the abducted ethnic Serbs, met their death in Rripe, at or in the vicinity of the K. house. We have learned about these deaths not only through the testimonies of former KLA soldiers who said they had participated in detaining and transporting the captives while they were alive, but also through the testimonies of persons who independently witnessed the burial, disinterment, movement and reburial of the captives’ corpses, both while the KLA was occupying the K. house, and in the period after the KLA had vacated the K. house and the family inhabitants had returned.

148. Our findings in relation to the K. house appear to corroborate, to a large extent, the findings made by a team of investigative journalists working for the United States-based documentary producers “American Radio Works”. These findings were summed up in a confidential internal memo submitted to UNMIK in 2003, which in turn gave rise to the investigative mission to the K. house referred to above.

149. Yet, the testimonies we gathered also revealed a dimension to the KLA's operations at the K. house that had not previously been reported, either by the American

Radio Works team, or in the memoirs of former ICTY Chief Prosecutor Carla Del Ponte, or in the successive “revelations” in the media.

150. KLA operatives in fact not only dropped off captives at Rripe, but apparently also picked up captives from Rripe, for transportation onwards to different detention facilities. According to the testimonies of drivers involved in transporting the captives, some of the persons they picked up at Rripe were the same persons they had brought from Kosovo, while others had arrived at Rripe from a different and unknown provenance, which the drivers never found out.

151. The K. house was therefore not the endpoint, or ultimate destination, in this joined-up network of detention facilities and captive transports. Its precise role, its importance to the whole operation, was perhaps previously misconstrued.

152. The K. house appears in fact to have had the character of more of a “way station”, at which captives were held in transit to their ultimate fate, and according to certain sources, subjected to apparently strange forms of “processing”/“filtering”, including the testing of their blood and physical condition.

3.3.2.1.2. Observations on the conditions of detention and transport

153. Captives were reportedly held incommunicado under constant armed guard at these detention facilities, either in rooms that were part of the main buildings, or in barns, garages, warehouses or other adjoining structures designed for storage.

154. During the transport between these buildings, captives were routinely bundled into vans and trucks, restrained by binding their hands behind their backs, and tied to internal fixtures of the vehicle.

155. The drivers of these vans and trucks – several of whom would become crucial witnesses to the patterns of abuse described – saw and heard captives suffering greatly during the transports, notably due to the lack of a proper air supply in their compartment of the vehicle, or due to the psychological torment of the fate that they supposed awaited them.

3.3.2.2. Third subset of captives: the “victims of organised crime”

156. The last and most conspicuous subset of captives in the post-conflict period, not least because its fate has been greatly sensationalised and widely misunderstood, comprises the captives we regard as having been the “victims of

organised crime”. Among this subset are a handful of persons whom we found were taken into central Albania to be murdered immediately before having their kidneys removed in a makeshift operating clinic.

157. The captives in this subset undoubtedly endured a most horrifying ordeal in the custody of their KLA captors. According to source testimonies, the captives “filtered” into this final subset were initially kept alive, fed well and allowed to sleep, and treated with relative restraint by KLA guards and henchmen who would otherwise have beaten them up indiscriminately.

158. The captives were, as we were told, each moved through at least two transitory detention facilities, or “way stations”, before being delivered to the operating clinic. These “way stations”, apparently controlled by KLA operatives and affiliates aligned to the “Drenica Group”, were situated *inter alia* in the following detention locations:

- Bicaj (vicinity): an apparently privately-owned house in a small village south of Bicaj, in a rural setting not far removed from the main road towards Peshkopi;

- Burrel: on the outskirts of the town of Burrel, a compound containing at least two individual structures in which captives were locked up, as well as a house in which operatives congregated and rested;

- Rripe: the two-storey, self-standing farmhouse referred to as the K. house, or the “Yellow House”, which was subject to a combined UNMIK/ICTY forensic site visit in 2004 after being identified by investigative journalists;

- Fushë-Krujë: another detached, two-storey farmhouse removed from the main roads and enclosed within a large compound, which reportedly served as a “safe house” not only for KLA affiliates, but for other groups of organised criminals involved in smuggling drugs and trafficking in human beings.

3.3.2.2.1. Case study on the nature of the facilities: Fushë-Krujë

159. It was in the last of the locations discovered in our investigations, Fushë-Krujë, that the process of “filtering” purportedly reached its end point, and the small, select group of KLA captives who were brought this far met their death.

160. There are strong indications, from source testimonies we have obtained, that in the process of being moved through the transitory sites, at least some of these

captives became aware of the ultimate fate that awaited them. In detention facilities where they were held in earshot of other trafficked persons, and in the course of being transported, some of these captives are said to have pleaded with their captors to be spared the fate of being “chopped into pieces”.⁴⁵

161. At the latest, when their blood was drawn by syringe for testing (a step that appears to have been akin to “tissue typing”, or determining levels of organ transplantation compatibility), or when they were physically examined by men referred to as “doctors”, the captives must have been put on notice that they were being treated as some form of medical commodity. Sources described such tests and examinations having been undertaken in both Rripe and Fushë-Krujë.

162. The testimonies on which we based our findings spoke credibly and consistently of a methodology by which all of the captives were killed, usually by a gunshot to the head, before being operated on to remove one or more of their organs. We learned that this was principally a trade in “cadaver kidneys”, that is to say the kidneys were extracted posthumously; it was not a set of advanced surgical procedures requiring controlled clinical conditions and, for example, the extensive use of anaesthetic.

163. We learned from distinct and independent KLA insider sources about diverse elements and perspectives of the organ-trafficking ring in action: on the one hand, from the perspective of drivers, bodyguards and other “fixers” who performed logistical and practical tasks aimed at delivering the human bodies to the operating clinic; and on the other hand, from the perspective of the “organisers”, the criminal ringleaders who, as alleged, entered business deals to provide human organs for transplantation purposes in return for handsome financial rewards.

164. The practical dimension of the trafficking enterprise was relatively simple. Captives brought as far as the Fushë-Krujë area (which entailed an arduous drive of several hours onwards from Rripe or Burrel) were first held in the “safe house” facility. The proprietor of this property was an ethnic Albanian who allegedly shared both clan ties and organised criminal connections with members of the “Drenica Group”.⁴⁶

165. As and when the transplant surgeons were confirmed to be in position and ready to operate, the captives were brought out of the “safe house” individually,

summarily executed by a KLA gunman, and their corpses transported swiftly to the operating clinic.

166. The surgical procedures thereupon performed – cadaver kidney extractions, rather than surgeries on live donors – are the most common means through which donor organs and tissues are acquired for transplant purposes, except for the criminal method of obtaining the cadavers. Eminent organ transplantation experts whom we have consulted during our inquiry described these procedures to us as efficient and low risk.⁴⁷

167. Sources stated that the Fushë-Krujë axis was chosen to host these facilities because of its proximity to the main airport servicing Tirana. The facilities at the hub of this organ-trafficking ring – the “safe house” and the operating clinic – therefore offered accessibility for incoming international visitors and outgoing shipments alike.

4. Medicus clinic

168. In the course of our inquiry we have uncovered certain items of information that go some way beyond our findings as presently reported. This information appears to depict a broader, more complex organised criminal conspiracy to source human organs for illicit transplant, involving co-conspirators in at least three different foreign countries besides Kosovo, enduring over more than a decade. In particular, we found a number of credible, convergent indications that the organ-trafficking component of the post-conflict detentions described in our report is closely related to the contemporary case of the Medicus Clinic, not least through prominent Kosovar Albanian and international personalities who feature as co-conspirators in both. However, out of respect for the ongoing investigations and judicial proceedings being led by EULEX/the Office of the Special Prosecutor of Kosovo, we feel obliged at this moment to refrain from publishing our findings in this regard. Suffice to say, we encourage all the countries whose nationals appear in the indictment regarding Medicus to do their utmost to halt this shameful activity and assist in bringing its orchestrators and co-conspirators to justice.

5. Reflections on the “glass ceiling of accountability” in Kosovo

169. Our inquiry has found that there exists a “glass ceiling of accountability” with regard to the investigations currently being undertaken, and the indictments thus far issued, under the auspices of the Special Prosecutor's Office in Kosovo.

170. There seem to be two principal impediments to the quest for justice on behalf of the Kosovo people, as it is being led by the Special Prosecutor's Office of the Republic of Kosovo. The first problem is that the de facto reach of the investigations is carefully managed and restricted by the Kosovo authorities; their collaboration with EULEX therefore suffers from a profound lack of confidence.⁴⁸

171. Second, these men would apparently rather accept justice in the courts for their alleged roles in the running of illicit detention camps and the trafficking of human organs, respectively, than implicate their former senior KLA commanders, upon whose authority they acted and who are now senior political figures.

172. The central impediment to achieving true justice for many Kosovars, therefore, seems to be the ancestral custom, which still prevails in some parts of society, of entrenched clan loyalty, or its equivalent in the sphere of organised crime. Even where the conspirators in question are not themselves members of the same clans or extended families, the allegiances they feel towards their criminal “bosses” are as unbreakable as any family bonds.

173. Therefore, Sabit Geqi will resolutely avoid implicating those truly responsible for the torture of civilian prisoners at Kukes, who have now become respectable public figures. Equally, Ilir Rrecaj will continue to accept the consequences of being a scapegoat for the irregular licensing and funding practices in respect of the Medicus clinic in Pristina, rather than point the finger at those who are truly responsible for this organised criminal activity in Kosovo’s health sector.

174. The result is that political leaders can plausibly dismiss the allegations relating to KLA involvement in detention, torture and murder in Albania – serious allegations that deserve to be investigated, as we have seen, much more seriously than has been the case so far – as little more than a “spectacle” created by Serbian political propagandists.

6. Some concluding remarks

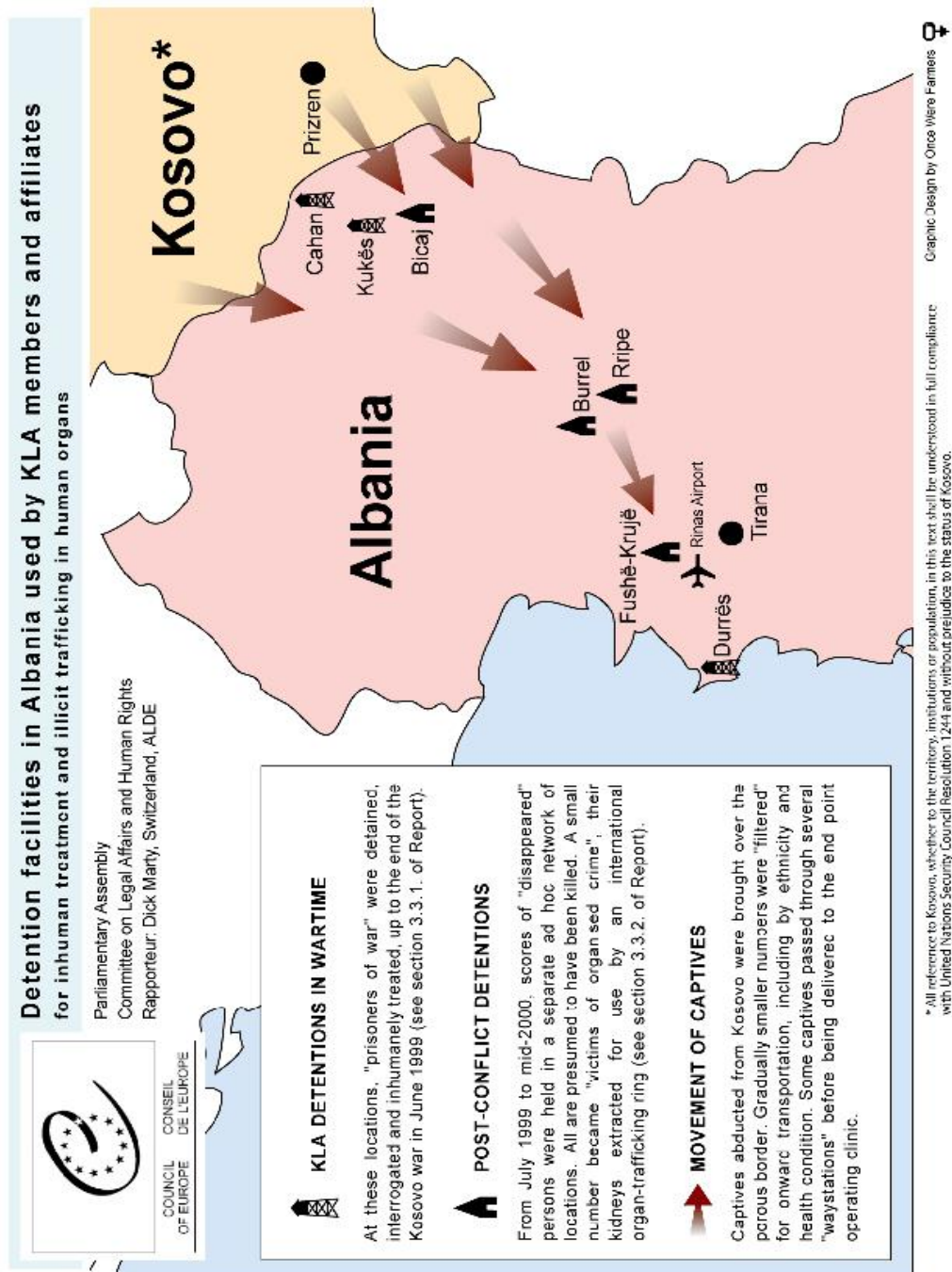
175. In concluding, we should once again recall that that this report has been drawn up in the wake of the revelations that appeared in the memoirs of the former Chief Prosecutor of the ICTY. Shocked by those disclosures, the Parliamentary Assembly entrusted us with the task of looking more closely into the allegations and the human rights violations said to have been committed in Kosovo in the material period.

The elements reported in the former Prosecutor's book primarily concerned the alleged trafficking of human organs. Our difficult, sensitive investigations enabled us not only to substantiate those elements, but also to shed light on further, related allegations and to draw a very sombre, worrying picture of what took place, and is to some extent continuing to take place, in Kosovo. Our task was not to conduct a criminal investigation – we are not empowered to do so, and above all we lack the necessary resources – let alone to pronounce judgments of guilt or innocence.

176. The information we have gathered nonetheless concerns extremely grave events that took place in the very heart of Europe. The Council of Europe and its member states cannot remain indifferent to such a situation. We have shown that organised crime is a significant phenomenon in Kosovo. This is nothing new, and it is admittedly not exclusive to Kosovo. Organised crime is a dreadful problem in the region and also affects Serbia, Montenegro and Albania, to name but a few examples. There are also worrying, surprising links and affinities between the different groups involved. Moreover, such criminal groups seem to co-operate with each other far more effectively than the responsible national and international judicial authorities. We have highlighted and documented the shady, and in some cases open, connections between organised crime and politics, including representatives of the authorities; that too is nothing new, at least for those who have not sought to close their eyes and ears at all costs. The silence and the failure to react in the face of such a scandal is just as serious and unacceptable. We have not engaged in mere rumour-mongering, but have rather described events on the basis of multiple testimonies, documents and objective evidence. What we have uncovered is, of course, not completely unheard-of. The same or similar findings have long been detailed and condemned in reports by key intelligence and police agencies, albeit without having been properly followed up, because the authors' respective political masters have preferred to keep a low profile and say nothing, purportedly for reasons of "political expediency". But we must ask what interests could possibly justify such an attitude of disdain for all the values that are invariably invoked in public? Everyone in Kosovo is aware of what happened and of the current situation, but people do not talk about it, except in private; they have been waiting for years for the truth – the whole truth, rather than the official version – to be laid bare. Our sole aim today is to serve as spokespersons for those men and women from Kosovo, as well as those from Serbia and Albania, who, regardless of their ethnic

or religious backgrounds, simply aspire to the truth and to an end to scandalous impunity, with no greater wish than to be able to live in peace. Truth and accountability are absolute necessities if there is to be genuine reconciliation and lasting stability in the region. In the course of our mission we met with persons of great valour – both local and international actors – who are fighting to overcome indifference and build a fairer society. They deserve not only our expressions of solidarity, but also our full and active support.

Appendix



¹ All reference to Kosovo, whether to the territory, institutions or population, in this text shall be understood in full compliance with United Nations Security Council [Resolution 1244](#) and without prejudice to the status of Kosovo.

² Reference to Committee: [Doc. 11574](#), Reference 3446 of 29 May 2008.

³ Draft resolution adopted unanimously by the committee on 16 December 2010.

⁴ The United States of America has an Embassy endowed with impressive resources and a military base, Camp Bondsteel, of a scale and significance that clearly transcends regional considerations.

⁵ The “UNMIK legacy” was described to us in the form of a vivid image that scarcely requires further comment, as “300 000 pages in disarray”.

⁶ We learned that certain KFOR contributors (for example the United Kingdom) took all their records away with them; and that these records were subsequently made accessible to EULEX investigators only on the basis of reasoned case-by-case applications, a complex procedure which considerably slows down the work of justice.

⁷ At the time of our visit in January 2010, EULEX investigators were not always able to access the ICTY’s files, but the ICTY Prosecutor is more recently reported to have assured EULEX that access would be granted imminently.

⁸ The figures quoted here were provided by the Office of Missing Persons and Forensics (OMPF), with regard to cases still unresolved at the beginning of 2010.

⁹ The OMPF is currently co-headed by a EULEX official and a Kosovar official; it was created, we were told, “to clean up the mess left behind by UNMIK and the ICTY”.

¹⁰ This difficulty was said to be most acute with regard to cases that arose during the period of “chaos” from June to late October 1999. KFOR soldiers were evidently unqualified to carry out police work and their crime scene reports were said to be mostly unusable.

¹¹ An example with which we were confronted during our fact-finding visit to Pristina concerned excavations in a mineshaft where some thirty bodies of deceased Serbs were said to be buried. The local construction companies employed to do the work were threatened by members of the local community, which caused considerable delay in carrying out the explorations. According to what we have been told, the

prevailing attitude among the Kosovar population is to regard as a “traitor” anyone who provides information regarding mass graves containing Serb victims.

¹² EULEX investigators informed us that the level of co-operation from the Albanian authorities was “nil”. The reply, after several months, to a request for international legal assistance (concerning the camp at Kukës) was that the requested investigations were “delayed by a natural disaster”. Other international officials also confirmed the “strong resistance” of the Kosovar authorities to co-operating in efforts to solve cases of missing Serbs or alleged Kosovar Albanian “traitors”. Other international officials have confirmed that Albania never allowed exhumations in its territory: “There was no war here, so there are no graves to look for.”

¹³ There is said to exist some degree of reluctance even within the OMPF concerning the disappearances that occurred after 12 June 1999.

¹⁴ Serge Brammertz, ICTY Chief Prosecutor, in a letter to me dated 17 December 2009. In an interview I had with Ms Carla Del Ponte in 2009, the former Chief Prosecutor assured me that the materials in question should be stored in the ICTY’s archives and that their destruction was simply inconceivable.

¹⁵ Such requests were made in March 2009 to the following countries: Belarus, Canada, Germany, Israel, Moldova, Poland, Russian Federation and Turkey. At the time of writing, only Canada was said to have provided a satisfactory response.

¹⁶ See the EULEX press release of 15 October 2010: www.eulex-kosovo.eu/en/pressreleases/0098.php; and the report by Nebi Qena (AP), 12 November 2010:

http://news.yahoo.com/s/ap/20101112/ap_on_re_eu/eu_kosovo_organ_trafficking/print.

¹⁷ The ICRC provided only non-confidential information on missing persons.

¹⁸ See Expert Report quoted in the Limaj judgement.

¹⁹ Carla Del Ponte herself said of the Limaj trial that “the impunity that feeds upon fear was allowed to prevail”: see Del Ponte and Sudetic, *The Hunt*, Chapter 11: Confronting Kosovo, p. 26.

²⁰ The KLA had grown domestically throughout most of the 1990s by rallying the support of volunteer fighters – men of all ages in their respective villages – to coalesce around leaders like Adem Jashari and form small armed units, or “brigades”

across the territory of Kosovo. Many of the recruits to this “homeland KLA”, effectively a peasant army, undertook guerrilla warfare training at camps in northern Albania, and smuggled arms into Kosovo with which to undertake acts of violent resistance. Our inquiry received more than a dozen testimonies of ethnic Albanian males who had taken part in this campaign of “resistance”. With the killing of Jashari and scores of his family members and associates in a clampdown by Serb security forces in 1998, this initial incarnation of the KLA was effectively ended, and has gravitated into folklore as a romantic notion of Kosovar liberation, with Jashari as its martyr.

²¹ The main rival political parties in recent election cycles have included the Democratic Party of Kosovo (*Partia Demokratike e Kosovës*, or PDK) and the Alliance for the Future of Kosovo (*Aleanca për Ardhmërinë e Kosovës*, or AAK), both of which are led by commanders of former KLA “splinter groups” and count large number of former KLA operatives among their members.

²² We have noted the remarkable confessions of a man named Nazim Bllaca, who came forward last year and testified as to the use of these intelligence structures in targeted killings and different forms of racketeering; Bllaca’s depiction of this secret underworld is one we recognise from our own research.

²³ In this regard, our findings correspond with those of international representatives of military and intelligence monitoring missions – from NATO’s Kosovo Stabilisation Force (KFOR), to the Organisation for Security and Cooperation in Europe (OSCE), to the United States Central Intelligence Agency (CIA) – in reports published at various points over the last fifteen years.

²⁴ In Kosovo itself, the area of influence of the Drenica Group and its affiliates went on to extend far beyond that particular locale, however: they exercised firm control over criminal cartels active in municipalities including, but not limited to, Istok, Srbica, Skenderaj, Klina, Prizren and Pristina.

²⁵ See *Le Monde*, 11 December 2010. “Hashim Thaçi, l’homme fort du Kosovo en quête de reconnaissance”.

²⁶ Thaqi was, for example, named as head delegate of the Kosovar Albanians to the Rambouillet Summit.

²⁷ For example, the United States Drug Enforcement Administration said in a report in spring 1999 that drug smuggling organisations composed of Kosovo's ethnic Albanians were considered “second only to Turkish gangs as the predominant heroin smugglers along the Balkan route”.

²⁸ These are the German (BND), Italian (Sismi), British (MI6) and Greek (EYP) intelligence services.

²⁹ See, for example, the report of the *Institut für Europäische Politik*, Berlin, of 9 January 2007 prepared for the German Federal Ministry of Defence (“*Operationalisierung von Security Sector Reform (SSR) auf dem Westlichen Balkan – intelligente/kreative Ansätze für eine langfristig positive Gestaltung dieser Region*”); document classified as secret and yet accessible on Internet; at page 57 the authors indicate that “Thaqi is considered, in security circles, as much more dangerous than Haradinaj, who as former head of KLA possesses a wider international network.” (my own translation) Another report of the German secret service (Bundesnachrichtendienst/BND), similarly available on Internet (BND Analyse vom 22 February 2005), names Messrs Haliti, Thaqi, Lluca and Haradinaj as key personalities of organised crime in Kosovo and explores in particular, in 27 pages of thorough analysis, the ramifications of the “Drenica Group”. We did not limit ourselves to the study of these reports, and other sources, but we interviewed a number of persons who had been involved, at ground level, in the preparation of these reports.

³⁰ Fatmir Limaj, a former senior-ranking KLA commander, was indicted, tried and ultimately acquitted by the ICTY in a trial that encountered many problems with the integrity of evidence.

³¹ In the course of the last ten years, intelligence services from several Western European countries, law enforcement agencies, including the Federal Bureau of Investigation (FBI) in the United States, and analysts of several nationalities working within NATO structures have prepared authoritative, well-sourced, corroborated reports on the unlawful activities of this “Drenica Group”.

³² At a minimum, there is solid documentary evidence to demonstrate the involvement of this group, and its financial sponsors, in money laundering, smuggling of drugs and cigarettes, human trafficking, prostitution, and the violent monopolisation of Kosovo’s largest economic sectors including vehicle fuel and construction.

³³ Primarily these funds had been generated through contributions from the Kosovo Diaspora and were held in foreign bank accounts, including in Germany and Switzerland. The finances available to Thaqi and his inner circle increased dramatically with the creation of a dedicated KLA fund known as *Atdheu Thërret* ("Homeland Calls").

³⁴ It is apt that I should acknowledge the excellent journalistic investigation of the Balkan Insight Reporters' Network (BIRN), which reported on elements of the KLA's network of detention camps in Albania in April 2009 (Altin Raxhimi, Vladimir Karaj and Michael Montgomery).

³⁵ While Thaqi attended the University of Pristina and became identified as a leader in the Kosovar Albanian student movement, Muja studied cardiology at the University of Tirana and associated himself with the more militant elements of the Albanian resistance to Serb oppression in Kosovo.

³⁶ Muja was the overall "Medical Co-ordinator" for the KLA General Staff, a post in which he oversaw the provision of medical treatment for wounded KLA soldiers, as well as other emergency cases in KLA operational zones. Muja notably made use of the Military Hospital in Tirana, Albania, and administered extensive supplies and equipment acquired by the KLA through foreign donations. During 1998 and 1999, as the official representative of the KLA, supported by elements in the Albanian Army and the Albanian secret services, Muja also administered a diverse array of other infrastructure: at least one helicopter, several well-funded construction projects and makeshift accommodation arrangements – including private houses and apartments – for KLA commanders, recruits and affiliates who travelled into Albania from overseas, including those *en route* to Kosovo.

³⁷ Muja acted both as the Health/Medical Co-ordinator for the Provisional Government of Kosovo, under provisional Prime Minister Thaqi, and as Commander of the 40th Medical Battalion of the Kosovo Protection Corps (KPC).

³⁸ At the time of writing, in December 2010, Shaip Muja serves in the administration of Hashim Thaqi as a senior Political Advisor in the Office of the Prime Minister, with responsibility, *inter alia*, for the health portfolio.

³⁹ Muja is widely credited with having played a role in the introduction of a "telemedicine" system in Kosovo whereby health and surgical services can be

administered with the assistance of doctors in remote locations, using Internet technology to link the participants.

⁴⁰ The combined influence of Muja and Veseli in this regard endured through the transitional phase of the Kosovo Protection Corps; both men were central to the design of the intelligence structures and strategic decision-making mechanisms inside the PDK party. Among the external parties they are reported to have engaged are members of the Albanian secret services and American private military and security companies.

⁴¹ The estimated 40 persons does not include persons who were held at Durrës on a basis so fleeting that their detention lasted only as long as it took KLA intelligence officers to conduct an interrogation.

⁴² The military grouping styled as *Forcat e Armatosura të Republikës së Kosovës*, or FARK (“Armed Forces of the Republic of Kosovo”), was nominally fighting for the same cause of liberation as the KLA, but was treated by KLA commanders as an adversary, with contempt and suspicion. FARK was politically aligned with the LDK, and envisaged as the defence arm of the Government-in-exile of Bujar Bukoshi. Unlike the KLA, FARK was built around a core of experienced military officers, ethnic Albanians who had served in the Army of the Federal Republic of Yugoslavia. KLA commanders were highly suspicious of FARK and sought to suppress its recruitment of new fighters and supplies of arms and ammunitions. The KLA detained numerous persons, especially civilians in northern Albania close to the Kosovo border, on the accusation that they supported FARK and were therefore disloyal to the KLA cause.

⁴³ Geqi and Alija were arrested in May and June 2010 respectively, and have been indicted for war crimes against the civilian population. While there is also substantial evidence against the third suspect in this regard, Krasniqi, he remains a fugitive at the time of writing and therefore cannot be subject to charges under Kosovo criminal procedure. Pending Krasniqi’s apprehension and the efficient administration of justice, the trial of all three men should take place either in the District Court of Pristina or the District Court of Mitrovica in early 2011.

⁴⁴ Our KLA sources told us that Cahan was in fact an operational staging point for KLA advances over the mountainous border into Kosovo. KLA fighters stationed at

Cahan are renowned for having launched “Operation Aero”, a rare incursion into Serb-held territory in late May 1999.

⁴⁵ In the interests of balance, I should point out that some reporting of this fear on the part of the captives has tended to dramatise the facts unduly. For example, we have found no basis for the allegation that certain victims had one kidney removed before being “sewn up” again, detained for another period, and then finally having the second kidney removed.

⁴⁶ The proprietor’s collusion with networks who trafficked sex workers, illegal immigrants to Europe and contraband items, including drugs and weapons, eventually led him to be arrested by Albanian law enforcement officials; although there does not appear to have been any connection with crimes carried out in the KLA network.

⁴⁷ Contrary to the widespread scepticism as to whether the underlying operations involved in organ trafficking could have been performed in Albania in the period 1999-2000, our experts whom we consulted directly not only found it perfectly plausible that this methodology had been used, but were aware of analogous, similarly illicit enterprises in which cadaver extractions were found to have been performed.

⁴⁸ One example in the realm of information management is the limited access granted to EULEX police investigators to the criminal databases operated by their Kosovo counterparts. The local leadership grudgingly granted EULEX officers access to the Kosovo Police Information System (KPIS), but only via a handful of user names and passwords, each one of which had to be attached to the login of a known and named EULEX official. The searches conducted by each of these usernames could then be directly kept under surveillance by the Kosovo Police liaison officers, who would necessarily know how often, and when, EULEX searches had been performed and also precisely whom EULEX had been checking up on. Even against this background, there are just as many occasions on which simple technology foils a modern-day police investigator, because KPIS regularly breaks down. The equivalent system for motor vehicle registration, the KVIS, was also opened to EULEX investigators after a period of barely co-operative negotiation with the Kosovo Police. However, the version of the database made available (unlike the original prototype that had been jointly developed under UNMIK) was exclusively in the Albanian language. MMA (Monitoring, Mentoring and Advising), the abbreviation summing up the relationship between

EULEX and the Kosovo police, does not count for much when the Kosovar partners do exactly what they want – the only remedial action the international liaisons can take is to write a report that goes up the chain of responsibility, and probably lands on a desk somewhere in Brussels and is treated with minimal urgency and a premium on political correctness.

8.3 Anexo 3²³⁸

UNMIK/REG/2001/4

12 January 2001

REGULATION NO. 2001/4

ON THE PROHIBITION OF TRAFFICKING IN PERSONS IN KOSOVO

The Special Representative of the Secretary-General,

Pursuant to the authority given to him under United Nations Security Council resolution 1244 (1999) of 10 June 1999,

Taking into account United Nations Interim Administration Mission in Kosovo (UNMIK) Regulation Number 1999/1 of 25 July 1999, as amended, on the Authority of the Interim Administration in Kosovo,

For the purpose of creating specific legislation for the prosecution and punishment of perpetrators of the crime of trafficking in persons and related criminal acts, and the assistance and protection of victims of trafficking and of related criminal acts,

Hereby promulgates the following:

CHAPTER I: Criminal Acts and Penalties

Section

1

Definitions

1.1 For the purposes of the present regulation:

(a) "trafficking in persons" shall mean the recruitment, transportation, transfer, harbouring or receipt of persons, by means of the threat or use of force or other forms of coercion, of abduction, of fraud, of deception, of the abuse of power or of a position of vulnerability or of the giving or receiving of payments or benefits to achieve the consent of a person having control over another person, for the purpose

²³⁸ Em <http://www.unmikonline.org/regulations/2001/reg04-01.html>

of exploitation.

(b) "exploitation" as used in subparagraph (a) shall include, but not be limited to, the exploitation of the prostitution of others or other forms of sexual exploitation, forced labour or services, slavery or practices similar to slavery, servitude or the removal of organs.

1.2 The consent of a victim of trafficking in persons to the intended exploitation set forth in section 1.1 shall be irrelevant where any of the means set forth in section 1.1(a) have been used against a victim of trafficking.

1.3 The recruitment, transportation, transfer, harbouring or receipt of a child for the purpose of exploitation shall be considered "trafficking in persons" even if this does not involve any of the means set forth in section 1.1(a).

Section

2

Trafficking in Persons

2.1 Any person who engages or attempts to engage in trafficking in persons commits a criminal act and shall be liable upon conviction to a penalty of two (2) to twelve (12) years' imprisonment.

2.2 Where the victim of trafficking is under the age of 18 years, the maximum penalty for the person engaging in trafficking shall be up to fifteen (15) years' imprisonment.

2.3 Any person who organizes a group of persons for the purpose of committing the acts referred to in paragraphs 2.1 and 2.2 shall be liable upon conviction to a penalty of five (5) to twenty (20) years.

2.4 Any person who, through negligence, facilitates the commission of trafficking in persons commits a criminal act and shall be liable upon conviction to a penalty of six months to five (5) years' imprisonment.

Section

3

Withholding of Identification Papers

Any person who, acting or purporting to act as another person's employer, manager, contractor or employment agent, intentionally withholds that other person's personal identification documents and/or passport commits a criminal act and shall be

liable upon conviction to a penalty of six (6) months to five (5) years' imprisonment.

Section 4

Using or Procuring Sexual Services of Person in a Situation of Sexual Exploitation

4.1 Any person who uses or procures the sexual services of a person with the knowledge that that person is a victim of trafficking in persons commits a criminal act and shall be liable upon conviction to a penalty of three (3) months to five (5) years' imprisonment.

4.2 Where the person providing the sexual services referred to in section 4.1 is under the age of 18 years, the maximum penalty for the person convicted of using or procuring such services shall be up to ten (10) years' imprisonment.

CHAPTER II: Investigation, Confiscation and Court Procedures

Section 5

Investigations

5.1 The taking of a statement by a law enforcement officer or investigating judge shall in no way inhibit or delay the voluntary repatriation of an alleged victim of trafficking.

5.2 Appropriate measures shall be taken for witness protection during any investigation and/or court proceedings arising under the present regulation.

Section 6

Confiscation of Property and Closure of Establishments

6.1 Property used in or resulting from the commission of trafficking in persons or other criminal acts under the present regulation may be confiscated in accordance with the applicable law. The personal property of the victims of trafficking shall not be confiscated wherever it can be immediately identified by the law enforcement officer as such.

6.2 Where there are grounds for suspicion that an establishment, operating legally or illegally, is involved in, or is knowingly associated with trafficking in persons or other criminal acts under the present regulation, an investigating judge may, upon the recommendation of the public prosecutor, issue an order for the

closing of such establishment.

6.3 A reparation fund for victims of trafficking shall be established by administrative direction and shall be authorised to receive funds from, inter alia, the confiscation of property pursuant to section 6.1.

Section

7

Court Proceedings

7.1 Except with the leave of the president of the panel of judges, it shall not be permissible for a defendant charged with a criminal act under the present regulation to introduce evidence of the alleged character or personal history of the alleged victim.

7.2 A defendant may petition the president of the panel of judges to allow the introduction of evidence of the alleged character or personal history of the alleged victim. Upon receiving such petition, the president of the panel of judges shall conduct a hearing in camera during which the defendant and the prosecution shall have the opportunity to be heard.

7.3 Following the hearing in camera, the president of the panel of judges shall only grant leave to introduce evidence of the alleged character or personal history of the alleged victim if satisfied that the evidence is of such relevance, and its omission would be so prejudicial to the defendant, as to result in a miscarriage of justice for the defendant if not allowed to be introduced. In such cases, the president of the panel shall establish the limits within which such evidence or questions may be introduced.

7.4 In cases before the court involving charges of criminal acts under the present regulation, the court may permit the alleged victims and witnesses to present their evidence in camera or by electronic or other special means, as the court sees fit.

Section

8

Defence Available to a Victim of Trafficking

A person is not criminally responsible for prostitution or illegal entry, presence or work in Kosovo if that person provides evidence that supports a reasonable belief that he or she was the victim of trafficking.

CHAPTER III: Victim Protection and Assistance

Section

9

Victim Assistance Coordinator

9.1 Subject to section 9.2, the Special Representative of the Secretary-General shall appoint a Victim Assistance Coordinator who shall be responsible for coordinating the implementation of the present regulation, particularly the provisions set out in section 10 below. In the exercise of his or her duties, the Victim Assistance Coordinator shall liaise with the relevant law enforcement authorities, international and non-governmental or other organisations, and administrative departments as necessary.

9.2 Expenses arising from the implementation of the provisions under Chapter III of the present regulation shall be funded, to the extent resources are available, from donor contributions made specifically for this purpose and recorded as designated donor grants in the Kosovo Consolidated Budget. The Victim Assistance Coordinator may also request other funds to be allocated for these purposes in the Kosovo Consolidated Budget.

Section

10

Assistance to Victims of Trafficking

10.1 Upon the request of a person who provides to the Victim Assistance Coordinator reasonable grounds for belief that she or he is a victim of trafficking, the following services shall be provided to that person, subject to availability of resources provided in accordance with section 9.2:

- (a) free interpreting services in the language of their choice;
- (b) free legal counsel in relation to trafficking issues (criminal or civil);
- (c) temporary safe housing, psychological, medical and social welfare assistance as may be necessary to provide for their needs; and
- (d) such other services as shall be specified in an administrative direction.

10.2 The services and facilities for the assistance of victims of trafficking shall be available to such victims, in accordance with section 10.1, regardless of any charges of prostitution or of illegal entry, presence or work in Kosovo that may be

pending against them.

10.3 Law enforcement officers shall advise persons who are suspected victims of trafficking at the earliest available opportunity of their right to request the services and facilities set out in the present section and shall contact the appropriate persons to arrange the requested assistance.

Section

11

No Deportation of Trafficking Victims for Certain Convictions

A conviction for prostitution or a conviction for illegal entry, presence or work in Kosovo shall not be the basis for deportation if the person who is to be deported is a victim of trafficking.

Section

12

Evaluation of Refugee Status

12.1 If a victim of trafficking expresses a wish to not be returned to her or his country of citizenship or previous habitual residence based on a claim of persecution, such a claim shall be evaluated by the appropriate authority, pursuant to the applicable law, who may determine that the victim may be granted residence in Kosovo or such other assistance as deemed appropriate.

12.2 Nothing in the present regulation shall affect the protection afforded to refugees and asylum-seekers under international refugee law and international human rights law, in particular, compliance with the principle of non-refoulement as set forth in Article 33 of the 1951 Convention on the Status of Refugees.

Section

13

Implementation

The Special Representative of the Secretary-General may issue administrative directions for the implementation of the present regulation.

Section

14

Applicable Law

The present regulation shall supersede any provision in the applicable law that is inconsistent with it.

Section

15

Entry into Force

The present regulation shall enter into force on 12 January 2001.

Bernard

Kouchner


Special Representative of the Secretary-General

8.4 Anexo 4

Forensic Examination and Assessment in Albania

Fonte: <http://pt.scribd.com/doc/61171093/UNMIK-Forensic-Report-Organ-Trafficking-Kosovo>

UNITED NATIONS
United Nations Interim
Administration Mission
in Kosovo


UNMIK

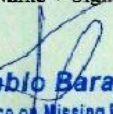
NATIONS UNIES
Mission d'Administration
Intérimaire des Nations Unies au
Kosovo

OFFICE ON MISSING PERSONS AND FORENSICS

Evidence collected from site BUR01 as detailed below:

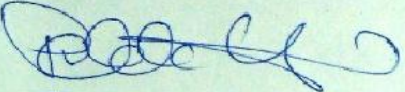
BUR01/001a: Plastic IV container (empty)
BUR01/002a: Syringes, pill containers and bottles. Bottle of Tranxene empty,
chlorphenical 250 mg, cinnarizine 25mg buscopan 10mg (all empty)
BUR01/003a: Material fragment consistent with surgical overalls
BUR01/004a: Handgun holster-empty
BUR01/005a: Syringe and empty bottle
BUR01/006a: Misc. tablet holders and bottles

Handed over by (Name + Signature)


Jose Pablo Baraybar
Head of Office on Missing Persons
and Forensics

Date: 08/06/04

Received by (Name + Signature)


Rebeka Haverinen

RECEIPT OF DOCUMENT

TO WHOM IT MAY CONCERN

The following document/item:

Reference/description:

SITE CODE: BUR

was received by:

Name: OLE LEHTINEN

Title: INVESTIGATOR / TEAM 07


Signature: 

Date: 8/MAR/2004

Witness:

Name: J. SUTCH

Title: ALTERN. PRO

Signature: 

Date: 8-MAR-2004

UNITED NATIONS
United Nations Interim
Administration Mission
in Kosovo



NATIONS UNIES
Mission d'Administration
Intérimaire des Nations Unies
au Kosovo

SITE CODE: **BUR**

REPORT

FORENSIC EXAMINATION AND ASSESSMENT IN ALBANIA

FROM

TOM GRANGE AND HROAR FRYDENLUND
Forensic Crime Scene Examiners,
Office on Missing Persons and Forensics
UNMIK, Kosovo

CONCLUSION

Based on our examinations, in our opinion there are no conclusive evidence that persons have been bleeding as a result of criminal acts in the house south west of Burrel in Albania.

However, there were reactions with Luminol as for blood in the kitchen and in the storage room (room #5).

INTRODUCTION

Office on Missing Persons and Forensics in Kosovo was requested by the International Criminal Tribunal for Former Yugoslavia (ICTY) to assist in Forensic Examinations in Albania. According to several witnesses, people should have been killed in a house outside Burrel in Albania and allegedly been buried in a cemetery in the same area.

On Feb. 3. 2004 the following from OMPF went to Tirana to meet up with Matti Raatikainen, Investigation Team Leader, ICTY:

Jose-Pablo Baraybar, Head OMPF.
Alain Wittmann, Forensic Photographer.
Tom Grange, Forensic Crime Scene Examiner.
Tania Delabarde, Forensic Anthropologist.
Hroar Frydenlund, Forensic Crime Scene Examiner.

On the following day, Feb. 4. we traveled by car to the site approximately 15km south of the town Burrel.

The examinations was performed by T. Grange, H. Frydenlund and Alain Wittman together with J.P. Baraybar and T. Delabarde 04. – 05. Feb 2004.

In addition the following were present:

2 ICTY SECURITY OFFICERS.
CHIEF PROSECUTOR from Burrel.
4 Police officers from Burrel.
ICTY Translator.
Researcher Michael Montgomery.
Researcher Stephen Smith.

INFORMATION

In this report we are using the same numbers as on the diagram # 01 and # 02 to explain which room we are referring to.

Chemical Luminol has been used after all other examinations were finished. It was used to detect possible areas with blood that the human eye cannot see.

Luminol is an extremely sensitive chemical for the detection of small quantities of blood. When sprayed over areas of suspected bloodstaining the luminol reacts with the peroxidase activity of haemoglobin (a large constituent of blood). The luminol causes the blood to glow a blue/violet color, this chemiluminescent emitter is a direct descendant of the oxidation of luminol by an oxidant in aqueous solution (perborate). As the fuel for the reaction luminol, the emitting species is 3-aminophthalate. To view the luminescence it is essential that all examinations are carried out in total darkness with the aid of a torch to help the crime scene examiner. The light created from the reaction is greatest at about 445nm (blue) which falls just within the visible spectrum. Once the chemiluminescent reaction between blood and luminol has started, the chemistry quickly becomes exhausted, a half life of light emission intensity has been determined as approximately 8-9 seconds with complete depletion of light emissions at around 60 seconds. However the chemical can be re applied to enable the photographic capture of developed marks. The affects of these chemicals on biological tests must also be considered Any blood detected should be It has been suggested that other oxidising agents can give false positive results, I. E. Chlorine/bleach, copper and nickel, however none of these have the appearance or properties of blood. Bleach will give a reaction if it is wet, once dried the bleach no longer reacts with the luminol. It has also been reported that other contaminants such as urine, sweat, semen, grease, oil and white spirit all give negative results with Luminol. In conclusion this form of examination is extremely sensitive and has been documented as detecting blood at the one part per million level and still works even when blood traces have been washed away using bleaches. (this information on Luminol was taken from an article written by Esther Neate)

The family living in the examined residence gave us free access to all the rooms, and we were able to perform our examinations without any important limitations.

Mr. Grange photographed the Luminol reactions in the KITCHEN, using a FujiPix S2 Pro digital camera. The image that was later enhanced was captured at F/4, 1/22.63secs, focal length of lens:24mm, ISO 1600. Upon returning to OMPF offices in Pristina on 06Feb.2004, Mr. Grange enhanced Image #005 using the Photoshop program. The only enhancement performed was to increase the contrast level of the image to a +92 in order to make the image printable. Other photos also taken digitally at this time, with different camera settings could not be enhanced enough to have a printable image, indicating that the printed image#005 was the result of the Luminol reaction and not to any digital artifacts made during enhancement. (see images of Mr. Wittmann

SITE - DESCRIPTION

The site is a 2-story concrete house located approximately 15km SW of Burrel in Albania – GPS N41,32°,43-9 E020,00°,01. The exterior of the house was painted white, except the lowest 1,5m, which was painted yellow.

ENTRY #1 is on the northeast side of residence. Inside of ENTRY #1 was a door on the right leading to the KITCHEN area (NE lower level). From ENTRY #1 was access to a bedroom ROOM #6 and to the left of the ENTRY #1 was a curtain, and behind that curtain was a sink with running water.

A stairway on the exterior northeast side of the residence leads up to ROOM #5, which had wood floors and appeared to be a storage area.

On the lower level to the south of ENTRY #1 was ENTRY #2. (SE side of residence). Upon entering this doorway there was a door on the right leading to ROOM #01, a door to the left leading to ROOM #02, a door straight ahead, leading to the toilet and a stairway leading to the second level of the residence. In ROOMs 01 and 02 there were wooden floors. ROOM 01 was covered with linoleum and the floorboards displayed many areas of decay and two places had broken boards. The room was used as a bedroom, with one bed and one wardrobe storage. ROOM #2 appears to be a sewing room with a small bed.

Another door on the other side of the walkway was a small storage room, which contained a refrigerator and window to the outside. Further there was ROOM #4 on the left and on the right was ROOM #03. These rooms also had wooden floors, with the floors in better condition than ROOM #01.

The KITCHEN was 4m 8 cm wide by 5m 3cm long. It had a concrete floor, which had been painted with black paint and had cracks in many areas of the floor. There were couches in the northeast and northwest corners of the room, table with a television on it on the south wall and a wood-burning stove in the middle of the room with the exhaust leading out on the north wall.

EXAMINATION

Each of the rooms was searched for evidence of blood with negative results. Two suspicious brown stains with reddish color were tested with Phenolphthalein with negative results. After examination of the whole house, we decided to use the Chemical Lumina to check for trace blood that may not be seen by the human eye.

OUTSIDE EXAMINATION

The closest surroundings of the house were searched for evidence. Approximately 15m from the south side of the house were a 3m-drop off that lead to the stream below. In this area were found items BUR01 001a-007a in the rubbish dump. These items were collected as evidence.

USE OF LUMINOL

At 1748 hours, we prepared to test the floor in the KITCHEN using the Luminol chemical test. This test needs to be performed in the darkest possible conditions. We began the process by spraying the lamina from the northwest side of the room, spraying towards the south side of the room. There were several areas to the side and in front of the stove that immediately showed a positive reaction (the previously described blue/violet color) to the chemical. Attempts were made to photograph this reaction on the floor. There were more reactions in front and to the right of the stove with one side of the reaction area appearing to be at a right angle, which would indicate that there may have been by a rectangular item covering this area, before the stains with reactions as for blood came on the floor. It cannot be determined at this time as to what the Lamina was reacting to, however it appears to be consistent with how blood tracings would appear. Behind the couch in the northeast corner in addition to scattered areas several places we also got similar reactions

ROOM #01, with its wooden floor, was tested. The lamina reacted in the area of the center of the floor to the metal nail heads that were used to secure the flooring. This clearly indicated that the Lamina reacted with the nails.

A final testing area was in ROOM #05, the storage room. A Lamina reaction was observed on the wooden floor in the northwest corner of the room, approximately 1.5m from the west wall and 2m from the north wall. These were oval areas app. 15cm x 25 cm. Diagrams of the approximate locations of the Lamina reaction are located with this report.

Those present to verify the results during this testing process were:

1. Mr. Baraybar.
2. Mr. Raatikainen.
3. Mr. Frydenlund.
4. Ms. Delabarde.
5. Mr. Grange.
6. Mr. Wittmann.
7. The Local Prosecutor.
8. One local police officer.

ASSESSMENTS

Two cemeteries listed as Site BUR02 (GPS location N41-32-55 E20-00-41.7) and BUR03 (GPS location N41-32-55.3 E20-01-00.3) were assessed by Jose-Pablo Baraybar and Tania Delabarde. Pictures and video was obtained by Forensic photographer Alain Wittmann.

EVIDENCE

- BUR01/001a: Plastic IV container(empty),
- BUR01/002a: Syringes, pill containers and bottles. Bottle of Tranxene empty, chlorophenicol 250mg, cinarizine 25mg buscopan 10mg (all empty)
- BUR01/003a: Material fragment consistent with surgical overalls
- BUR01/004a: Handgun holster-empty
- BUR01/005a: Syringe and empty bottle
- BUR01/006a: Misc. tablet holders and bottles

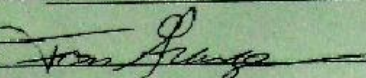
HANDLING OF EVIDENCE

The collected evidence were turned over to ICTY Security officer Hannu Koski ID TY00967 in evidence boxes sealed by Mr. Frydenlund and Mr. Grange. On 09 Feb 2004, Mr. Grange received from ICTY security the above described evidence. The evidence box was intact with the same seals and signature as originally made. All of the below listed items are currently being stored in a secure evidence locker by OMPF

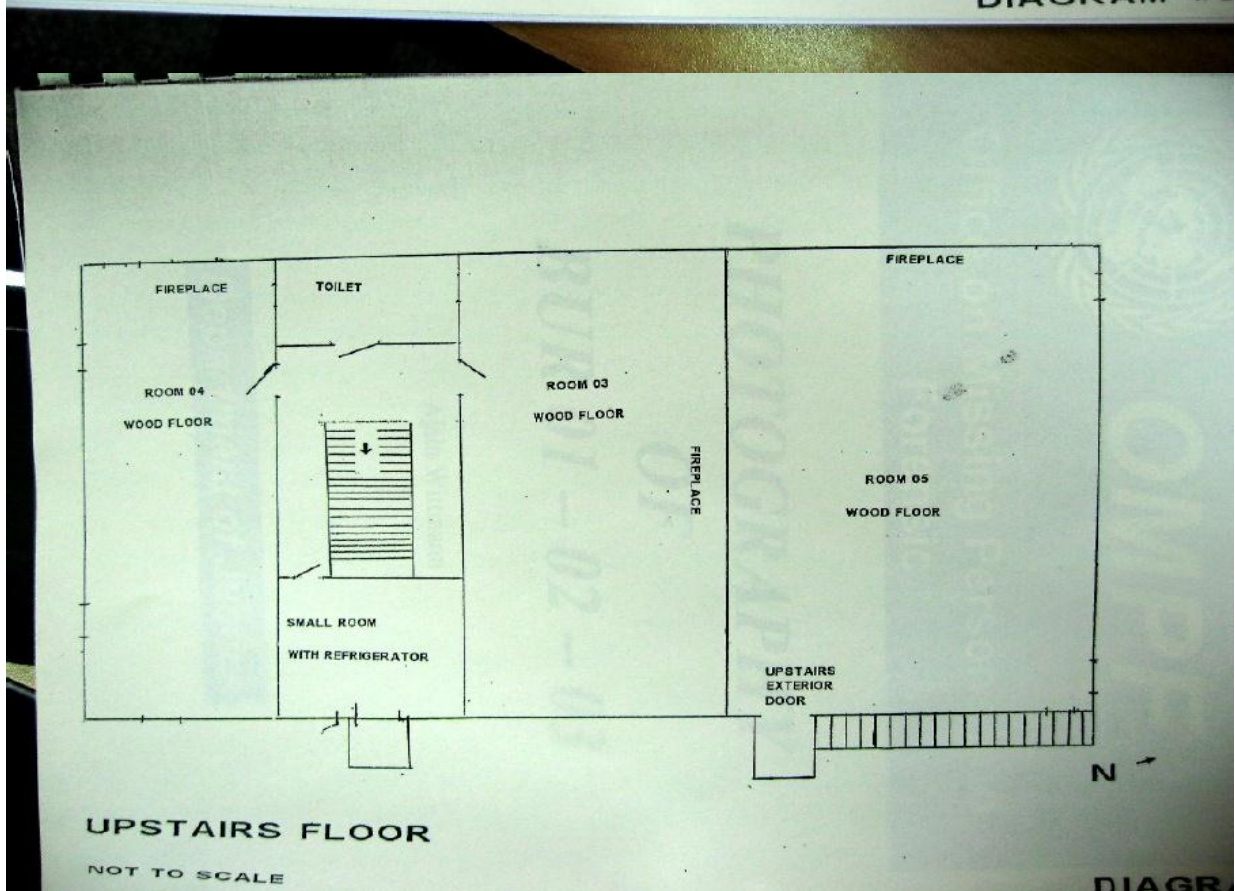
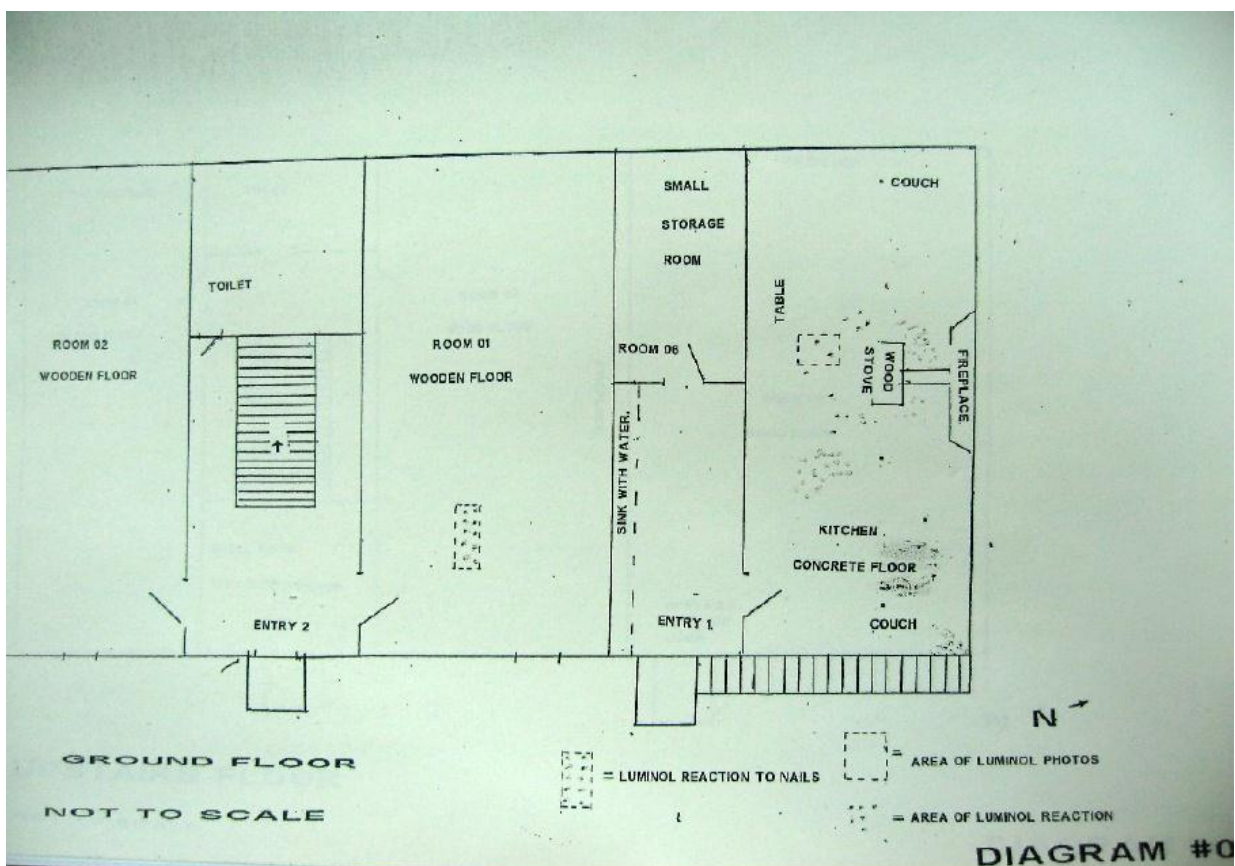
at their Rahovac Mortuary Facility, awaiting determination by ICTY for their investigation.

Respectfully Submitted: Hroar Frydenlund _____

Tom Grange



A acção da ONU na prevenção e no combate aos crimes contra a Humanidade em territórios em conflito
– o caso do Tráfico Humano no Kosovo



9. Nota final:

No decurso da investigação e elaboração do presente trabalho foram também importantes as informações presentes nos seguintes endereços electrónicos:

1. Carta da ONU - <http://www.un.org/en/documents/charter/>

O primeiro documento que conseguiu chamar (verdadeiramente) a atenção do mundo para a importância da protecção dos direitos humanos. A Carta da Organização das Nações Unidas contém as directrizes que iriam ser a base dos restantes documentos que surgiram a partir de 1945 a nível internacional para a defesa da humanidade. Nesse sentido, a Carta da ONU está organizada segundo os fins a que se propõem os seus membros e as formas encontradas para garantir que atingem esses objectivos, através da elaboração de princípios que regem a acção dos órgãos da Organização e dos seus membros de acordo com as situações que sejam contrárias à defesa dos direitos humanos e à manutenção da paz no mundo.

2. Resoluções 1160 e 1199 do Conselho de Segurança da ONU –
<http://www.un.org/peace/kosovo/98sc1160.htm>
<http://www.un.org/peace/kosovo/98sc1199.htm>

As resoluções 1160 e 1199 foram as primeiras tentativas do Conselho de Segurança para resolver o conflito no Kosovo. No geral, estes documentos pretendiam expressar o desagrado dos membros do Conselho de Segurança quanto à situação do Kosovo que incluíam ataques mútuos entre o exército sérvio e as forças do exército para a Libertação do Kosovo, assim como quanto à fraca resposta do governo sérvio. Por outro lado, era estabelecida a proibição de compra ou venda de armas e outros meios militares de qualquer pessoa relacionada com a República Federal da Jugoslávia, incluindo o Kosovo, e apelava-se à atenção do Secretário-Geral das Nações Unidas, em especial, quanto à situação humanitária dos cidadãos kosovares no território.

A resolução 1199 acrescenta a intervenção do Procurador do Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia, acentua a preocupação com o aumento dos confrontos armados no território kosovar e dos refugiados, sendo a situação vivida no Kosovo considerada uma ameaça à paz e à segurança na região. Por fim, relembra ao

governo da República Federal da Jugoslávia a responsabilidade que tem no esforço para terminar com os conflitos na região kosovar.

3. Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU –
<http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/1244.pdf>

Como resultado do insucesso das resoluções anteriores (1160, 1199, 1203 e 1239), esta resolução pretendeu atingir os objectivos anteriores de forma a encontrar uma solução pacífica para a situação do Kosovo. Nesse sentido, a resolução 1244 expressa o compromisso da República Federal da Jugoslávia e dos estados-membros da ONU para trabalharem no sentido de parar com os confrontos e manter um clima de paz através da passagem da administração do território kosovar para a responsabilidade da UNMIK (Missão Interna para o Kosovo das Nações Unidas), que incluía a desmilitarização do Exército para a Libertação do Kosovo e outros grupos militares, da criação de meios para proteger a população civil e o regresso dos refugiados, além da presença de outras organizações internacionais protectoras dos direitos humanos.

4. Estatuto do Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia –
http://www.icty.org/x/file/Legal%20Library/Statute/statute_sept09_en.pdf

O Estatuto do TPIJ está dividido em 34 artigos que regulam tanto os seus objectivos como a forma como os processos devem decorrer e expõem a sua composição. Desta forma, os primeiros artigos são dedicados aos tipos de crimes que estão sob a alçada do tribunal e a quem se destinam, com particular referência para o artigo 7 onde se explica sobre a Responsabilidade Criminal Individual. Segue-se a questão da jurisdição, a organização do Tribunal e as etapas que cada processo deve percorrer, terminando com as situações em que pode recorrer à assistência e cooperação dos estados, o estatuto, privilégios e imunidades de que os funcionários gozam, e a obrigação de elaborar relatórios anuais sobre o trabalho efectuado pelo TPIJ.